



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

CARLA SILVA DO NASCIMENTO

**O BARÃO DE COTEGIPE E A CRISE
DO IMPÉRIO**

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIRIO**

CARLA SILVA DO NASCIMENTO

O BARÃO DE COTEGIPE E A CRISE DO IMPÉRIO

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Salles

**Rio de Janeiro
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIRIO**

CARLA SILVA DO NASCIMENTO

O BARÃO DE COTEGIPE E A CRISE DO IMPÉRIO

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Salles

**Rio de Janeiro
2012**

Ficha Catalográfica

Nascimento, Carla Silva do.

O barão de Cotegipe e a crise do Império / Carla Silva do Nascimento.
– 2012.

130 f.

Orientador: Ricardo Salles.

Dissertação (Mestrado em História das Instituições) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2012.

Bibliografia: f. 114-122.

1. Crise de Hegemonia. 2. Crise do Império. 3. Barão de Cotegipe

CARLA SILVA DO NASCIMENTO

O BARÃO DE COTEGIPE E A CRISE DO IMPÉRIO

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles (orientador)

Prof. Dr. Ilmar Rohloff Mattos (PUC- Rio)

Prof. Dr. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho (MAST/UNIRIO)

Agradecimentos

Em dois anos de trabalho tive a felicidade de contar com o apoio de familiares, amigos, mestres e instituições, cuja importância não poderia deixar de creditar.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã, de quem recebi apoio incondicional, reafirmado a cada dia.

Ao professor Ricardo Salles, grande mestre e interlocutor, com quem tive o privilégio de trabalhar, e cuja influência foi decisiva, desde a concepção da pesquisa, até a sua forma final.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO (PPGH/UNIRIO) agradeço pelo apoio material e intelectual de que pude dispôr nesses anos. Registro, em especial, a importância dos professores Christina Barboza, Flavio Limonic, Keila Grimberg, Lucia Grimberg e Paulo Cavalcante, cujas aulas tiveram enorme importância nessa trajetória.

Ter podido participar das reuniões no Grupo Gramsci e a Modernidade foi, sem dúvida, um imenso ganho. Agradeço aos colegas do grupo pelo acolhimento, e pelo ótimo ambiente de discussão e reflexão que, para além da influência formadora, foi essencial no desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores Ilmar Rohloff Mattos e Pedro Marinho agradeço a valorosa contribuição na qualificação desse trabalho.

A Renato Lemos, mais do que agradecer, tento, possivelmente em vão, registrar a exata medida de sua importância nessa conquista. Agradeço pela interlocução, pelo incentivo, pela ajuda luxuosa que nunca me faltou.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa recebida durante grande parte do tempo de desenvolvimento do estudo.

Resumo

O objetivo desse trabalho é analisar a atuação de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, à frente da crise que pôs fim ao regime imperial no Brasil.

Perseguindo o porquê de o Império não ter oferecido resistência ao golpe de 15 de novembro de 1889 e aos avanços republicanos, que vinham se configurando pelo menos desde 1870, parte-se do princípio de que durante a crise da monarquia teria se desenvolvido uma desafeição ao regime por parte de seus dirigentes. Dessa forma, busca-se analisar a percepção que os estadistas – dirigentes – foram capazes de desenvolver acerca da conjuntura que viviam, e até que ponto suas ações foram orientadas por essa percepção. Especificamente, busca-se examinar a tentativa do barão de Cotegipe, enquanto presidente do Conselho de Ministros (1885-1888), de dirigir a crise do Império. Partindo do princípio de que a crise do regime foi uma crise da hegemonia escravista consolidada à época da Conciliação, a análise da atuação de Cotegipe torna-se especialmente rica. Chefe conservador, alinhado à parcela da Bacia do Paraíba fortemente atrelada aos interesses escravistas, Cotegipe assumiu o poder com a clara missão de frear os avanços abolicionistas, que vinham crescendo desde o final da década de 1870. Fruto de uma época, ele viu o dissenso em torno da reforma da escravidão invadir as fileiras conservadoras, e tentou, até o último momento, encaminhar seu partido unido, acreditando ser esse o único caminho para a salvação do regime.

Palavras-chave: Crise de Hegemonia; Crise do Império; Barão de Cotegipe

Abstract

This paper aims to analyze the performance of João Maurício Wanderley, baron of Cotegipe, ahead of the crisis that ended the imperial regime in Brazil.

Chasing why the Empire does not have offered resistance to the coup of November 15th, 1889, and to the republicans advances that were setting up since 1870, we start from the principle that, during the crisis of the monarchy, would have developed a disaffection to the regime by their leaders. Thus, we seek to analyze the perception that the statesmen – leaders – were able to develop about the living situation, and what was the influence of this perception to their actions. Specially, we seek to examine the attempt of baron of Cotegipe as president of the Council of Ministers (1885-1888), to lead the crisis of the Empire. Assuming that the crisis of the regime was a crisis of slavery hegemony consolidated by the time of Reconciliation, the analysis of the performance of Cotegipe is especially rich. Conservative leader, aligned to the portion of the Basin of Paraíba strongly tied to the interests of slaveholders, Cotegipe took power with the clean mission of halting the abolitionist progress, who had been growing since the late 1870s. He saw the dissension about the reform of slavery invades the conservative ranks, and tried, until the last moment, to lead his party united, believing this should be the only way to save the system.

Keywords: Hegemonic crisis; Crisis of the Empire, Baron de Cotegipe.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1– A crise de hegemonia do Império	6
Crise orgânica	16
Crises políticas	20
Capítulo 2 – Reformar é preciso	27
Dantas e Saraiva: o abolicionismo chega ao Parlamento	30
João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe	39
A ascensão de Cotegipe e a aprovação da Lei de 1885	50
Capítulo 3 – O barão de Cotegipe e a tentativa de direção da crise	56
Quando as crises políticas encontram a crise hegemônica	59
Execução e interpretações da Lei de 1885 – O “Regulamento Negro”	59
A radicalização do movimento abolicionista e a fuga em massa de escravos	62
A Questão Militar	66
O emancipacionismo paulista	78
Quando a ordem é garantida pela força: o caráter repressivo do Ministério Cotegipe	85
Cotegipe e a crise do Império	88
A queda do gabinete Cotegipe	98
Cotegipe e o fim do seu tempo	105
Considerações finais	111
Fontes e bibliografia	114

Introdução

Em 15 de novembro de 1889, um movimento militar pouco organizado e desprovido de participação popular pôs fim ao regime político constituído no Brasil após a Independência. Na ocasião, um propagandista republicano se apressou em declarar que o povo assistiu a tudo “bestializado”, julgando estar diante de uma parada militar.¹

Não nos interessa aqui discutir a representatividade, em meio às camadas populares, do movimento republicano e do regime instaurado com a queda do Império. No entanto, a frase de Aristides Lobo, já bastante disseminada, chama a atenção do observador para a fragilidade do regime imperial quando de sua queda. Para derrubá-lo, foi suficiente um ato militar talvez igualmente fraco e desarticulado, mas que encontrou receptividade para suas ações na completa ausência de quem pela defesa da sorte do Império se apresentasse.

Foi exatamente essa falta de defesa experimentada pela monarquia o fator que despertou a curiosidade motivadora desse trabalho. Pensando no episódio que marcou o fim do reinado de D. Pedro II, surgiu o interesse pela percepção que os atores políticos à frente do processo histórico foram capazes de desenvolver acerca da crise do regime. De que forma esses homens, intelectuais do regime, assimilaram o momento que viviam? Até que ponto puderam traçar diretrizes para encaminhar a crise do Império? Assumindo a premissa de que, a partir de certo momento, o regime teria começado a perder prestígio em meio aos seus dirigentes, o objetivo desse trabalho é analisar por que não houve resistência efetiva do Império à ofensiva republicana - que evoluía, pelo menos, desde 1870 - e ao golpe de 15 de novembro.

Naturalmente, não se tem a pretensão de desenvolver uma explicação cabal do problema. Apostando no potencial explicativo da percepção da fração dirigente do regime - construída em meio à dinâmica política – para o entendimento da crise do

¹ A célebre frase foi dita por Aristides Lobo em carta ao *Diário Popular*, de São Paulo, em 18/11/1889. Sobre a relação entre Estado, cidadão e sistema político na transição do Império para a República, cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007.

Império, elegemos como objeto central da pesquisa uma das mais importantes figuras políticas do regime.

Trata-se de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. Político baiano e membro da parcela conservadora que defendeu a escravidão até o apagar das luzes, Cotegipe foi presidente do Conselho de Ministros durante o período de maior ebulição do movimento abolicionista (1885-1888). Através de sua atuação como chefe proeminente do “Partido da Ordem”, buscaremos lançar luz sobre a questão da perda de legitimidade do regime em meio à classe social que o sustentava – a classe senhorial. Nesse sentido, busca-se analisar a tentativa de direção da crise do Império levada a cabo durante o seu gabinete.

Na historiografia sobre o período é possível encontrar quem já tenha questionado a falta de defesa do Império à mudança de regime. Analisando a queda da monarquia, Pedro Calmon chamou a atenção para o fato de que

“(…) a monarquia representativa sacrificou à sua doutrina a segurança, à coerência o próprio destino. Não se defendeu; deixou-se arrastar, ao léu dos acontecimentos, até a crise final, que a destruiu. Não formou castas, não estratificou uma classe, intimamente vinculada com a sua existência, dela dependente; não se apoiou a princípios imutáveis, interesses persistentes.”²

Na mesma linha, Oliveira Lima entendeu que “a instituição monárquica sentia-se esgotada e, sobretudo, abandonada. Os elementos com os quais poderia contar, não somente lhe faltavam, mais ainda não cessavam de invocar seus motivos e de expor suas queixas.”³

O fato de tal ideia estar presente nas obras dos autores citados anteriormente é significativo. Ambos foram, em diferentes épocas, expoentes do pensamento social brasileiro, e contribuíram para a formação de nosso conhecimento histórico. No entanto, o que diferencia a proposta desta pesquisa desses autores é exatamente a maneira de abordar o problema. Tanto para Calmon quanto para Lima, a questão da falta de defesa do Império surge como uma consequência da crise da instituição monárquica. Explicando a queda do regime através da clássica trindade composta pelas “questões” militar e religiosa e pela Abolição, os dois autores levantam o problema da desafeição

² CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. t. 2. Espírito da sociedade imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 358.

³ LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 230.

ao regime como resultado das principais crises políticas que abalaram o Império. Tais crises teriam levado a uma atmosfera de descrédito e abandono. No caminho exatamente inverso, esse trabalho parte do princípio de que a falta de resistência oferecida pelos dirigentes imperiais deve ser tomada como fator explicativo para a queda do trono.

Nesse sentido, nossa questão será pensada através da análise de documentos pessoais do barão de Cotegipe, contidos em sua coleção particular, depositada no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), assim como dos anais da Câmara de Deputados e do Senado do Império e das atas do Conselho de Estado.

Percebendo a crise do Império como uma crise de hegemonia escravista consolidada no período da Conciliação, partimos da premissa de que a crise orgânica do regime significou uma quebra na capacidade da classe dominante de se manter também como dirigente. Foi uma crise hegemônica escravista, no sentido de a própria natureza da sociedade estar em pauta a partir do surgimento, no cenário político internacional e nacional, da crise do sistema de trabalho escravo. Tendo se consolidado sobre bases escravistas, a vitalidade da organização imperial dependia da força da classe senhorial, que surgiu concomitantemente ao processo de formação do Estado imperial, identificando seus interesses antagônicos e passando a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe.⁴

Nesse contexto, essa classe, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, criou para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe deram homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.⁵ No Brasil do século XIX, a classe senhorial, formada historicamente, consolidou sua hegemonia através da ação de seus intelectuais, grupo no qual Cotegipe se inseria, e que tinha a função de homogeneizar e conscientizar a classe da qual eram orgânicos no campo social e político, de forma a garantir uma coesão e uma coerência com o campo político e econômico.

⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1994.

⁵ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Aqui, o termo “intelectual não se aplica como sinônimo para “letrado”, no sentido daquele que possui vasta erudição.

A escolha do barão de Cotegipe como objeto da análise se justifica por seu papel enquanto dirigente político e moral da classe senhorial. Nessa posição, inicialmente, durante o apogeu do Império, ele exerceu uma função hegemônica, passando a enfrentar a crise orgânica do regime a partir do momento em que se colocou a inevitável falência do sistema baseado na mão de obra escrava, e a necessidade da sua substituição.

No primeiro capítulo busca-se discutir a crise do Império enquanto uma crise hegemônica. Perseguindo a medida entre seus fatores orgânicos e conjunturais, apresentamos a crise do regime como uma crise orgânica escravista, desencadeada com a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), com a qual os dirigentes imperiais buscaram se antecipar aos possíveis desdobramentos da crise do sistema de produção escravista. À crise hegemônica se somaram, principalmente na década de 1880, crises políticas que, ao encontrarem um terreno já minado pela questão da escravidão, ditaram o ritmo dos acontecimentos que levaram à queda do regime.

A atmosfera política da década final do Império é apresentada no segundo capítulo. A eficácia da antecipação dirigente à crise da escravidão havia funcionado muito bem até esse momento, quando, com a intensificação do movimento abolicionista, o Império precisou agir novamente. O capítulo apresenta um panorama da evolução da questão a partir do gabinete liberal de Manuel Dantas, quando foi lançada a proposta da segunda reforma da escravidão - na forma da libertação dos escravos sexagenários -, passando pela gestão do também liberal Saraiva, até a ascensão conservadora, personificada na figura do barão de Cotegipe, quando, finalmente, a reforma foi aprovada. Após uma grande descaracterização do projeto original de Dantas, a Lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários, como ficou conhecida, surgiu numa roupagem moldada de acordo com os interesses escravistas, e sob as bênçãos dos conservadores, capitaneados por Cotegipe. A escolha do barão para encaminhar o processo final de aprovação da Lei dos Sexagenários não se deu por acaso. A fim de perceber a importância da ascensão do conservador, o capítulo apresenta também uma análise de sua formação enquanto intelectual da classe senhorial.

No terceiro capítulo, finalmente, discutimos a tentativa de direção da crise empreendida por Cotegipe. Após a aprovação da libertação dos sexagenários, Cotegipe demonstrou entender que bastava de reformas. Em meio a um contexto de forte ebulição política, seu governo foi marcado como um período de forte repressão. De posse de uma percepção privilegiada do momento que vivia, Cotegipe tentou a todo custo impedir a

divisão do Partido Conservador, acreditando ser esse o único caminho para a salvação do regime. No entanto, com o crescimento do dissenso dentro do próprio partido, viu sua tentativa de direção da crise fracassar e, com ela, seu tempo, o tempo do Império, terminar.

Capítulo 1 - A crise de hegemonia do Império

O Estado nacional brasileiro, cuja primeira forma se deu num Estado imperial centralizado, se constituiu com base em uma íntima relação com a formação social escravista moderna, que, estendendo sua presença estruturante sobre todo o território, exigia uma organização estatal capaz de assegurar as condições impostas pela dinâmica da inserção internacional, relativas à garantia da moeda, à administração de pressões externas – como o empenho britânico no fim do tráfico de escravos - etc. Nesse processo, que no Brasil se consolidou sob o regime monárquico instituído após a independência de Portugal, a classe senhorial - classe social cuja formação ocorreu de forma concomitante ao próprio processo de construção do Estado Imperial, e que se fez dominante se impondo, muitas vezes a partir do emprego da força por meio do Estado centralizado - se expandiu como estilo de vida no Brasil do século XIX.⁶

Essa expansão se deu a partir de um núcleo integrado por proprietários de terras e escravos, cujo poder se reafirmou com a expansão cafeeira na região do Vale do Paraíba a partir da década de 1830. Expansão que, contudo, não deixou de envolver os proprietários de outras regiões, e incorporou outros grupos – burocratas, professores, médicos, jornalistas, literatos – em torno da identificação com o mesmo projeto político-ideológico, baseado nos princípios de Ordem e de Civilização. Ela significou a gestação de identidades e valores socialmente compartilhados, e a adesão a práticas administrativas públicas, políticas e institucionalizadas, não ficando restrita aos grupos de grandes proprietários e comerciantes escravistas. Sua extensão abarcou também setores sociais subalternos, que se espelharam naqueles que se expandiam economicamente, buscando aderir ao seu etilo de vida. Na base desse processo, a generalização do emprego de mão de obra escrava de origem africana por todo o território, em diferentes ramos de atividade e por quase todos os setores sociais livres que podiam dispor de recursos para tanto, forneceu a sustentação deste processo de expansão.⁷

⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *op. cit.*

⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1994, *apud* SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Foi em torno das relações produtivas escravistas que a classe senhorial pôde ganhar unidade, identificando interesses antagônicos aos seus e passando a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe. Assim, seu processo de formação foi um processo de autoconfecção, embora sob condições dadas.⁸ Por “classe senhorial” entende-se, de acordo com Ilmar Mattos⁹, uma categoria histórica, e não apenas uma classificação derivada do lugar ocupado por um conjunto de indivíduos no mundo da produção e a relação que mantém com outra classe fundamental. Considera-se, antes de tudo, uma trajetória assinalada por inúmeras lutas. A formação da classe senhorial não pode ser reduzida a um processo de expansão de alianças familiares a partir de um núcleo de origem, formado por uma ou mais famílias radicadas em uma região central, no caso a província do Rio de Janeiro. A sua natureza enquanto classe e seus elementos de coesão – sua identidade – aparecem como resultado de experiências comuns vividas por determinados homens, que lhes possibilitaram sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, e dessa forma contrapor-se a outros grupos de homens, cujos interesses eram diferentes e, mesmo antagônicos, aos seus.¹⁰

A partir de uma situação histórica particular – no caso brasileiro, a conjuntura de 1837-42, como vivida pelos conservadores fluminenses, os “saquaremas” –, as ações de indivíduos, famílias, grupos, muitos deles radicados em aparatos institucionais locais, regionais e nacionais, resultaram em determinado “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização”, em que havia a consciência coletiva de interesses econômico-corporativos e sua formulação como identidade e interesses universais, com capacidade de incorporar e modificar interesses de outros grupos sociais, tornados, assim, subalternos. Esse foi o momento em que se apresentou a questão do Estado e da direção moral e intelectual de toda a sociedade, de todo Império, e não apenas da região fluminense, como forma de manutenção e reprodução da ordem senhorial-escravista. Ordem esta que, na época histórica da formação do mundo contemporâneo, estava longe de ser naturalizada, e convivia com uma pressão antiescravista permanente.¹¹

A coesão da classe senhorial transcendia o âmbito imediato dos interesses econômicos, regionais, locais e familiares. Estava estruturada de acordo com a sua

⁸ O conceito de classe senhorial foi pensando por Ilmar Mattos a partir do conceito de classe social tal como descrito por E. P. Thompson. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de *op. cit.*, e THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 121.

⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *op. cit.*

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ SALLES, *op. cit.* p. 52 e 53.

subordinação política e simbólica ao Estado imperial, que conferia a cada uma de suas frações, grupos, famílias e indivíduos um senso de identidade e unidade superiores. Além, é claro, de lhes dar acesso, sempre que necessário, aos recursos administrativos, financeiros, militares e políticos do Estado. A instituição monárquica, personificada na Coroa e na figura do imperador, garantia que o Estado, ainda que solidamente ancorado no apoio e no favorecimento de uma fração específica de classe – a dos grandes fazendeiros fluminenses – não fosse instrumentalizado diretamente por nenhum grupo ou facção em particular. Do ponto de vista simbólico, havia como que uma inversão que, ao mesmo tempo em que encobria as fontes sociais do poder estatal, as fortalecia em seus interesses mais amplos e fundamentais.

De acordo com Ricardo Salles,

A classe senhorial foi uma realidade histórica, uma formação intergeracional definida a partir de sua dimensão projetiva e memorial que tendeu a expandir-se como força e direção moral por determinada época e por toda sociedade, entendida como um “bloco histórico”. Isto é, é uma totalidade de relações sociais entre classes e grupos sociais estabelecidas a partir de modos de produção, acumulação, reprodução e apropriação material, configurações territoriais e demográficas, redes institucionais, práticas culturais, tradições. Nesse sentido, ela implicou uma cultura e um *ethos*, isto é, comportamentos, modos de ser, valores identidades, lugares sociais, que delimitaram espaços e redes de poder ancorados nesse conjunto histórico. A classe senhorial foi um acontecimento histórico complexo, e seus modos de ser e produzir se impuseram como modo de ser, como estilo de vida, tanto interna quando externamente, a outros grupos sociais subalternos. E, dessa forma, impuseram-se, enfim, como condição de sua reprodução social, física, espacial e temporal por meio de sua articulação com a construção do Estado imperial.¹²

Seu acontecer histórico envolveu a formação de hierarquias internas, tanto situacionais quanto simbólicas. Em primeiro lugar, entre frações econômicas, especializadas em diferentes ramos da produção, como o café e o açúcar, acarretando divisões espaciais, isto é, ligadas ao controle de áreas e regiões específicas. Em segundo lugar, na medida em que abarcava a mediação das instituições governamentais e do espaço público, pela constituição de camadas de intelectuais e, mais particularmente, de dirigentes políticos. Finalmente, seu acontecer histórico, ao se desenvolver em um tempo relativamente longo, resultou em hierarquias geracionais. Configurou-se, assim, um território social e simbólico, com lugares específicos, como a Corte, a civilização, a

¹²MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1994 *apud* SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.53.

província, a fazenda, a “boa sociedade” e a escravidão, que tudo sustentava. Foram esses condicionamentos, pertencimentos e identidades mais gerais e amplos – o Império do Brasil, a nobreza, o Estado, a escravidão como modelo de organização sócio-econômica – que passaram a balizar e a conferir estabilidade e solidez às identidades, aos pertencimentos e às práticas sociais mais imediatas e particulares, vivenciadas no âmbito local, do grupo de interesses e relações, familiar e do indivíduo.¹³

Nesse contexto, o lento convencimento de que a monarquia como forma de governo era conveniente foi resultado do “regresso conservador”, levado a efeito por dirigentes ligados à cafeicultura fluminense. Ajudou na persuasão a atitude da Coroa ao mostrar, logo em 1844, que os revoltosos da véspera, protagonistas de movimentos regenciais, podiam chegar ao governo, e que havia, portanto, lugar para a divergência. Estes foram dois pontos cruciais: a demonstração de que a monarquia era capaz de manter a ordem no campo e na cidade e de que podia ser árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes. Exercendo oposição apenas retórica, os liberais perceberam que as medidas executadas com o retorno – basicamente devolvendo ao governo central os poderes que perdera com a legislação descentralizadora da Regência – eram úteis para o exercício do poder.¹⁴

Por outro lado, a ação do Estado para assegurar o provimento de grandes levas de cativos africanos foi particularmente importante em face da tendência internacional antiescravista. A manutenção e a expansão do tráfico internacional de escravos foram elemento central na soldagem dos interesses do Estado aos interesses dos proprietários fluminenses e comerciantes de “grosso trato”. Soldagem essa que esteve na base da expansão militar, administrativa, política e simbólica promovida pelo Estado imperial no interior da nação que se organizava como império.¹⁵

Diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase que exclusivamente aos domínios de sua propriedade ou região, a classe senhorial se serviu do Estado para construir sua unidade e expandir-se duplamente: no plano horizontal, em relação aos demais plantadores escravistas das outras partes do Império, e no sentido vertical, em relação às pessoas livres. Essa dupla expansão significou uma incorporação dos valores da classe, que se apresentavam como a difusão de uma

¹³ *Idem*, p.54.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

¹⁵ SALLES, Ricardo. *op. cit*, p. 47

civilização. Nessa articulação, salientou-se o papel dos dirigentes imperiais, que atuavam como intelectuais da classe senhorial.¹⁶

A formação da classe senhorial como classe dominante consolidou uma ordem social hierárquica, em cujo ápice encontravam-se os grandes senhores de escravos, em particular os da província fluminense. Para garanti-la, construiu-se uma ordem política, que tinha no topo o imperador e os dirigentes imperiais, a nobreza e a “boa sociedade”, condição de manutenção da primeira – e que a ela se sobrepôs e se interligou intimamente. O equilíbrio interno das duas ordens, e dessas entre si, dependia do poder econômico e social dos grandes senhores, o qual, por sua vez, dependia da escravidão e sobre ela se realizava.

O edifício político e social do Império do Brasil repousava sobre o equilíbrio, sempre renovado, dessas duas ordens interdependentes. A história do Império, do Estado imperial e da classe senhorial foi a história da construção concreta dessa interdependência e equilíbrio. No entanto, a partir da década de 1870, essa ordem começou a dar sinais de crescente instabilidade: dirigentes e senhores, que até então haviam convergido para a reprodução da classe senhorial, começaram a divergir. Na raiz da divergência estava a questão da escravidão. A tensão antiescravista, agora principalmente em sua dimensão interna, reabriu-se e ameaçava tornar-se um fosso – o que de fato ocorreu, com o movimento abolicionista e com a rebeldia escrava -, a partir de 1880.¹⁷

O objetivo desse capítulo é discutir a crise do regime imperial. Tendo o Estado imperial brasileiro se consolidado sobre bases escravistas, cuja experiência de formação fomentou a constituição de uma classe social, com a crise do sistema escravista, os esforços dessa classe, até então direcionados para o crescimento e a expansão de determinado modelo de sociedade, precisaram ser reencaminhados no sentido de dirigir a crise da hegemonia construída, a fim de que a mudança do tipo de mão de obra fosse implementada com o menor prejuízo possível para a classe. O processo de antecipação e encaminhamento dessa questão por seus dirigentes marcou a crise de hegemonia do regime. E é através desse processo que buscamos explicar o colapso do Império. Com a abertura da crise escravista, a organicidade da classe senhorial – e do próprio regime –,

¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. op. cit. apud* SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. *op. cit.*, p. 49.

¹⁷ SALLES, Ricardo. *op. cit.*, p. 56.

assim como sua capacidade dirigente, entraram em questão. Nesse contexto, defender a ordem - evitando que acontecesse no Brasil, a exemplo de outros países, revoltas escravas e guerras civis - e, ao mesmo tempo, garantir os interesses dos proprietários de escravos, foi o tônus da política imperial até meados da década de 1880, quando à crise orgânica passaram a se somar crises políticas de cunho conjuntural, que ajudaram a minar, gradativamente, o consenso previamente consolidado.

Para uma análise clara do período, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre a natureza orgânica da crise e sua relação com as crises políticas que solaparam o regime, principalmente a partir da década que antecedeu a República.

Assumindo a perspectiva de Antonio Gramsci, parte-se do princípio de que, nas análises históricas, a relação entre estrutura e superestrutura deve ser exposta com a maior exatidão possível para que se possa chegar a uma justa análise das relações de força de um determinado período. Para tanto, é preciso mover-se no âmbito de dois princípios: o de que nenhuma sociedade se propõe tarefas as quais não seja capaz de resolver, ou para as quais a solução não esteja em vias de se desenvolver; e o de que nenhuma sociedade se esgota e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações¹⁸.

Com base nesses dois cânones, pretende-se aqui estabelecer, quanto ao processo de crise do regime, uma distinção entre os movimentos orgânicos – relativamente permanentes- e os de natureza conjuntural, que se apresentam como imediatos, ocasionais, quase acidentais. Certamente, os movimentos conjunturais dependem dos orgânicos, porém seu significado não tem um amplo alcance histórico, limitando-se a dar lugar a uma crítica política miúda, do dia a dia, que envolve os políticos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Em oposição, os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, envolvendo os grandes agrupamentos.

No estudo de determinado período histórico revela-se a importância dessa distinção. Quando tem lugar uma crise que se prolonga, às vezes, por dezenas de anos, essa duração excepcional mostra que se estabeleceram contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defendê-la esforçam-se para saná-las, dentro de certos limites, e superá-las. Tais esforços

¹⁸ Gramsci se refere a duas premissas lançadas por Karl Marx em *Prefácio à Crítica da economia política*. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

incessantes formam o terreno do que Gramsci chama de “ocasional”, no qual se organizam as forças antagônicas que tendem a demonstrar que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam ser resolvidas historicamente. Em última análise, essa demonstração só tem fundamento ao se tornar realidade; mas, imediatamente, se explicita numa série de polêmicas ideológicas (, religiosas, filosóficas, jurídicas etc.), cujo caráter concreto, ou seja, seu verdadeiro papel na cena política, pode ser avaliado na medida em que são capazes de modificar o alinhamento preexistente das forças sociais.

Sendo assim, o principal papel das análises históricas é encontrara medida entre o que é orgânico e o que é ocasional, ou, ao menos, dela se aproximar. De acordo com Gramsci, chega-se a apontar, em recorrentes erros, como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas eficientes. Para o filósofo, “num caso tem-se excesso de economicismo ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de ideologismo. Num caso superestimam-se as causas mecânicas; no outro exalta-se o elemento voluntarista e individual.”¹⁹

Nesta linha de pensamento, pretende-se apreender a crise do Império não apenas como resultado de crises políticas imediatas – como, por exemplo, a crise de inversão de gabinete de 1868, e as “questões” religiosa e militar -, mas como uma crise hegemônica diretamente relacionada a uma crise do sistema produtivo, alicerces do regime, no sentido de sua própria natureza estar em cheque.

Em 1868, buscando apoio incondicional à atuação do conservador Caxias na guerra que então se travava com o Paraguai (1864-1870), D. Pedro II, por meio das atribuições do Poder Moderador, destituiu o gabinete chefiado pelo liberal Zacarias de Góis, ignorando a maioria liberal na Câmara, e chamou ao poder o conservador e saquarema visconde de Itaboraí. Exemplo de crise política, e marco cronológico frequentemente escolhido por muitos intérpretes da queda do Império, a inversão de gabinete de 1868 marcou uma das mais importantes clivagens políticas da história política da monarquia no Brasil. A obra de Sérgio Buarque de Holanda²⁰ ilustra um tipo de corrente que valoriza o papel das análises que destacam o papel das crises políticas no processo de desintegração da monarquia.

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, p. 37.

²⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República. In: _____. (Org.). História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 5. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963 e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Para o autor, o sistema imperial teria sido fundado sobre forte instabilidade política, decorrente das atribuições e do frequente exercício do Poder Moderador. A dificuldade de D. Pedro II em se enquadrar na máxima, estabelecida desde a formação do regime, de que “o rei reina, mas não governa”, desencadeando as frequentes rotações de governos, cortejos de demissões e substituições em massa de empregados públicos, seria um dos distintivos da política brasileira durante a maior parte do século XIX. As contradições internas do regime, fruto da forma como se organizava a dinâmica política, e o desconforto que a atuação do imperador causaria, teriam eclodido com os acontecimentos de 1868, deixando à vista sinais nítidos de deterioração do sistema imperial. A crise de inversão de gabinete teria exposto aquilo que existia de frágil e quebradiço no Império, ou seja, sua incapacidade de formar de um núcleo relativamente estável de poder, apto a garantir um mínimo de continuidade na atividade administrativa, continuidade essa que, apontada por alguns como a maior qualidade das monarquias, teria sido sempre extremamente deficiente no Brasil do século XIX.²¹ Até aquele momento, o poder pessoal, ou o modo como este era exercido, impedindo continuidades no plano político, teria servido para obscurecer a deterioração interna já existente, e que vinha produzindo a degeneração do sistema, graças à inércia administrativa, resultado da instabilidade da organização do poder, que vedava qualquer ação contínua e de longo prazo.

Numa abordagem diferente da desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda, buscando a medida entre os fatores orgânicos e conjunturais da crise do regime, a inversão de gabinete em 1868 passa a ser entendida enquanto uma crise política conjuntural, que se somou à crise orgânica que se abria, de fato, em 1871, quando, com a aprovação da Lei do Ventre livre, se colocou o fim da escravidão num um horizonte próximo. Do ponto de vista das articulações internas e do jogo partidário vivido no país desde então, 1868 marcou o surgimento de uma representação política e de um setor da classe dominante que tinha como bandeira estratégica o fim do próprio regime monárquico, o Partido Republicano; a incapacidade dos liberais de promoverem as reformas que pregavam e, portanto, de mostrarem-se como alternativa viável dentro da ordem imperial; na cisão, informal, dos conservadores, entre os promotores dessas reformas e os reacionários, que se apegavam intransigentemente à manutenção de todos

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.159.

os privilégios da classe dominante.²² Da mesma forma, nesse momento, a quebra das regras por parte do imperador indicava o rompimento com o quadro de direção política amplo que os próprios saquaremas haviam consolidado. No entanto, o elemento subjacente a esta ampla conjuntura de crise política foi a questão da escravidão.

Durante a década de 1860, a necessidade de se antecipar a uma possível crise em decorrência do problema da mão de obra servil já vinha sendo pensada e colocada, entre os dirigentes, pelo imperador. Um ano antes da crise de 1868, a conjuntura internacional fortemente marcada pelo desdobramento da guerra civil americana (1861-1865), com a derrota da Confederação escravista, e a necessidade de incorporar escravos e ex-escravos aos contingentes militares mobilizados para a guerra com o Paraguai²³, fizeram com que o problema do elemento servil viesse à tona na reunião do Conselho de Estado de 1867. Parte dos estadistas começou a perceber a necessidade de fazer a transição da forma de mão de obra no Brasil de maneira gradual e, principalmente, controlada. Experiências como a norte-americana eram exemplos a serem evitados a todo custo, visando garantir a ordem, e, em última instância, o regime político.

Nesse contexto, para a cúpula dirigente, a libertação do ventre da mulher escrava passou a figurar como uma solução progressiva e eficaz. Ao mesmo tempo em que o Império poderia prestar contas internacionalmente a um mundo já muito intolerante com a escravidão, ganharia mais tempo para fazer a mudança de maneira a não prejudicar a lavoura, totalmente incapaz de abolir o trabalho cativo abruptamente. Uma ideia, entretanto, parecia ser comum até mesmo entre aqueles que defendiam a manutenção do trabalho escravo ao seu máximo: a de que, a essa altura, seu fim era apenas uma questão de tempo. Tempo maior ou menor. Mas, ainda assim, apenas tempo. Ao Estado imperial, era preciso sair na frente para tomar as rédeas da situação. De acordo com Ricardo Salles,

“alguns estadistas (...) tinham uma percepção política em que o quadro desfavorável à escravidão poderia se tornar, rapidamente, em um quadro de crise e instabilidade política e social. Crise que urgia conjurar através de medidas antecipatórias que encaminhassem lenta e pacificamente a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, fosse lá o que se quisesse efetivamente significar com esta última expressão. Tratava-se de dirigir o processo de extinção gradual do regime servil sem acirrar ou despertar algum

²² SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.169.

²³ A propósito, consultar SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

tipo de ativismo abolicionista, inclusive entre os escravos, e não comprometer o apoio dos fazendeiros ao regime imperial.”²⁴

No entanto, ainda que a adoção de medidas antecipatórias para evitar uma grande explosão de revoltas escravas tenha sido tema presente na fala dos estadistas entre 1867-1871, o temor real e imediato era muito mais político e complexo. Temia-se o do surgimento e o acirramento de divisões políticas sobre questão tão decisiva quanto a da escravidão, bem como a possibilidade de perda de apoio entre os proprietários por conta da reforma que iria contra seus interesses imediatos e de uma radicalização política que extrapolasse o círculo dominante e chegasse à “rua”.. Tudo isso junto e em combinação, inclusive as rebeliões escravas, que, ao final, não se verificaram, ao menos na década de 1870, era o que, temia-se, poderia comprometer a ordem política e social. Se as rebeliões escravas só vieram depois - com o abolicionismo já na década de 1880 -, a agitação, a radicalização e as divisões políticas não tardaram.²⁵

De qualquer forma, os marcos da crise do regime extrapolam os estritos elementos políticos. Durante a década de 1860, duas questões distintas – a escravidão e a Guerra do Paraguai-, mas também a relação entre elas, dominavam, cada vez mais, a agenda política nacional. A guerra produziu efeitos que deixaram transparecer a fragilidade do Estado imperial fundado sobre bases escravistas. Se, antes do fim do tráfico internacional de escravos, em 1850, a enorme oferta de cativos possibilitava a ascensão dos setores livres da população - inclusive o ingresso de escravos, através da instituição das alforrias, no mundo da liberdade e, até mesmo, da propriedade escravista - a partir de meados da década de 1860, a situação começou a mudar. A escassez de mão de obra escrava diminuiu as margens de solidariedade escravista, aprofundou as divisões sociais e forçou a redução das alforrias. Paralelamente, o Estado imperial, em uma conjuntura internacional crescentemente contrária à escravidão, via-se forçado a empregar a libertação de cativos para preencher as fileiras do exército no Paraguai. Nas zonas rurais do Sudeste, os escravos, fortalecidos em comunidades de senzala mais estáveis e estruturadas, aumentavam sua pressão por espaços de liberdade em um mundo no qual os senhores tornavam-se bem menos generosos em concedê-la.²⁶

²⁴ *Idem*, p. 70.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, Keila, ____ (org.). *Coleção Brasil Imperial*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Crise orgânica

Ainda que 1868 tenha marcado o surgimento de clivagens políticas – algumas, irreconciliáveis até o fim do regime –, o marco orgânico do processo de desintegração do Império foi a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871.

Da inversão de gabinete resultaram rearranjos políticos em meio aos liberais – ligueiros e históricos se reaproximaram em torno da oposição ao gabinete conservador de Itaboraí, e uma ala mais radical terminou dando origem ao Partido Republicano, em 1870. Da mesma forma, entre os conservadores, a pressão que D. Pedro II passou a exercer sobre o novo gabinete para que fosse efetivamente executada a primeira reforma da escravidão, que resultaria na subida do Visconde de Rio Branco ao poder, provocou a primeira grande cisão conservadora, dividindo-se o partido entre os contrários e os favoráveis à reforma. Ainda que a motivação imediata para a troca de gabinetes tenha sido a oposição entre Caxias e Zacarias de Góis, o fundo do problema dizia respeito também, e em grande parte, à incapacidade liberal de executar as reformas que pregavam. Seis anos de governos vinculados à Liga Progressista – dissidência majoritariamente liberal, mas também conservadora, que se opunha ao domínio dos considerados conservadores “emperrados”, ou seja, avessos a mudanças – não foram capazes de mostrar que essa parcela dirigente conseguiria encaminhar as reformas que, já nesse momento, começavam a se apresentar ao regime, e que, mais adiante, se revelariam como essenciais à sua sorte.

Nesse momento, não só entre os partidos se davam as cisões. Quando, à custa de uma grave crise no Partido Conservador, o visconde de Rio Branco, sucessor de Itaboraí, conseguiu encaminhar a reforma de 1871, enquanto estadistas se preocupavam em se antecipar à crise de mão de obra e aos seus possíveis desdobramentos, vivia-se nas fazendas de café do Vale do Paraíba um momento de estabilidade e fastígio da escravidão. Nesta região, em meados da década 1860, o trabalho cativo tendia à reprodução natural de sua população.²⁷ No entanto, essa realidade não se colocava com clareza no horizonte de expectativas da época. Para os que analisavam a situação de um ponto de vista geral, havia ainda a percepção de que a instituição da escravidão estava condenada a um desaparecimento brando e natural, motivado pela preponderância do

²⁷ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

número de mortes sobre o de nascimentos entre os cativos. Mesmo assim, boa parte acreditava que a experiência histórica passada da abolição no Caribe²⁸, e o quadro internacional, marcado pela Guerra do Paraguai e pela derrota dos Estados Confederados na guerra civil norte-americana, indicavam que este desaparecimento gradual não era seguro e capaz de impedir maiores ameaças à ordem imperial. Essa diferença de visões e o efetivo encaminhamento de uma reforma sobre a instituição que, na percepção da grande maioria dos proprietários de escravos, parecia estar estabilizada, marcou a instalação da dificuldade dos dirigentes do regime, ligados à classe senhorial, de dirigirem frações da classe vinculadas à propriedade escrava, e a região da Bacia do Paraíba, entendida como o complexo social conformado pela Corte e pelas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Em 1871 o Império colocou, pela primeira vez, o fim do trabalho escravo em um horizonte imediatamente próximo. Previa-se que, caso tudo se encaminhasse naturalmente, a escravidão estaria completamente extinta no Brasil por volta da primeira década do século XX. A libertação do ventre da mulher escrava trouxe à tona uma divergência decisiva. De um lado a cúpula estadista, que, com a proibição do tráfico em 1850, foi capaz de antever a necessidade de se fazer a transição do trabalho escravo – tido como fadado à extinção - de maneira controlada. Do outro, os senhores de escravos rurais das fazendas e aqueles que figuravam entre os próprios estadistas, principalmente os cafeicultores do Vale do Paraíba, que viviam o apogeu da escravidão, a qual, mesmo com o fim do tráfico, encontrava-se em expansão demográfica na região. Configurou-se uma expressão política daquilo que Ricardo Salles chamou de disjunção entre estadistas – dirigentes- e senhores. Nesse momento, para uma parcela expressiva da classe senhorial, o Estado parecia deixar de atuar em seu benefício, mesmo que, fora do campo da escravidão, medidas estivessem sendo tomadas objetivando a garantia dos interesses das classes dominantes, como, por exemplo, a reforma eleitoral, aprovada em 1881 e que estabeleceu o voto direto para as eleições legislativas. Com essa reforma, buscava-se o aprimoramento do sistema político a fim de que ele não perdesse sua capacidade de

²⁸ Sob pressão dos abolicionistas, em 1808 foi abolido o tráfico transatlântico para as colônias inglesas do Caribe e, em 1834, foi abolida a escravidão nessas mesmas colônias.

expressar institucionalmente os diversos interesses de frações da classe dominante e de outros setores sociais.²⁹

A apresentação formal do problema da escravidão durante a fala do trono de maio de 1871 suscitou forte oposição conservadora, concentrada nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Apesar de a Câmara ser unanimemente conservadora, só a duras penas, e graças a constantes pressões sobre os deputados, o ministério do visconde de Rio Branco conseguiu aprovar a reforma. Os fazendeiros viriam a reboque dos estadistas mais tarde, apenas quando se viram diante de uma ameaça maior e mais imediata, representada pelo movimento abolicionista, e pelas revoltas escravas abertas, principalmente em São Paulo.

A oposição conservadora não tardou a acusar Rio Branco de estar dividindo o Partido Conservador ao empunhar uma bandeira pertencente, na verdade, aos liberais. O chefe dos ministros foi acusado de não ter ouvido os dirigentes do partido, e de estar defendendo causas que não eram dos conservadores.³⁰

Do lado liberal também surgiram críticas. Tendo incluído a questão da abolição no seu programa em 1869, eles viam agora o partido da ordem dela se apoderar e tentar realizá-la, roubando-lhes a chance de chegar ao poder. Esse fato não só indisps importantes liberais com o regime, como mesmo os levou para o lado republicano. Assim, a Lei do Ventre livre produziu efeitos deletérios para os dois partidos.³¹

Concomitantemente, transformações que vinham se desenhando principalmente a partir da segunda metade do século XIX no Brasil começaram a se fazer sensíveis, passando mesmo a influenciar demandas, e a se fazerem presentes na agenda política do Estado. Essas mudanças podem ser percebidas em face do aumento e da diversificação dos negócios nas áreas agrícolas, comerciais e industriais. O aparecimento de instituições de crédito, a evolução dos transportes – exemplificada pela construção de novas ferrovias e pela substituição da vela pelo vapor para a propulsão de embarcações -, o surgimento das primeiras indústrias, a superação dos antigos banguês na produção de açúcar e o progressivo deslocamento do pólo economicamente dinâmico do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista³² são indícios de que a economia brasileira de meados do

²⁹ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

³⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de maio de 1871 apud CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.*, p.311.

³¹ CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.*, p. 312.

³² Diferentemente da forma como era praticado o cultivo do café na região do Vale do Paraíba, que se caracterizou por sua forma extensiva e predatória, a cultura do cafeeiro no Oeste Paulista se favoreceu de

XIX se tornava mais complexa. Simultaneamente às mudanças econômicas, evidenciava-se um movimento de urbanização em certas regiões, assim como o desenvolvimento de um mercado interno. Dessa diversificação surgiram novos grupos sociais. Aqueles ligados à indústria disputavam maior atenção do governo às suas necessidades, da mesma forma que os ligados a uma pequena e média burguesia urbana, composta por profissionais alocados na administração pública, atividades mercantis, liberais e nos bancos.³³ Porém, o principal grupo a reivindicar atenção eram os fazendeiros do Oeste Novo, acometidos pelo problema da escassez de mão de obra de forma muito mais aguda. De qualquer forma, muito embora a agricultura ainda fosse o principal pólo de acumulação de capital, perdia, aos poucos, a condição de campo único e exclusivo de investimentos.

Imersos no contexto de crise da escravidão, à cisão entre dirigentes e fazendeiros proprietários de escravos se somava a incapacidade daqueles de atrair para a órbita da hegemonia da classe senhorial os novos grupos sociais que se desenvolviam, principalmente aqueles ligados à expansão do café pelo Novo Oeste Paulista. Ao mesmo tempo, a estabilização da escravidão no Vale do Paraíba, combinada com a crescente estagnação do mercado de mão de obra cativa acarretada pelo término do tráfico internacional e pelos estreitos limites do tráfico nacional, vinha impondo a estrangulação da classe senhorial em seus antigos limites, que começavam a apresentar sinais de debilidade. Para se expandir, era necessário superar o sistema de mão de obra escravista. Sua impossibilidade de expansão, e a gradativa substituição do trabalho escravo pelo livre nas áreas cafeeiras no Oeste Paulista, onde não existia o comprometimento com a manutenção da ordem escravista, acabaram por romper as bases sociais e econômicas que haviam propiciado a formação da classe senhorial.³⁴

De acordo com Ricardo Salles, o governo, para implementar a lei de 1871, precisou se afastar das bases socioeconômicas do Estado. A lei tivera o sentido inequívoco de evidenciar o fim próximo da escravidão e de mostrar aos escravistas que não teriam a Coroa a seu lado. A abolição final seria questão de tempo e a tática dos

solo excepcionalmente fértil, a terra roxa, oriunda da decomposição de rochas vulcânicas. A isso, acrescenta-se o beneficiamento da escoação da produção pelas ferrovias, o que garantia seu barateamento. Da mesma forma, com a crise da escravidão, essa região se mostrou capaz de melhor encaminhar o processo de transição da forma de mão de obra, através, por exemplo, de investimentos na imigração europeia.

³³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

³⁴ SALLES, Ricardo. *As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema*. *op. cit.*

proprietários foi, daí em diante, ganhar o máximo possível desse tempo e evitar o que mais temiam: as rebeliões escravas. Ao longo de todo o processo, a ação do governo foi consistentemente mais favorável às medidas abolicionistas do que aos proprietários. Do choque e divergência entre a Coroa e os ministérios – que variavam em seu teor abolicionista – surgiram mudanças políticas que contribuíram para a mais rápida solução do problema da mão de obra, mas também para o declínio do sistema imperial.³⁵

Com a Lei do Ventre Livre surgiu o primeiro claro indício de divórcio entre o regime e parte da classe senhorial, que gradativamente tornou-se indiferente à sorte da monarquia. A monarquia foi esgotando sua utilidade como regime político perante os fazendeiros ao ferir seus interesses, terminando o imperador sozinho em 1889, em contraste com a sua coroação em 1840.

Crises políticas

Vimos como, a partir de 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, se abriu a crise da hegemonia escravista do regime imperial. No entanto, o movimento de antecipação dos dirigentes às possíveis crises que, durante a década de 1870, ainda expressavam apenas temores fundados em exemplos da experiência de outras nações, não foi capaz de impedir que, na década seguinte, as crises políticas finalmente encontrassem a crise hegemônica.³⁶

Do final da década de 1870 até a sua queda, em 1889, o já enfermo regime foi solapado por duas importantes crises políticas que, tendo se configurado num momento em que a crise orgânica da hegemonia escravista vinha avançando, foram decisivas para definir os rumos dos acontecimentos, e sacramentar o destino do Império. Trata-se da chamada Questão Militar e do recrudescimento do movimento abolicionista, cuja atuação forçaria a abolição definitiva da escravidão em 1888. Esse dois fatores de crise surgiram imersos e um contexto de exacerbação da crítica à sociedade imperial, e ao

³⁵ Ibidem.

³⁶ A ideia de encontro entre as crises políticas do final do Império, e a crise hegemônica do regime, foi originalmente proposta por Ricardo Salles. Cf. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. op. cit., p. 171.

próprio regime, favorecido pela invasão de ideias novas no cenário imperial, que serviram de elemento político contestatório da dominação simbólica do regime.

O ano de 1879 marcou o recrudescimento do movimento abolicionista. Concentrado na Corte, ele se espalhou através de uma imprensa diversificada e ativa, da formação de clubes e outras agremiações - que promoviam a abolição nas ruas, teatros e igrejas- e por meio das quermesses e *meetings*. Sua atuação favoreceu a remodelação do espaço público, até então francamente atrelado à influência da Coroa. Uma verdadeira ebulição política contestatória se formou e se desenvolveu durante o período.

Foi nesse contexto que a propaganda política contestadora que vinha se desenvolvendo desde, pelo menos, a década de 1860, e que se opunha às instituições nas quais o regime se apoiava, ganhou definitivamente as ruas. Nesse sentido, o desmonte das instituições imperiais passou a ser preparado também mediante fundamentadas críticas ao sistema monárquico, que atuavam moldando outro sistema simbólico.³⁷ O entrave da máquina estatal teria fortalecido a ideia de que as desejadas reformas seriam impossíveis sob o Império, já que, para resistir à crise, este precisaria ampliar suas bases de representação e abolir a escravidão, o que não tardou a se apresentar como a sua sentença de morte. O clamor pela abolição, que ganhava cada vez mais a população graças às iniciativas de divulgação do movimento abolicionista, foi, sem dúvida, o grande motor desse processo de contestação. Ele foi capaz de aglutinar diferentes camadas sociais, motivadas, cada uma, por diferentes razões, em torno da mesma causa.

Dessa ofensiva simbólica também participava o movimento republicano. Ainda que mais restrito do que o abolicionista, e sem tomar partido oficial na questão da escravidão, os republicanos contaram com uma imprensa organizada em diversos cantos do Império, com destaque para a atuação de Júlio de Castilho no Sul, e do periódico *A Província de São Paulo*, em São Paulo. Na Corte, a imprensa republicana foi instável. O órgão oficial do partido, o *A República*, durou apenas dois anos (1870-1872). No entanto, sob a liderança de Quintino Bocaiúva – defensor, durante a maior parte do tempo, de um solução evolucionista e pacífica para a crise do sistema político – o movimento se sustentou, e ganhou expressão.³⁸ Porém, o grande destaque republicano no processo de remodelação do espaço público do Império foi sem dúvida alguma Silva Jardim. Partidário de uma corrente oposta à liderada por Bocayuva, seus métodos

³⁷ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *op. cit.*

³⁸ Cf. BOEHRER, George. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

propagandísticos eram mais explosivos e propunham um caminho de superação da monarquia que implicava a participação popular. Dedicou boa parte da vida à propaganda republicana nas ruas, através dos *meetings*, nos quais foi, frequentemente, perseguido pela polícia e, após a abolição, pela Guarda Negra, instituição formada por ex-escravos que se devotaram à princesa, e ao regime, após sua libertação.³⁹

Essa atmosfera intelectual, capaz de mobilizar grande parte da população, se alimentava do “bando de ideias novas”⁴⁰ que invadiu o país a partir da década de 1870. De acordo com Angela Alonso⁴¹, o grupo intelectual que compôs a geração de 1870 se apropriava de ideia em voga na Europa, e as usava como meio de contestação política do Segundo Reinado, adaptando-as às necessidades da realidade nacional. Marginalizados pelas instituições políticas, esse grupo contestador propunha reformas estruturais à ordem imperial.

Desarticulado simbolicamente, de acordo com Maria Tereza Chaves de Mello, a partir desse momento, para o regime, a única forma de se preservar seria através da força, posto que ele teria se tornado um sistema sem projeto e, cada vez mais, sem legitimidade. Segundo a autora,

“O movimento intelectual provocou a deslegitimação simbólica e teórica do regime atacando seus suportes maiores: o monarca, a religião, o romantismo. Criou outra linguagem e semântica. Selecionou os temas, retirados da agenda liberal. Por isso mesmo, por sustentar o discurso numa base real, e pelo fato de os monarquistas também terem se apropriado dessa nova linguagem, teve força de desconstrução”.⁴²

Se o regime vinha sendo gradativamente desarticulado no campo simbólico, passando a depender cada vez mais da força como elemento de dominação, essa ebulição política e as ideias que serviam de base para a crítica da organização política e da sociedade imperiais também vinham tendo eco em meio às instituições coercitivas por natureza, principalmente no seio das Forças Armadas. O cientificismo e o positivismo haviam invadido fileiras do Exército, nas quais os anseios meritocráticos já há algum tempo vinham opondo parcelas militares à organização patriarcal do Império,

³⁹ Sobre Silva Jardim, cf. LEÃO José. *Silva Jardim. Apontamentos para a biografia do ilustre propagandista hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895 e NASCIMENTO, Carla, LEMOS, Renato. Apresentação do Manifesto de Fundação do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. In: PENNA, Lincoln de Abreu (Org.). *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

⁴⁰ Expressão usada por Silvio Romero para se referir ao movimento intelectual que no Brasil ganhou força durante a década de 1870. Cf. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁴¹ *Idem*.

⁴² MELLO, Maria Thereza Chaves de, *op. cit.*

que excluía política e socialmente parcelas mais pobres e desapadrinhadas da população. Nesse contexto, através dos episódios que compuseram a chamada Questão Militar – série de conflitos pontuais que colocaram em lados opostos segmentos militares e o governo imperial -, a extrapolação do espírito de corpo fortalecido a cada novo incidente levou a que questões inicialmente organizacionais assumissem feição política, fortalecendo-se a atmosfera que conduziria ao golpe de novembro de 1889.⁴³

Devendo as Forças Armadas garantir a ordem quando o consenso por si só já não é capaz de fazê-lo, nos episódios da Questão Militar observa-se o debate político invadindo a esfera estatal por meio da ação de grupos militares que passam a atuar no sentido de quebrar o consenso estabelecido, questionando, e mesmo a ela se opondo, a ordem consolidada. Todos os debates e polêmicas desenrolaram-se nas vísceras do Estado, o que significa que uma parcela orgânica - e não se está falando de uma parcela qualquer, mas daquela que, juntamente com a Guarda Nacional, detinha o monopólio legal da força e da violência - se voltava contra ele. Tratava-se de uma crise na esfera da sociedade política.

Nesse ponto, o melhor exemplo do que está sendo dito é, sem dúvida, a aceitação que a questão da Abolição teve dentro das fileiras do Exército. A simpatia que expressivas parcelas da corporação, incluindo oficiais de alta patente, nutriam pelo movimento abolicionista, fez com que, em 1887, como primeiro pronunciamento oficial do recém-fundado Clube Militar, oficiais mobilizados politicamente se recusassem a perseguir escravos fugidos. Não é possível pensar que todo o Exército fosse abolicionista. Tratava-se apenas de uma vanguarda politizada da corporação. No entanto, é significativo evidenciar a presença, como membro do Clube Militar, do general Deodoro da Fonseca, figura extremamente influente em meio à oficialidade no período, e que assumiu posição de liderança durante os episódios da Questão Militar. Deve-se perceber que, sendo atributo da sociedade política adequar a massa popular a um tipo de produção – o que inclui meios de produção e tipo de mão de obra - e à economia de um dado momento⁴⁴, quando militares se negam a desempenhar o papel de capitão-do-mato, eles estão, na verdade, se recusando a exercer as atribuições coercitivas que garantem os interesses da fração hegemônica da classe dominante, a dos

⁴⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 127.

proprietários de terra escravistas. Deve-se, no entanto, destacar que outra fração das classes dominantes já investia em formas mais modernas de trabalho, e disputava a direção política do bloco hegemônico. Assim, a recusa dos militares não significaria um boicote ao interesse do conjunto das classes dominantes, mas ao de uma fração específica – a escravista.

Essa fração escravista perdia o apoio do Exército num momento crítico. A partir de 1886, incentivados e organizados pelo movimento abolicionista, os escravos começam a praticar fugas em massa, constituindo-se numa ameaça à ordem e aos interesses materiais dos proprietários de terras, que passaram a ver suas fazendas sendo abandonadas. Grande parte desses fazendeiros compunha a fração da Bacia do Paraíba, que vinha se mostrando incapaz de proceder à substituição da mão de obra escrava por outra forma de trabalho, e que esbarravam nas dificuldades do Estado em ampará-los. No outro extremo dos acontecimentos, os agricultores das áreas cafeeiras paulista em expansão, que vinham se adequando a novos tipos de mão de obra, frente aos fatos, buscaram se antecipar à abolição. Capitaneados por Antonio Prado – importante líder do Partido Conservador –, além de se empenharem na vinda de trabalhadores imigrantes, muitos instauraram sistemas de trabalho assalariado em suas fazendas, atraindo escravos fugidos para sua esfera de influência, e conseguindo assim o mínimo de estabilidade em meio ao caos que se instaurava.

Essa tomada de dianteira por parte de um setor dos proprietários paulistas marcou uma segunda cisão no Partido Conservador, o que desarticulou definitivamente as bases dirigentes do Império. Após a divisão ocasionada pela aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, a rápida reconstituição das fileiras conservadoras foi novamente abalada durante o gabinete do barão de Cotegipe. O trigésimo gabinete do Império subiu ao poder substituindo o gabinete liberal de Saraiva, e com a responsabilidade de garantir a aprovação da reforma dos sexagenários. Inicialmente unidos em torno da figura de Cotegipe - salvo algumas exceções, como Domingos Andrade Figueira, contrário a qualquer reforma da escravidão - e da convicção de que a libertação dos escravos com mais de sessenta anos era indispensável para que se contivessem os avanços abolicionistas, os conservadores logo se dividiram entre aqueles que se atrelavam com todas as forças ao antigo sistema de trabalho e uma nova parcela, composta majoritariamente por representantes das províncias ao Norte – algumas das quais já

havam feito a abolição da escravatura – e de São Paulo, que aos poucos vinham conseguindo encaminhar com êxito a substituição da mão de obra.

Essa divisão significava que o dissenso que avançava contra a hegemonia escravista havia atingido as próprias bases dirigentes do Império. Procuraremos demonstrar esse processo nos próximos capítulos, através da análise da atuação do barão de Cotegipe, membro da parcela atrelada ao escravismo, na tentativa de dirigir a crise do regime.

Buscamos demonstrar que a crise do Império deve ser entendida através da relação entre a crise da organicidade da classe senhorial, em torno da qual o Estado imperial havia se organizado, e as crises políticas, até certa medida decorrentes dessa crise orgânica, que solaparam o regime durante os seus últimos anos.

A crise de hegemonia aberta em 1871 foi, aos poucos, abalando a capacidade dirigente da classe senhorial. Quando as crises políticas encontraram a crise hegemônica na década de 1880, o dissenso que se instaurara entre os intelectuais do regime impediu que o Império pudesse fazer frente às ofensivas externas à dinâmica político-parlamentar. Sendo assim, num contexto de ampliação do espaço público para além da esfera de controle estatal, e da disseminação de ideias que respaldavam a alimentavam a crítica ao regime, os movimentos abolicionista e republicano e a Questão Militar extrapolaram a capacidade defensiva do sistema imperial.

Durante a crise do regime, a Coroa fracassou por ter promovido ou facilitado ações contrárias a setores dos grupos dominantes, sem ao mesmo tempo constituir uma base de poder que substituísse ou equilibrasse a dos donos de terras. Como cerca de 90% da população viviam sob o domínio dos proprietários rurais, essas bases dificilmente poderiam ser populares. Restava apenas o Exército nacional, que, em boa parte, à época já havia se incompatibilizado com a Coroa. Ao invés, então, de ver-se legitimado pela atuação reformista, pela eficiência em solucionar problemas, o sistema imperial perdeu a imagem de eficaz que edificara ao longo da sua existência. As principais reformas que promoveu atendiam a interesses majoritários da população que

não podia representar-se politicamente.⁴⁵ É essa a ideia que procuraremos demonstrar adiante.

⁴⁵ Cf. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. op. cit.*

Capítulo 2 – Reformar é preciso

Na década de 1880, o Império do Brasil foi marcado por uma importante questão – a abolição da escravidão. Seu impacto foi extensivo a todas as esferas da sociedade, não só transitando pelo âmbito do político e do econômico, mas invadindo também os limites do simbólico e do cultural. Tratava-se do início de um período em que mudanças econômicas e sociais, associadas a conturbações políticas, mudariam os rumos e abalariam os alicerces da sociedade imperial.

Logo no começo de 1880, a Corte imperial teve seus primeiros dias marcados por uma revolta. Foram dias de confusão e incerteza. Comícios públicos, organizados para protestar contra o início da cobrança do imposto de um vintém sobre as passagens dos bondes urbanos, acabaram em violência nas ruas. O confronto armado entre manifestantes e as autoridades durou somente algumas horas, mas foi suficiente para marcar profunda e duradouramente a vida política, tanto da cidade quanto do Império. Ele redefiniu os atores, a plateia e a encenação da cultura política.⁴⁶

A Revolta do Vintém foi provocada por moradores urbanos, prontos para agir politicamente de maneira direta, sem vinculações partidárias estabelecidas, constituindo uma fonte de poder até então nunca utilizada⁴⁷. De acordo com Sandra Graham, o motim rompeu com a cultura política existente, transformando-a, e marcando uma mudança decisiva não só na maneira pela qual a ação política podia ser, pública e diretamente, realizada e compreendida, mas também quanto aos atores envolvidos. Nela, os habitantes do Rio de Janeiro esboçaram os primeiros traços de um novo estilo político, um estilo que seria elaborado e desenvolvido durante a década de 1880, principalmente pelo movimento abolicionista.⁴⁸ Afinal, um público politicamente engajado significava a existência de um poder externo ao Parlamento, e foi esse público que se tornou alvo da propaganda cada vez mais intensa da imprensa abolicionista. Para

⁴⁶ GRAHAM, Sandra L. O motim do vintém e a cultura política no Rio de Janeiro 1880. *Revista Brasileira de História*, Vol. 10, n.º 20, mar.91/ago91, p. 211. Por “cultura política” entende-se o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. Cf. SANI, Giacomo. *Cultura Política*. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 2.v.

⁴⁷ GRAHAM, Sandra. *op. cit.*

⁴⁸ *Idem*, p. 213.

a autora, os acontecimentos de 1880 revelaram outra dimensão da política, quando desempenhada de maneira mais pública e voltada para a população em geral.⁴⁹

À época, a escravidão já havia se tornado uma instituição em crise aguda. Com o recrudescimento e fortalecimento gradual do movimento abolicionista, liderado por Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama, organizavam-se manifestações em prol da libertação dos escravos, enquanto a imprensa bombardeava os dirigentes com constantes lembretes sobre a crueldade e a ineficiência econômica do sistema escravista. O marco do movimento, que levantava a bandeira da abolição imediata, diferenciando-se do emancipacionismo gradualista, e instaurou a campanha nas ruas e nos espaços públicos, foi a criação, em 1880, da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada por Nabuco, Rebouças, Patrocínio, João Clapp e outros. O movimento contava, ainda, com o jornal *O abolicionista*, editado por alguns dos seus mais importantes líderes. Com o avançar dos anos, à propaganda abolicionista se somaram casos de violência, rebeldia e fugas de escravos, que, até a abolição completa, em 1888, foram se tornando mais constantes em diversas partes do território.

A Corte, principal cidade do Império, e também seu centro político, foi o núcleo do movimento. Ela contava com uma imprensa política diversificada e ativa. Nas ruas, nos teatros e nas igrejas, a atividade abolicionista era promovida por agremiações e clubes, que realizavam atividades e organizavam peças em teatros, quermesses e os famosos *meetings*, meios através dos quais angariavam fundos para emancipar escravos e fazer propaganda abolicionista. O movimento incentivava e acobertava fugas de cativos e atuava como força de pressão sobre a Câmara e o Senado, acompanhando e fiscalizando a política abolicionista no Parlamento. Tribunais, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, destacaram-se por seus discursos e artigos na imprensa. Suas atividades conquistavam crescente apoio popular.

No entanto, o crescimento do abolicionismo não se deu apenas na Corte. Na verdade, suas formas mais radicais ganharam força em outras localidades, especialmente nas cidades de Santos (SP) e Campos, na então província do Rio de Janeiro.

De acordo com Ricardo Salles⁵⁰, a combinação entre o crescimento de uma população livre majoritária, cuja maior parte não estava comprometida diretamente com

⁴⁹ *Idem*, p. 229.

⁵⁰ SALLES, Ricardo. *Resistência escrava e abolição da escravidão no Brasil* (texto inédito).

a ordem escravista, a existência de camadas médias e de trabalhadores livres, a intensa vida urbana e facilidades de comunicação criaram um ambiente propício, a partir de fins da década de 1860, à divulgação e à propagação do emancipacionismo e, logo, do abolicionismo. Esse fermento urbano, e a existência de uma grande população escrava concentrada na área rural, com fortes laços comunitários já estabelecidos no decorrer de um longo período de ocupação da terra, e submetida a um recente ritmo mais intenso de exploração de seu trabalho, levaram a que a luta abolicionista, principalmente em Campos e na província de São Paulo, adquirisse características de uma verdadeira convulsão social.⁵¹

Na medida em que o movimento se expandia, as vitórias abolicionistas, sobretudo a do Ceará, onde a escravidão foi abolida em 1884, se traduziam em insegurança e ameaça econômica para os proprietários rurais e outros setores sociais. Os negócios, a indústria e o crédito diminuam. Com a lavoura ameaçada, o valor das fazendas também caía. Os agricultores das províncias do café atribuíam a baixa dos preços das safras e das terras ao movimento pela libertação dos escravos, passando a atacar violentamente quaisquer dos seus indícios.

Nesse ambiente, a legislação sobre o escravo começou a sofrer, principalmente a partir de 1880, um novo processo de discussões. Chegadas os debates ao Parlamento, este se dividiu entre uma parcela que articulava resistência às pressões abolicionistas, mostrando-se disposta a protelar ao máximo a extinção do trabalho escravo, e a encaminhá-la sob condições as menos prejudiciais para a classe senhorial, e os que percebiam a inevitabilidade do seu fim, e a desejavam. Na medida em que o movimento abolicionista ganhava força, os constantes rearranjos na correlação de forças nas câmaras tornavam mais difíceis distinguir claramente adesões partidárias contra ou a

⁵¹ *Ibidem*. Para diferentes interpretações sobre o movimento abolicionista, cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Ática, 1987; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987; BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988; COSTA, Emília Viotti da Costa. *A abolição*. 4. ed. São Paulo: Global, 1988; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991; LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981; MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010; MONTENEGRO, Antônio Torres. *Abolição*. São Paulo: Ática, 1988; MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986; QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982 e TOPLIN, Robert. T. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

favor da abolição. Para completar o quadro, havia agora um elemento novo e poderoso: a crescente adesão popular ao movimento abolicionista, e a pressão dos próprios escravos. A aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871- cuja principal resolução foi a libertação dos filhos da mulher escrava – colocou, pela primeira vez, o fim da escravidão no horizonte da classe senhorial. É verdade que se tratava de um horizonte ainda distante, o que permitia que ela absorvesse o impacto e se adequasse às novas condições. Entretanto, o cenário começava a mudar.

Dantas e Saraiva: o abolicionismo chega ao Parlamento

Mesmo que, desde 1871, a extinção do trabalho escravo já tivesse se tornando uma realidade no horizonte dos dirigentes imperiais, no início da década de 1880 ainda não era consensual a necessidade de uma nova intervenção na questão e, muito menos, a melhor forma de encaminhá-la. Desde o final da década de 1870 havia começado fora das câmaras a campanha pela abolição total. O movimento abolicionista foi lentamente dominando a imprensa, os recintos fechados, como teatros e sociedades literárias e esportivas, e ganhando as ruas. Até então, os gabinetes liberais no poder desde 1878 haviam temporizado em face da questão. O imperador mantinha sua postura abolicionista, mas mostrava-se menos empenhado do que na ocasião da Lei do Ventre Livre. Diante da pressão crescente, ele decidiu agir.

Entre os liberais, pelo menos desde a criação do “novo partido liberal”, que se articulava a partir da crise 1868, a questão da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre era levantada como uma de suas bandeiras. Propunha a conciliação entre conservadores moderados e os liberais, contra os conservadores arraigados, vermelhos ou *extremes*, como eram chamados por opositores à época. Possuía uma ala “jovem”, que defendia reformas, entre elas a do elemento servil. Eram expressões dessa ala, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Dantas, cujo filho também fazia parte dessa ala, tinha bom trânsito entre eles. Daí por que os abolicionistas depositaram esperanças nele.⁵²

⁵² Sobre o novo partido liberal, especificamente sobre as conferências que setores dele organizavam buscando angariar apoio, ver CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e Cidadania no Império*. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 e NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Sem quebrar a regularidade do Partido Liberal no poder, em 1884 D. Pedro II procurou um dos seus chefes que se dispusesse a levar a questão às câmaras. Com promessa de apoio da Coroa, Manuel Pinto de Sousa Dantas, advogado baiano, e que já havia presidido a província da Bahia entre 1865 e 1866, aceitou a missão de montar o 28º gabinete do Império.

Dantas assumiu a presidência do Conselho de Ministros em 6 de junho de 1884. A essa altura, a escravidão já era uma instituição condenada pela opinião pública, e defendida ativamente apenas por uma pequena parcela da sociedade. Esta parcela, no entanto, estava longe de se dar por derrotada. A subida de Dantas ao poder foi, aparentemente, o reconhecimento do imperador de que, com a evolução do movimento pela abolição, alguma nova reforma concreta precisava ser feita, ainda que se apresentasse, ao final, tolhida ao máximo por escravocratas.

Com a finalidade de cumprir a tarefa de que fora encarregado, o senador não tardou em propor o projeto que levaria seu nome – o Projeto Dantas. Ele propunha que os escravos que alcançassem sessenta anos fossem libertados *ipso facto*, e obrigava os proprietários a sustentar os libertos que preferissem ficar na sua companhia em troca da prestação de serviços gratuitos. Os escravos transferidos de uma província para outra seriam libertados. Far-se-ia um novo registro nacional de escravos, e aqueles que não fossem registrados no prazo de um ano seriam considerados livres. Ele estabelecia os valores dos escravos em níveis mais baixos do que o projeto que seria posteriormente aprovado. Assim como a lei final, o Projeto Dantas previa, para aumentar o fundo de emancipação, uma sobretaxa em todas as formas de receita do governo, exceto os direitos de exportação. Nesse ponto, o diferencial do projeto original de Dantas era que o dinheiro arrecadado com essas taxas deveria totalmente utilizado na libertação de escravos. Na forma como esse item foi aprovado, ao invés de beneficiar os escravos, passou a atender, primordialmente, os interesses dos proprietários. Da mesma forma, não havia no projeto original a cláusula que estipulava multas e a possibilidade de prisão, por até dois anos, para aquele que ajudasse ou abrigasse escravos fugitivos. Refletindo a importância que Dantas conferia ao estabelecimento de pequenas propriedades agrícolas, o projeto estipulava que os libertos e os ingênuos viriam, eventualmente, a ser donos da terra em que trabalhavam. Por fim, o projeto previa, ainda, que cada escravo emancipado pelo fundo deveria permanecer regularmente empregado por cinco anos no município onde vivia, sob pena de multa, prisão ou

trabalho forçado em obras públicas. Os contratos de serviço seriam legais, mas limitados a três anos. O governo central seria autorizado a criar colônias agrícolas para libertos e ingênuos que não encontrassem trabalho em estabelecimentos particulares.⁵³

Do outro lado do jogo, entre os conservadores, a possibilidade de se iniciar a discussão de outra reforma na escravidão causava divergências. Paulino Soares de Sousa Filho, Domingos Andrade Figueira e Antônio Ferreira Viana, importantes lideranças do partido, encabeçavam a frente dos que, nesse momento, se opunham a novas reformas referentes ao assunto. O primeiro entendia que qualquer plano nesse sentido deveria ser adiado, não importando o quão amadurecido estivesse, e pôde contar com Andrade Figueira ao seu lado nesta luta até o fim. O mesmo não aconteceu com Ferreira Viana que, apesar do inicial tom ameaçador em que acusava o imperador de conspirador e criminoso, mais tarde, em 1888, teria importante atuação na obra da abolição ao lado do conselheiro João Alfredo de Oliveira. Este, por sua vez, inicialmente não admitia a libertação dos sexagenários sem indenização, passando, no decorrer do gabinete Cotegipe, para uma gradual adesão às medidas abolicionistas, o que culminaria na sua escolha, pela princesa regente, para a chefia o gabinete posterior, e na tomada para si da responsabilidade da extinção imediata do trabalho escravo.

Ainda que, nesse momento, os liberais pudessem ostentar certa continuidade no poder, que se iniciara em 1878 com o gabinete Sinimbu, e que coincidiu com o recrudescimento do movimento abolicionista, no depositavam grandes esperanças, a postura liberal durante todo o Segundo Reinado, quando seus chefes não se mostraram capazes de implementar nenhuma das reformas que pregavam nos programas do partido, contribuiu para o fortalecimento de um sentimento de descrédito quanto à sua capacidade de se apresentar enquanto opção à política dos conservadores. Em se tratando daquela que era, em fins do século XIX, a principal questão social e política do Império, não foi diferente. Tanto que, segundo relato de Tobias Monteiro⁵⁴, ainda em 1884, Dantas teria se empenhado em cooptar o apoio conservador, ou pelo menos de uma parcela do partido, para seu projeto de reforma da escravidão. De acordo com Monteiro, Dantas, imediatamente após organizar seu gabinete, teria procurado atrair a boa vontade de João Alfredo, então líder conservador em ascensão, para o projeto de libertação dos escravos sexagenários que pretendia propor. Certamente a escolha de

⁵³ Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 260, 270-272.

⁵⁴ MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

João Alfredo para candidato a aliado político não fora aleatória. Nessa ocasião, tendo integrado o gabinete responsável pela aprovação da Lei do Ventre Livre, o político pernambucano, apesar da pouca idade à época, já era tido como um herdeiro político do visconde de Rio Branco, responsável pela mais importante reforma da escravidão feita desde 1850, quando foi abolido o tráfico internacional de escravos.

De qualquer forma, apesar dos esforços empreendidos por Dantas, João Alfredo não parecia disposto a qualquer aliança com o partido de oposição. Para o conselheiro, a questão deveria ser resolvida nas urnas, sendo impossível ser concessor com os adversários liberais, ao risco de cindir o Partido Conservador, que desejava encaminhar unido para a solução do problema. Um importante ponto a ser considerado é que, durante o gabinete Dantas, João Alfredo ainda não havia se decidido por um apoio incondicional à reforma da escravidão, considerando perigoso quebrar a garantia da propriedade escrava. De acordo com Monteiro, entre as soluções pensadas pelo estadista figurava um empréstimo para garantir que fosse feito o pagamento de indenizações aos proprietários de escravos. Contudo, isso implicaria numa cifra de 70.000 ou 140.000 contos, valor muito alto, e que assustava os demais políticos. Gradativamente, ele teria se convencido de que a lavoura só poderia ser ajudada por meios indiretos, e que os recursos de que precisava só assim poderiam, e deveriam, ser fornecidos.⁵⁵

Com a insistência de Dantas em conquistar o apoio de João Alfredo para a reforma que intencionava encaminhar, D. Pedro II teria chamado o conservador para uma reunião no palácio de São Cristóvão. Tendo ele continuado a sustentar o impasse, negando categoricamente apoio a Dantas, o monarca teria começado a perder as esperanças de que fosse possível executar a reforma sem que houvesse entendimento entre as lideranças dos dois partidos. No entanto, demonstrando grande agilidade política, João Alfredo teria se apressado em dizer que haveria um chefe capaz de cessar todas as divisões internas no Partido Conservador, e sob cujas ordens ele e Paulino de Sousa, líder da facção mais à direita e resistente a reformas do Partido Conservador, surgida com a crise de 1871, se reuniriam. Tratava-se de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. D. Pedro, vendo-se diante de questões internas ao partido, teria se limitado a dizer a João Alfredo que se entendesse com Cotegipe.⁵⁶ Para Manuel Correia de Andrade, a posição de João Alfredo, advogando a entrega do poder a um político

⁵⁵ *Idem*, p. 181.

⁵⁶ *Idem*, p. 182.

mais conservador do que ele, e defendendo uma parceria com um político declaradamente escravocrata, como o fluminense Paulino de Sousa, é compreensível, uma vez que, naquele momento, lhe parecia que, para que se fosse possível fazer as tímidas reformas defendidas pelo imperador, era necessário unir todas as correntes do Partido Conservador.⁵⁷

O momento era propício para uma aliança conservadora com o objetivo de encaminhar a reforma. Em poucos dias se iria celebrar o banquete anual em que, por iniciativa do senador Manoel Francisco Correa⁵⁸, se comemorava a data de 28 de setembro – dia da aprovação da Lei Rio Branco. Segundo consta, o barão de Cotegipe costumava ridicularizar essa cerimônia por seu caráter de culto à obra de 1871. No entanto, no ano de 1884, ele teria se comprometido a comparecer, havendo combinado previamente com João Alfredo uma declaração categórica acerca da questão do dia. Na hora dos discursos, parodiando uma frase de Thiers em relação à Comuna de Paris,⁵⁹ o velho político proclamou a impactante afirmativa, estremecendo o mundo político nacional: “O Partido Conservador quer, pode e deve realizar a reforma do elemento servil”.⁶⁰

Em resposta, João Alfredo o teria rapidamente coroado com a autoridade incontestável, sagrando-o “pontífice magno da grei conservadora”, na intenção de mostrar que o partido acolhia como dogma as palavras do novo “lema”. Da frase de Cotegipe e da atitude de João Alfredo, fica claro que, para os conservadores, tratava-se de derrubar a situação liberal e salvaguardar os interesses dos proprietários de escravos, introduzindo a questão da indenização aos proprietários, o que acabou acontecendo posteriormente, com a adição, ao projeto originalmente proposto por Dantas, da cláusula de prestação de serviços dos escravos favorecidos com a nova lei até os 65 anos. A questão, no fundo, era de princípios: os abolicionistas aceitaram apoiar o projeto Dantas, apesar de seu caráter parcial, porque viam nele a oportunidade de libertar mais escravos, desferir um golpe nos escravistas e fazer avançar ainda mais uma atitude antiescravista na opinião pública; os conservadores, ao introduzir a cláusula da

⁵⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *João Alfredo: o estadista da abolição*. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1988, p. 158.

⁵⁸ Manoel Francisco Correia foi membro do Partido Conservador e integrou o gabinete Rio Branco à frente da pasta dos Negócios Estrangeiros.

⁵⁹ Thiers foi o dirigente francês encarregado de negociar a rendição aos alemães na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Depois, se aliou a eles para esmagar a Comuna de Paris.

⁶⁰ MONTEIRO, Tobias. *op. cit.*, p. 183. Cf. *Anais do Senado Imperial*, 28 de agosto de 1885, p. 125.

prestação de serviços, buscavam dar o passo de como a questão seria encaminhada, isto é, sem perdas para o direito de propriedade.

A nova diretriz conservadora teria sido recebida pelos demais conservadores como uma suprema heresia. Francisco Belisário Soares de Souza, primo do conselheiro Paulino Soares de Sousa, não teria contido na intimidade a explosão da sua surpresa.⁶¹ Para a parcela ultraconservadora que se articulava, parecia claro que os liberais não conseguiriam encaminhar a reforma, e que seria questão de tempo a ascensão do Partido Conservador ao poder.

Ao ser apresentado à Câmara dos Deputados, a o Projeto Dantas encontrou resistência estrondosa. Da mesma forma que em 1871, foram profusos os ataques ao monarca. O projeto foi derrotado por 59 votos contra 52, e também foi negada confiança ao Ministério, tanto por conservadores quanto por liberais. No dia da votação, Dantas pediu formalmente que D. Pedro II fizesse uso do Poder Moderador para dissolver a Câmara. Tendo que enfrentar a escolha entre a Câmara anti-Dantas e o ministério Dantas, o imperador decidiu apoiar o último, indo contra o parecer do Conselho de Estado, contrário à dissolução, o que o fez crescer aos olhos dos abolicionistas.⁶² A dissolução foi vã. Realizadas eleições, a composição da nova Câmara teceu oposição ainda mais ferrenha ao projeto, e o governo continuou sendo minoritário em sua defesa.

Com a abertura da sessão especial da Assembleia Geral em março de 1885, os debates em torno da questão da indenização ditaram o ritmo das discussões sobre o projeto. Após calorosos embates, a nova Câmara, mais independente do governo, e mais distante da opinião nacional, derrotou novamente o gabinete, agora pela estreita maioria de 52 votos a 50. A fim de salvar seu governo, Dantas apelou novamente para D. Pedro II, pedindo-lhe novo ato dissolutivo. Dessa vez, o monarca aceitou a opinião expressa nas recentes votações. Tendo caído o gabinete Dantas, o monarca chamou ao poder um liberal menos comprometido com a reforma da escravidão, e que representava mais a opinião prevalente na Câmara. A intenção era que ele pudesse formar um novo ministério, e tornar o Projeto Dantas mais aceitável para conservadores e liberais dissidentes.

Tratava-se de José Antônio Saraiva. Em 1880, como presidente do Conselho, o chefe liberal já havia encaminhando a Reforma Eleitoral, promulgada em 1881. Dessa

⁶¹ MONTEIRO, Tobias. *op. cit.*

⁶² *Idem.*

vez, aceitou assumir a responsabilidade de montar novo gabinete e conseguir a aprovação do projeto na Câmara e no Senado. Apesar de contar com maioria liberal na Câmara dos Deputados, a opinião de que era preciso encaminhar a reforma do elemento servil não era consensual entre os membros do partido. A proposta de Dantas provocou uma grave divisão no Partido Liberal, que pode ser comparada à resultante da crise provocada pela inversão de gabinete em 1868, fato que provocou o ingresso de uma expressiva parcela do partido como signatária do Manifesto Republicano, e como integrante do Partido Republicano, fundado em 1870.⁶³

Na ala conservadora, em reunião presidida por Paulino Soares de Sousa e João Alfredo, deliberou-se, contra o voto de Andrade Figueira, apoiar o projeto de libertação dos sexagenários, e encarregar Antônio Prado de liderar a minoria do partido na Câmara dos Deputados, sob a importante condição de que defendesse a cláusula da prestação de serviços até os sessenta e cinco anos de idade.⁶⁴

O novo presidente do Conselho de Ministros, que, ao ocupar o mesmo cargo anteriormente havia sido contrário a qualquer reforma referente à escravidão, informou na Assembleia que insistiria em que a libertação dos escravos fosse iniciada o mais rapidamente possível. Para tanto, fez com que o Projeto Dantas fosse revisto e corrigido radicalmente, ao ponto de que, quando reapresentado à Câmara, fosse recebido com entusiasmo por seus antigos opositores. Para conseguir a aprovação do projeto, Saraiva o descaracterizou, acrescentando cinco anos de trabalho aos quais estariam sujeitos os sexagenários a título de indenização aos proprietários - para gáudio dos conservadores - e garantindo o princípio da indenização.

Mesmo assim, a oposição ao projeto foi forte. Liberais e abolicionistas o acusaram de barrar uma reforma mais radical. Os críticos atacavam aspectos específicos da legislação. Questionavam as razões que justificassem um imposto aplicado a todos os cidadãos para ajudar a emancipar escravos, e que tinha por fim favorecer um número muito pequeno de fazendeiros abastados. Os abolicionistas, por sua vez, revoltaram-se com o parágrafo que tornava crime dar asilo a escravo fugido, e não se cansaram de criticar a nova tabela de preços para a libertação de escravos através do fundo de emancipação.⁶⁵

⁶³ Cf. BOEHRER, George. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

⁶⁴ MONTEIRO, Tobias. *op. cit.*

⁶⁵ CONRAD, Robert. *op. cit.*

Ainda que mais discretas do que em 1871, as diferenças regionais em relação à escravidão também apareceram em 1885. As mais significativas foram as que começaram a se desenvolver entre Rio de Janeiro e São Paulo, resultantes da diferença de situação econômica entre as duas regiões. Com o café em expansão, São Paulo já atraía alguns imigrantes europeus. Mesmo não sendo ainda mais rica do que a província do Rio de Janeiro, a região vinha ganhando projeção econômica. Enquanto grande parte da cafeicultura fluminense, embora não toda, estava estagnada ou em decadência, a província paulista se encontrava melhor preparada para aceitar a emancipação dos escravos sem indenização, ou mesmo a abolição imediata. No debate de 1885, representantes de ambos os lados encontraram-se na vanguarda da defesa da escravidão, porém os paulistas mostraram uma melhor disposição em aceitar a lei do que os representantes do Rio de Janeiro.⁶⁶

A lei de 1885 desmobilizou o abolicionismo por um breve período, mas em pouco tempo o movimento reapareceu com força. De acordo com Robert Conrad, com ela, o abolicionismo provincial, tão eficaz no Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul, foi detido e regrediu, talvez resultado dos preços máximos dos escravos estabelecidos pela lei, muito mais elevados do que os que os abolicionistas podiam pagar em suas campanhas de emancipação. Contudo, o fator principal foi a derrota moral e o descrédito de uma política de pressões via parlamento. A derrota fortaleceu os mais radicais e radicalizou os moderados.

Essa regressão, no entanto, foi parcial e curta. Pouco depois da promulgação da lei, a imprensa abolicionista renovou seus ataques, denunciando a aliança da Coroa com os interesses da escravatura e criticando a ameaça aos abolicionistas contida na cláusula sobre escravos fugidos.⁶⁷

O projeto Saraiva criou um alinhamento totalmente diferente na Câmara dos Deputados. Ao contrário de Dantas, que sofrera oposição da maioria dos conservadores, Saraiva teve apoio da maior parte dos membros do partido oposicionista. Dois pequenos grupos conservadores se opuseram a Saraiva. Incluíam alguns dos que rejeitavam qualquer mudança nas leis que governavam a escravatura – Andrade Figueira, da província do Rio de Janeiro, e Barros Cobra, de Minas Gerais, por exemplo- e uma facção conservadora um pouco maior, predominantemente das províncias do Norte, que

⁶⁶ *Idem*, p. 277.

⁶⁷ *Idem*, p. 281.

consideravam o projeto demasiadamente moderado. A maioria dos dissidentes liberais que tinha se oposto a Dantas apoiou Saraiva, enquanto os abolicionistas liberais formaram uma facção antigovernamental, nova e mais ampla dentro do Partido Liberal.⁶⁸

Contudo, uma vez conseguida a aprovação, os partidos voltaram às suas respectivas fileiras e era o Liberal que estava enfraquecido. A divisão no Partido Liberal, causada pelo encaminhamento do projeto de libertação dos sexagenários, havia tornado essencial o apoio da minoria conservadora para que Saraiva conseguisse aprovar o projeto na Câmara. Apostando ser impossível reconquistar o apoio da maioria do seu partido, em agosto de 1885, Saraiva reuniu seus ministros para deliberar se, sem apoio, e ao risco de um voto de desconfiança na Câmara, deveriam continuar à frente do Conselho de Ministros.

Em 15 de agosto Saraiva entregou ao imperador o pedido de demissão do Ministério, sem indicar seu sucessor, como era de praxe nessas ocasiões. O imperador, então, consultou os presidentes das duas Câmaras e decidiu convidar para formar o novo gabinete o antigo ministro dos Estrangeiros do gabinete Saraiva, João Lustosa da Cunha, o marquês de Paranaguá, que recusou o convite por solidariedade aos colegas demissionários. Os liberais acreditavam que o estado da Câmara não permitia a formação de um ministério forte. Ouvindo novamente os presidentes das duas casas, D. Pedro decidiu indicar o barão de Cotegipe para o cargo. Cotegipe aceitou o convite e declarou ao Parlamento que se empenharia para que o Projeto Saraiva fosse aprovado de vez, o que significava conseguir sua aprovação no Senado, mais conservador. Para desespero dos liberais radicais, foi sob a liderança de um representante da ala mais conservadora dos conservadores – que tinha o apoio de muitos liberais moderados – que o projeto foi aprovado rapidamente, sem emendas, pelo Senado, a tempo do imperador poder sancioná-lo no décimo quarto aniversário da Lei Rio Branco.

⁶⁸ *Idem*, p. 273.

João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe

O homem escolhido por D. Pedro II para conseguir, de uma vez por todas, a aprovação da Lei dos Sexagenários, e para se encarregar de sua execução foi João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe.

Nascido em 23 de outubro de 1815 na freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, Bahia, era filho do abastado proprietário capitão-mor João Maurício Wanderley e de D. Francisca Antônia Wanderley.⁶⁹ De descendência holandesa, era trisneto do capitão de cavalaria Gaspar van der Ley⁷⁰, radicado no Brasil por ocasião das invasões holandesas na região Nordeste no século XVII. Em 1833, Wanderley se transferiu para Olinda, com o objetivo de cursar a Faculdade Nacional de Direito de Recife.⁷¹

No período em que Wanderley esteve em Olinda, aqueles que despontavam para a vida política pública sofriam o impacto da efervescência política provocada pelo vazio no trono após a abdicação de D. Pedro I, e pela menoridade do príncipe herdeiro D. Pedro II. O “7 de abril” – movimento que levou à abdicação de D. Pedro I, em 1831 – foi um processo marcadamente conflituoso, de grande dimensão popular, e que envolveu diferentes atores sociais, cada qual com expectativas as mais diversas. De acordo com Marcello Basile, o movimento resultou de tramas articuladas na imprensa, no Parlamento, nas sociedades secretas e nos quartéis, e também da forte participação popular, expressa nos frequentes movimentos de protesto, que culminaram com o grande movimento do dia 6 de abril, que chegou a reunir quatro mil pessoas.⁷² À frente de todo o processo estavam os liberais “moderados” e “exaltados”, facções políticas com projetos distintos, mas que naquele momento uniram forças com a finalidade de formar um bloco de oposição a D. Pedro I. Organizados desde 1826, os “moderados” reuniam uma nova geração de políticos provenientes do Rio de Janeiro, São Paulo e

⁶⁹ BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Reimp. de Off.set. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [1898], v. 4, p. 1.

⁷⁰ Gradativamente, o aporuguesamento do sobrenome holandês “van der Ley” resultou em “Wanderley”. Cf. PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 16.

⁷¹ Curiosamente, no caminho para Olinda Wanderley conheceu Zacarias de Góes - que viria a ser advogado, dirigente imperial e três vezes chefe do gabinete de ministros - embarcado no mesmo vapor, com destino a mesma faculdade. De acordo com Wanderley Pinho, os dois travaram ali uma camaradagem, que perduraria até a maturidade de ambos.

⁷² BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação. A era regencial (1831-1840)*. In: GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial, v.II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 59. Para uma síntese do período regencial, cf. MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Minas Gerais, e ligados a setores da pequena burguesia urbana e militar.⁷³ Os “exaltados” organizaram-se pouco depois, por volta de 1829. Eram compostos, em geral, pelas camadas médias urbanas (profissionais liberais, funcionários públicos civis, militares e eclesiásticos) sem representação política durante o Primeiro Reinado.⁷⁴

Com a vacância do trono, deflagrou-se uma violenta disputa pelo poder regencial, prontamente ocupado pelos “liberais moderados”, que não hesitaram em excluir os “exaltados”. Pela existência de diferentes projetos políticos, este foi um período caracterizado por acirradas disputas. Para completar o quadro de concorrência, logo no início da Regência um terceiro grupo se organizou. Os “caramurus” se apresentavam contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824. Defendiam a monarquia constitucional fortemente centralizada e, em casos específicos, nutriam anseios regressistas.⁷⁵

Nesse contexto, as disputas políticas e as tensões sociais acabaram muitas vezes explodindo em manifestações violentas. Inúmeros movimentos de protesto e revolta eclodiram por todo o Império, muitos deles de cunho federalista, sendo possível citar, entre os de maior destaque, todos de tendência “exaltada”: a Cabanagem (1835-1840), no Pará; a Balaiada (1838-1841), no Maranhão e no Piauí; a Sabinada (1837-1838), na Bahia e a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul. Apenas a Cabanagem (1832-1835), em Pernambuco e Alagoas, apresentou tendência “caramuru”.

Nesse ínterim, já havendo se tornado bacharel em Direito, Wanderley retornou à Bahia em 1837, e encontrou sua terra natal inflamada pela Sabinada, movimento pertencente a uma “linha de revoltas federalistas baianas que propunham o fim da integridade do império, por uma comunidade imperial de províncias”.⁷⁶ O movimento criticava a falta de autonomia provincial, e a submissão das províncias aos interesses políticos e econômicos do centro político localizado na província do Rio de Janeiro. Consensualmente, a Sabinada é considerada por seus intérpretes como a “a gota d’água para a implementação do projeto conservador do Regresso”.⁷⁷ inaugurado com a regência de Araújo Lima (1837-1840), e que se dedicou a desfazer a obra liberal

⁷³ BASILE, Marcelo. *op. cit.*

⁷⁴ *Idem*, p. 60.

⁷⁵ *Idem*, p. 61.

⁷⁶ SOUZA, Paulo César. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia*. São Paulo: Brasiliense, 1987 apud GRIMBERG, Keila. *A Sabinada e a politização da cor na década de 1830*. In: GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial*, v.II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 273.

⁷⁷ GRIMBERG, *op. cit.*, p. 279.

descentralizadora da Regência, expressa no Código de Processo Criminal, de 1832, e no Ato Adicional de 1834. À época, Wanderley assumiu posição contrária ao movimento rebelde. O conservador baiano, que nessa época começava a dar os primeiros passos na construção uma carreira política de caráter nacional, anos mais tarde, já no final de sua vida, buscava sistematizar sua visão sobre o movimento da Sabinada. Sua motivação inicial teria sido a de reparar erros que acreditava haver identificado na obra de referência sobre o assunto escrita por Sacramento Blake. O trabalho de Wanderley ficou incompleto, interrompido por sua morte em 13 de fevereiro de 1889.⁷⁸

Entre 1838 e 1840, Wanderley seguiu advogando nos foros da Comarca do São Francisco e consolidando, no sertão, amizades políticas e de família. No ano de 1840, enquanto pleiteava na Corte sua primeira nomeação para a magistratura, assistiu à Declaração da Maioridade.⁷⁹ Ainda naquele ano, foi eleito para a Assembleia Provincial da Bahia. Em 26 de julho de 1842 foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos da Barra e Chique Chique. Pouco tempo depois, foi nomeado delegado de Polícia pelo então presidente da província da Bahia, Joaquim José Pinheiros de Vasconcelos, visconde de Monserrate.⁸⁰ No contexto do Regresso, a forma como Wanderley começou a se inserir politicamente aponta seu alinhamento com os regressistas, futuros conservadores. Era o início do caminho que o levaria a chefe proeminente do Partido Conservador no Segundo Reinado.

Em 1842, na Assembleia Provincial da Bahia, Wanderley requereu a criação de uma comissão para ir à Corte felicitar o novo imperador, e assistir à sua coroação. No mesmo ano foi eleito 1º secretário da casa.

No fim de 1842, Wanderley fez sua estreia na Câmara dos Deputados do Império. Em maio do ano seguinte foi afastado do Parlamento pela dissolução prévia que servira de estopim para as revoltas de São Paulo e Minas. Na legislatura seguinte, Wanderley voltou diplomado suplente, tendo sido, logo após, reconhecido como deputado pela Bahia.⁸¹

⁷⁸ BLAKE, Sacramento. *op. cit.*, p. 4

⁷⁹ Sob agitação liberal, o Senado foi pressionado a declarar, em 23 de julho de 1840, a maioria do imperador D. Pedro II, aos 14 anos de idade. Dessa forma, a regência do império saía do controle regressista. Esperava-se que a figura do imperador, ainda que inexperiente, pudesse conter a revoltas regenciais que ainda subsistiam. A Balaiada terminou em 1841, e a Farroupilha em 1845.

⁸⁰ PINHO, Wanderley. *op. cit.*, p. 52.

⁸¹ *Idem*, p. 65.

Em maio de 1844 Wanderley foi nomeado juiz de direito da comarca de Santo Amaro. De acordo com Wanderley Pinho, o posto era alto e cobiçado devido à sua importância partidária. “Fiadores da política em suas comarcas, tanto respondiam os juízes pela ordem e pela justiça, quanto pelas eleições”.⁸²

Com a subida do gabinete Olinda-Monte Alegre, mudaram as administrações provinciais. Na Bahia, coube a dois conservadores a ocupação dos principais cargos políticos. Um deles, a chefia da Polícia, foi concedido a Wanderley. Iniciava-se, assim, a ascensão do futuro barão como liderança política conservadora em sua província.

Na ocasião, os conservadores chegavam à Bahia para substituir uma administração liberal que, apesar de curta, se fizera bastante popular.⁸³ Gonçalves Martins, presidente da província, e Wanderley trataram logo de pensar em como trabalhar a opinião pública.⁸⁴ Começaram por dar direção à imprensa baiana, criando uma folha diária, que explicasse os atos do governo e defendesse sua política, e outra, periódica, que “jogasse com as mesmas armas dos adversários”⁸⁵. A direção da imprensa era então uma das ocupações dos governos geral e provincial. Provavelmente visando “organizar a casa” no período após as conturbações regenciais, diria o imperador no programa traçado em 1853 para o gabinete Paraná: “reorganizar-se a imprensa na Corte e nas províncias, se for possível”⁸⁶.

Naquele momento, a situação na Bahia era de relativa tranquilidade, não fosse o espectro das agitações que vinham se dando em Pernambuco. Nessa província, em 1848 eclodiu a Revolução Praieira, movimento de caráter liberal e separatista que se estendeu a 1850. Como chefe de Polícia baiano, Wanderley auxiliou a repressão à rebelião, motivado, principalmente, pelo medo de que a conspiração pernambucana pudesse respingar na sua província, onde a Revolução Praieira teve, de fato, grande repercussão. Ali, se o surto revolucionário não chegou às vias de fato, se expandiu em colunas de jornais militantes, principalmente através dos liberais. Para conter o surto revolucionário, era preciso que os governos agissem energicamente, contando com a disciplina de seus correligionários. De acordo com Wanderley Pinho, a Bahia, resistente e solidária com a autoridade central, representaria naquele momento um papel histórico:

⁸² *Idem.*

⁸³ *Idem.*

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ *Idem*, p. 174.

⁸⁶ *Idem.*

“atalaia ao norte, dique à agitação revolucionária que desaguava de Pernambuco, antemural do republicanismo anárquico de Borges da Fonseca”.⁸⁷ A organização do Partido Conservador naquela província foi um dos aspectos da reação geral conservadora, na qual João Maurício Wanderley teve participação direta.⁸⁸

Por ocasião da Lei Eusébio de Queiroz, que pôs fim ao tráfico internacional de escravos em 1850, Wanderley ainda ocupava o cargo de chefe de Polícia da província da Bahia. Apesar do tráfico já ser considerado ilegal desde 1831, apenas em 1850, após forte pressão inglesa, com o aval saquarema a prática passou a ser efetivamente coibida. Independentemente das atribuições repressivas que lhe cabiam enquanto chefe de polícia, apenas nesse momento sua atuação na repressão ao tráfico foi enérgica, não hesitando em confrontar os interesses de poderosos negociantes e traficantes da província com o objetivo de fazer valer as diretrizes do poder central.

Daí por diante sua atuação política começou a lhe render frutos maiores. Em 1852 Wanderley foi nomeado presidente da Bahia. Em 21 de dezembro desse mesmo ano, tornou-se juiz dos feitos da fazenda na capital da Bahia. Em 2 de dezembro de 1854 foi condecorado como comendador da ordem da Rosa⁸⁹.

Em 14 de junho de 1855, Wanderley projetava-se para além dos limites da política provincial, assumindo a pasta da Marinha no gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, conhecido por sua política de conciliação. Iniciado em 6 de setembro de 1853 seu gabinete consagrou a hegemonia conservadora, e se tornou um marco da aceitação da direção conservadora pelos liberais após as disputas políticas da regência.⁹⁰ De acordo com Ricardo Salles, a política da Conciliação se fazia entre vencedores e vencidos, depois da ascensão dos conservadores ao poder, em 1848, e da derrota da revolta dos liberais pernambucanos que se seguiu, na qual Paraná tomara parte decisiva.⁹¹ Em 8 de outubro de 1856, com a morte de Paraná, Wanderley se transferiria definitivamente para a pasta da Fazenda, cargo que já vinha ocupando interinamente desde que o presidente do Conselho havia ficado doente.

⁸⁷ *Idem*, p. 185. Antônio Borges da Fonseca, jornalista e líder político radical com participação destacada na Revolução Praieira.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ A Imperial Ordem da Rosa é uma ordem honorífica brasileira. Foi criada em 27 de fevereiro de 1829 por D. Pedro I para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias, com Dona Amélia de Leuchtenberg e Eischtädt.

⁹⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *op. cit.*

⁹¹ SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org.). *Coleção Brasil Imperial. op. cit.*, p. 50.

Ao entrar para o gabinete da Conciliação, Wanderley buscou abrir caminhos para concretizar seu desejo de conseguir uma cadeira no Senado, para o qual pouco tempo depois vagou o lugar de Domingos Jorge de Barros, visconde de Pedra Branca. À época, ainda que não contasse com os quarentas anos mínimos necessários para se candidatar ao cargo, Wanderley se valeu da lentidão burocrática para atingir o pré-requisito. Para um político do império, o Senado representava ponto importantíssimo da carreira. De acordo com Wanderley Pinho, a vitaliciedade do Senado era uma garantia perpétua contra o esquecimento, o obscurecimento, a derrota e o fracasso.⁹²

Eleito, em 8 de maio de 1856 Wanderley se tornou Senador do Império. Sua chegada àquela casa significou, de fato, uma ascensão na carreira. A garantia do cargo de senador com a idade mínima exigida mostra que Wanderley construiu uma trajetória rápida e bem-sucedida. E com a benção de nomes políticos de peso, como o saquarema Visconde de Uruguai, que, por ocasião de sua posse, teria dito: “agora o que lhe desejo é que seja senador por muito tempo”.⁹³ Em apenas quinze anos havia conseguido uma trajetória política consistente, só não completa ainda, porque o cargo de presidente do Conselho de Ministros, ápice da carreira política no regime imperial, ainda não viera.

O Senado no Segundo Reinado, além de haver mantido suas características restritivas de câmara alta, como a vitaliciedade do cargo, previstas na constituição de 1824, havia e tornado, principalmente, a partir do sucesso do Regresso conservador, o palco de atuação dos principais articuladores dessa conjuntura política e, em seguida, do tempo saquarema.⁹⁴ A trajetória de Cotegipe, que culminava nesse momento com sua entrada nessa casa, mostra como vinha cumprindo, crescentemente, um papel dirigente dentre a camada de estadistas do Império que se associavam, por seus posicionamentos, quando não por suas estratégias pessoais de investimentos, alianças, compadrios e casamentos, aos interesses da classe senhorial. Mais do que isso, entretanto, por sua posição como dirigentes políticos e intelectuais, esses homens buscavam, e muitas vezes conseguiam, moldar e definir, no plano concreto da política, do Estado, esses próprios interesses. Por isso eram dirigentes.

⁹² PINHO, Wanderley. *op. cit.*, p.500.

⁹³ *Idem*, p. 502.

⁹⁴ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. *Tráfico de escravos e direção saquarema no Senado do Império do Brasil*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

Enquanto ascendia politicamente, no plano pessoal, através do casamento Wanderley se uniu à herdeira de uma das famílias mais influentes da Bahia, consolidando, assim, uma importante aliança. Aos 36 anos fez os votos de matrimônio com Antonia Thereza de Sá Pitta e Argollo, filha do então barão, e depois conde de Passé, genuíno representante da agricultura do Recôncavo Baiano, a mais antiga região econômica do país, e cuja posição política foi sempre de destaque no Império. Exemplo da importância da província foi a grande concentração de políticos baianos nos quadros partidários do regime. De acordo com José Murilo de Carvalho, entre os anos de 1840 e 1889, boa parte dos membros do Partido Conservador - partido que se manteve com mais regularidade no poder, pelo número e duração de -- era oriundo da província da Bahia. A presença baiana na oposição liberal também era bastante expressiva. Na verdade, essa província se dividia de forma mais ou menos igualitária na composição dos dois principais partidos imperiais.⁹⁵

A família Argollo, que Wanderley passou a integrar, havia tido envolvimento no processo de independência e na luta contra a Sabinada. Alianças ricas e heranças vultosas haviam ajudado o conde de Passé a somar uma grande fortuna, uma das maiores de seu tempo. Entremeava o convívio com a sociedade elegante com o trabalho agrícola e atividades políticas provinciais na Bahia. Wanderley se uniu, portanto, à herdeira mais rica da Bahia.⁹⁶

O casamento lhe rendeu bens e prestígio. Herdeiro, ele mesmo, de uma família abastada, ele já conhecia a propriedade escrava. Seu pai havia lhe deixado cinquenta cativos como herança, montante que, por si só, já era suficiente para enquadrá-lo na categoria de médio a grande proprietário de escravos. Mas essa soma não se compara ao vulto da riqueza alcançada com o casamento, que marcou sua entrada no ramo açucareiro do Recôncavo.⁹⁷ Com o matrimônio, herdou o Engenho Freguesia, que possuía um casarão de quatro andares, constituído por cinquenta e cinco cômodos e uma capela. A sesmaria, onde mais tarde ele, foi doada em 1560 a Sebastião Álvares. Nessa época, o engenho possuía grandes edifícios. Em 1624 foi incendiado pelos holandeses.

⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 217.

⁹⁶ PINHO, Wanderley. *op. cit.* p. 620-621..

⁹⁷ BLAKE, Sacramento. *op. cit.*; PINHO, Wanderley. *op. cit.*

A feição atual da casa resulta das obras que aconteceram em 1760. Em 1900, um ano após a morte de Wanderley, o engenho deixou de moer.⁹⁸

A origem da riqueza dos Argollo mostra, juntamente com a própria procedência de Wanderley, sua origem nas áreas mais antigas do Império – tanto em termos geográficos quanto familiares – que forneciam quadros políticos para o regime. Sua trajetória, ligado aos conservadores, principalmente ao marquês de Paraná, pode indicar uma reformulação de um representante dessa camada mais antiga que, pela política, se liga aos setores dirigentes e com aqueles economicamente mais dinâmicos, do Sudeste e do café, da classe senhorial.

Após casar-se, Wanderley tomou gosto pela dedicação à família e à vida no campo. De acordo com Wanderley Pinho, durante o período, o conservador passou a se dedicar intensamente às propriedades e à vida familiar. Chegou a se ausentar por dez anos da vida pública. À época, mais especificamente em 1858, recusou a nomeação a presidente de Pernambuco, proposta pelo ministro do Império, marquês de Olinda.

No ano de 1859, a província de Wanderley recebeu a visita de D. Pedro II e da imperatriz Tereza Cristina. Apesar de nesse momento o Império viver o seu período de apogeu, a insatisfação com a política emanada do centro remanescia no Norte e no Nordeste, fazendo com que D. Pedro II recebesse frequentes conselhos para que visitasse as regiões.⁹⁹ Sua viagem constituiu importantíssimo acontecimento na província, tendo Wanderley, assim como inúmeros outros membros das elites social e política, independentemente das clivagens regionais, largado todo e qualquer afazer para fazer a corte ao monarca. De acordo com Renato Lemos, mais tarde, já de volta à Corte, o imperador explicitaria o significado político da viagem: recompensar, por meio de títulos e condecorações, todos os que julgou serem merecedores de sua generosidade. No dia 14 de março de 1860, aniversário da imperatriz, barões e baronesas foram nomeados veadores e damas da Casa Imperial, titulares da nobiliarquia. Foram

⁹⁸ Em 1968 o engenho desativado foi desapropriado pelo governo estadual para a instalação do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, aberto ao público em 1971. Esta casa é um dos raros exemplares conhecidos no país de edifício residencial desenvolvido em torno de dois pátios, com capela contígua – com porte de igreja matriz- e planta de corredores laterais e tribunais. Cf. http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1052

⁹⁹ LEMOS, Renato. Apresentação. In: *Dom Pedro II. Viagens pelo Brasil. Bahia, Sergipe e Alagoas, 1859*. Prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe. 2. ed. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Bom Texto, 2003, p. 6.

concedidas várias distinções das ordens honoríficas nacionais.¹⁰⁰ Nessa ocasião, João Maurício Wanderley recebeu o título de barão de Cotegipe.¹⁰¹

De acordo com José Murilo de Carvalho, os títulos nobiliárquicos do Império brasileiro serviram de instrumento de “nacionalização da monarquia”. O título de barão, em especial, carregava a incumbência de aproximar a Coroa dos fazendeiros e ricos proprietários. Era reservado, segundo Carvalho, para aqueles que se destacavam por seu poder e riqueza.¹⁰² Cabia, então, perfeitamente em Wanderley naquele momento. Títulos mais elevados costumavam ser destinados aos mais avançados na carreira política e burocrática. Este não chegou a ser o caso de Cotegipe, que morreu barão. Entretanto, por escolha própria, já que se recusou a ter seu título elevado pelo imperador na década de 1870, após retornar de missão diplomática no Rio da Prata.¹⁰³

A reclusão política de Cotegipe se estendeu por todo o período de domínio político liberal, que durou de 1862 a 1868, quando os conservadores assistiram os liberais emplacarem seis gabinetes, três deles sob o comando de Zacarias de Góis, chefe liberal, na verdade progressista, baiano, oriundo do grupo conservador.

Em 1864 veio a viuvez. Complicações no parto causaram a morte da baronesa de Cotegipe. O casal teve duas filhas, Antônia Tereza Wanderley e Maria Luisa Wanderley, que assumiria o sobrenome Araújo Pinho ao casar com o político baiano João Ferreira de Araújo Pinho, correligionário político do barão, e sua ponte com a política baiana durante os períodos em que precisou se radicar na Corte. Da união do casal nasceu José Wanderley de Araújo Pinho, historiador, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e autor da única biografia publicada sobre o barão de Cotegipe.

A volta de Cotegipe à ativa na vida pública coincidiu com o novo período conservador no poder, instaurado em 1868 por meio da inversão de gabinete promovida pelo imperador. Na ocasião, o barão integrou o gabinete 16 de julho de 1868, presidido pelo visconde de Itaboraí, ocupando as pastas da Marinha e de Estrangeiros.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 11.

¹⁰¹ PINHO, Wanderely. *op. cit.*

¹⁰² CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007op. cit.*, p. 258.

¹⁰³ Rui Vieira Cunha, falando sobre casos de recusa de títulos oferecidos pelo imperador, diz: “Muito mais divulgada é a recusa de João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe (1815-1889), de ter elevado seu título quando regressou da Missão ao Prata”. Cf. CUNHA, Rui Vieira. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975, p. 15. Sacramento Blake cita também a recusa de Cotegipe a integrar o Conselho de Estado. *Op. cit.*, p. 4.

Na década de 1870, a discussão da emancipação do ventre escravo provocou, como vimos, grave crise no Partido. Com a ascensão do visconde de Rio Branco, após a recusa de Itaboraí em encaminhar reformas na escravidão, Cotegipe foi convidado para integrar o novo gabinete. Aceitar fazer parte do gabinete de Paranhos significaria colocar-se a favor da reforma, e contra expressiva facção do partido, na qual figuravam importantes nomes ligados à cafeicultura fluminense, como Paulino Soares de Sousa Filho e Domingos Andrade Figueira, e à herança política saquarema. Cotegipe terminou saindo pela tangente, recusando o cargo. Não deixou, no entanto, de declarar um discreto apoio à lei 28 de setembro de 1871.¹⁰⁴ Como senador, não precisou oficializar sua posição, uma vez que à época da votação da lei encontrava-se como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial no Rio da Prata e no Paraguai, para firmar o tratado de paz após a guerra com essa república.

Sua trajetória política, principalmente a partir de 1868, deixa clara uma grande proximidade com uma facção específica do Partido Conservador, herdeira da tradição saquarema e engajada nos interesses escravistas. Isso não significava, no entanto, servilismo, e nem identidade absoluta, o que lhe permitia, por exemplo, oscilar em relação a questões como a Lei do Ventre Livre, à qual, ainda que não oficialmente, mostrou-se simpático, contrariando os mais “emperrados” na ordem escravista. Atitude diferente expressaria com seu total alinhamento à facção ultraconservadora durante o encaminhamento e a execução da Lei dos Sexagenários em 1885, quando presidiu o Conselho de Ministros. No entanto, nada há de contraditório nesses dois episódios, se considerarmos suas diferentes conjunturas históricas. Como nos aponta Salles,

“independentemente dos posicionamentos individuais, dessa ou daquela disputa e inflexão, terminou por prevalecer, entre os conservadores, a continuidade orgânica com a classe senhorial e com o Estado imperial, na feição que este tomara no Segundo Reinado, e, conseqüentemente, sua unidade linha política.”¹⁰⁵

¹⁰⁴ Jeffrey Needel cita trechos da correspondência entre o visconde de Rio Branco e Cotegipe na qual este se coloca a favor da reforma de 1871. Cf. NEEDEL, Jeffrey. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford:Stanford University Press, 2006, p. 279.

¹⁰⁵ SALLES, Ricardo. *O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. Texto apresentado no Fórum da Revista *Almanack*, novembro de 2011. p. 47.

Na sequência da década de 1870, Cotegipe seguiu dando provas de seu alinhamento com os herdeiros da tradição saquarema. No segundo ministério Caxias, de 25 de junho de 1875, ocupou a pasta da Marinha, assumindo, em 15 de fevereiro de 1877, a pasta da fazenda. Foi ainda parte do Conselho do Imperador,¹⁰⁶ presidente do Banco do Brasil e administrador geral da Santa Casa de Misericórdia. Dignatário da Ordem do Cruzeiro, foi, ainda, comendador da ordem portuguesa da Conceição de Vila Viçosa, grã-cruz da ordem belga de Leopoldo, da ordem espanhola de Isabel, a católica e da ordem da coroa da Itália. Foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.¹⁰⁷ Este conjunto de atributos denota como Cotegipe foi um cidadão muito importante em seu meio e prestigiado em várias áreas, não apenas nos cargos políticos e parlamentares.

O barão de Cotegipe foi um exemplo de intelectual orgânico à classe senhorial, classe nacional¹⁰⁸, especificamente alinhado com os interesses, não só dos proprietários de escravos da Bacia do Paraíba, mas principalmente com os da cafeicultura fluminense. Dedicou-se à defesa dos principais pontos programáticos e eventuais que nortearam a atuação dos conservadores da Bacia do Paraíba, cujo predomínio foi exercido através da direção moral e intelectual hegemônica que esses homens imprimiram em seu tempo.¹⁰⁹ Suas questões diziam respeito à defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais, particularmente da região da província fluminense e da Bacia do Paraíba; a defesa da escravidão, fosse em sua forma dependente do tráfico internacional, fosse, depois de 1850, em sua forma nacional, com a tendência à reprodução natural positiva da população escrava; o Estado monárquico centralizado e representativo na forma que este adquiriu a partir dos anos de 1840.¹¹⁰

Membro de uma geração política posterior aos genuínos saquaremas, sua atuação se destaca pelo empenho na preservação da obra conservadora de outrora. Evidência disso foi sua atuação enquanto presidente do Conselho de Ministros, em que se empenhou em dirigir a crise da escravidão - e a do próprio regime -, alinhado a dois

¹⁰⁶ De acordo com o artigo 163 da Constituição de 1824, "Na Capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de - Supremo Tribunal de Justiça - composto de Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o título do Conselho.". Havia, assim, dois tipos de conselheiros no Império.

¹⁰⁷ BLAKE, Sacramento. *op. cit.*

¹⁰⁸ Para Ricardo Salles, o uso da expressão nos aponta o sentido nacional de sua dominação, que ocorreu por meio da formação de uma ordem social e econômica cuja base era a escravidão, que unificou o processo de dominação e incorporação nacional. Cf. SALLES, Ricardo. *op.cit.*

¹⁰⁹ *Idem*, p. 6

¹¹⁰ *Ibidem*.

dos mais importantes intelectuais fluminenses da década de 1880 – Paulino Soares de Sousa Filho, e Domingos Andrade Figueira, representantes da ala escravista do Partido Conservador.

Nascido em 1815, Cotegipe viveu quase todo o Império. Morreu em 13 de fevereiro de 1889, menos de um ano antes do fim da monarquia. Seu apogeu político deu-se quase no final de sua vida, tendo início na década de 1880, mais especificamente em 1885, quando foi escolhido por D. Pedro II para encaminhar a última tentativa de reforma da escravidão antes do colapso do regime.

A ascensão de Cotegipe e a aprovação da Lei de 1885

Em 20 de agosto de 1885, subiu ao poder o gabinete Cotegipe. Após a articulação conservadora de 1884, o político baiano teve que esperar por quase um ano o convite do imperador. O trigésimo gabinete imperial imediatamente precisou encaminhar a reforma que os dois gabinetes liberais antecessores haviam fracassado em implementar.

Ao contrário do desejado por João Alfredo àquela época, Paulino Soares de Souza não participou da composição do Ministério. Surpreendentemente, quem o substituiu na pasta da Fazenda foi seu primo Francisco Belisário Soares de Sousa, , que, de acordo com Tobias Monteiro e como já foi referido, teria ficado chocado com as declarações feitas por Cotegipe em 1884 em favor da reforma.¹¹¹ Por conta de recusa de Paulino a integrar o gabinete, João Alfredo teria resolvido também não participar do ministério. No entanto, após insistentes pedidos de Cotegipe, ele teria concordado que,

¹¹¹ Na composição do gabinete Cotegipe, a pasta do Império foi ocupada por Ambrósio Leitão da Cunha, barão de Mamoré, substituído por Manuel do Nascimento Machado Portela em 21 de julho de 1887, e por Cotegipe, interinamente, em 19 de setembro de 1887. A pasta da Justiça foi ocupada por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, substituído por Samuel Wallace Mac-Dowell em 10 de maio de 1887. A pasta de Estrangeiros foi ocupada pelo próprio Cotegipe, enquanto que na da Fazenda esteve Francisco Belisário. A da Marinha foi ocupada por Alfredo Chaves, substituído em 12 de junho de 1886 por Mac-Dowell que, por sua vez, foi substituído por Carlos Frederico Castrioto em 10 de maio de 1887. A pasta da Guerra coube a João José de Oliveira Junqueira, substituído por Alfredo Chaves no período de 12 de junho de 1886 a 12 de fevereiro de 1887, quando Joaquim Delfino Ribeiro da Luz assumiu o cargo interinamente, tornando-se efetivo em 10 de maio de 1887. Por último, na pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas esteve Antônio da Silva Prado, substituído por Rodrigo Augusto da Silva em 10 de maio de 1887. Cf. TORRES, João Camillo de Oliveira. *Os construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

para demonstrar que o apoiava, aceitaria a presidência da província de São Paulo, que lhe foi concedida.¹¹²

Na ocasião, Cotegipe resgatava o poder aos conservadores sob uma atmosfera de grave crise. Não somente no âmbito da hegemonia política da classe senhorial o regime enfrentava tempos difíceis. Também no âmbito da política imediata o gabinete surgia sob forte reação liberal. Com a saída de Saraiva, e a recusa do imperador a chamar ao poder um chefe liberal disposto a aceitá-lo, estaria D. Pedro II convencido de que a reforma não poderia, e não deveria, àquela altura, ser encaminhada pelos liberais? De fato, à custa da divisão do seu partido, e da total dependência do apoio conservador, Saraiva havia conseguido, a duras penas, aprovar o projeto na Câmara dos Deputados. No entanto, ficara a impressão de que os liberais não eram capazes de sustentar a situação com suas próprias forças. No Senado, uma casa mais conservadora, tudo indicava que a tarefa seria ainda mais árdua.

Percebendo que o momento era delicado, não só pela ameaça do movimento abolicionista à ordem, mas também pela pressão dos dirigentes do regime no sentido da defesa dos seus interesses econômicos, D. Pedro II optou por delegar a responsabilidade pela superação da crise ao então partido de oposição, o Conservador, através da escolha de um dirigente capaz de, ao mesmo tempo, conciliar e atacar. E esse papel Cotegipe desempenharia com maestria, até que a mudança da postura da princesa regente, que assumiria o trono por conta da viagem do imperador em 1886, o privasse do total apoio da Coroa em fins de 1887.

Por um lado, como vimos, Cotegipe negociou a aprovação da lei de 1885. Por outro, buscou obstar o movimento abolicionista, limitando o seu alcance, e agindo de acordo com os interesses da classe dominante. O barão dava início a uma guerra, cujo objetivo era garantir que a obra iniciada por Dantas fosse rapidamente concluída e executada nos moldes e sob o comando de uma parcela específica dos conservadores, mesmo que isso significasse que a garantia da ordem precisaria ser imposta pela força.

Já nos primeiros dias do seu gabinete, as reações vieram de todos os lados. De acordo com Tobias Monteiro, o chefe do Partido Conservador apresentou-se na Câmara cerrado como uma muralha, parecendo entender que bastava de concessões à corrente opositora. Em sua apresentação a essa casa, os liberais, já novamente unidos em

¹¹² MONTEIRO, Tobias. *op. cit.*, p. 168.

consequência da perda do poder para os conservadores, o teriam recebido como intruso. Segundo Monteiro,

“Gritavam ‘dissolva-nos’ de todos os lados. Em resposta, o velho chefe conservador, sorrindo de bom humor, tirava os grandes óculos de tartaruga e fitava os adversários em atitude conciliatória: ‘Para que dissolvê-los, se eu quero viver com os senhores!’”. Era admirável de graça, de ironia, de prontidão nas suas réplicas, aquele velho de mais de setenta anos, que espalhava na efervescência daquelas paixões a frescura de sua calma imperturbável.”¹¹³

Imediatamente, a Câmara, de maioria liberal, negou sua confiança ao novo Gabinete. Em 27 de agosto de 1885, o imperador reuniu o Conselho de Estado a fim de examinar o pedido de dissolução daquela casa, apresentado por Cotegipe. Na sessão, o requerimento foi aprovado, tendo podido contar, entre os votos favoráveis, com o apoio do visconde de Paranaguá, que justificou sua posição dizendo acreditar que a maioria liberal não seria forte o bastante para encaminhar a reforma do elemento servil.¹¹⁴

Na ocasião, Paulino Soares de Sousa declarou que, independentemente de alguns poucos votos de oposição de conservadores na Câmara, em relação à necessidade da aprovação da reforma, o Partido Conservador caminhava unido. Segundo ele, alguns senadores liberais haviam se manifestado no sentido de que era necessária a aprovação da reforma ainda naquele ano. Para o conselheiro, aqueles que ainda esboçavam resistência veriam, inevitavelmente, suas linhas de defesa se restringirem. Naquele momento, seria urgente restabelecer a serenidade do estado público, perturbada pelo movimento abolicionista, independentemente das ameaças pessoais que as medidas reformistas oferecessem aos fazendeiros. Em relação a estes, Paulino afirmou:

“os produtores deste país vivem na incerteza do dia de amanhã, não sabem com que elementos de trabalhos contêm, nem até onde ser-lhes restringido o direito de uma propriedade, de que dimana a riqueza única do Brasil, consideram-se desprotegidos dos poderes públicos, precisam, antes de tudo, ter uma lei em que vivam para voltarem à segurança de ânimo indispensável a quem trabalha.”¹¹⁵

No Senado, o rumo dos acontecimentos motivou críticas ferozes dos liberais à Coroa, em especial por parte do senador Silveira Martins, representante do Rio Grande do Sul. Por ocasião da apresentação do gabinete, o senador denunciou o fato de que, segundo o sistema representativo, o primeiro inspirador na decisão do imperador na

¹¹³ *Idem*, p. 168.

¹¹⁴ *Atas do Conselho de Estado*, 27 de agosto de 1885.

¹¹⁵ *Ibidem*.

escolha de um novo chefe de gabinete deveria sempre ser a maioria na Câmara dos Deputados, e que o monarca não poderia governar de acordo com a vontade da nação escolhendo o ministério entre os representantes da minoria. Exaltado, chegou a dizer em seu discurso que o país era então governado por um “velho cansado”. Afirmou que a escolha dos conservadores, sob a justificativa de que não haveria um chefe liberal capaz de assumir o poder naquele momento, teria sido uma farsa. Julgava incompreensível o convite do monarca ao antigo ministro dos Estrangeiros do gabinete Saraiva, o visconde de Paranaguá, uma vez que, segundo o senador, ele encontraria as mesmas, ou ainda maiores, dificuldades que o gabinete demissionário. De acordo com o senador, Paranaguá, evidentemente, teria sido chamado para não aceitar o cargo. A dissolução da Câmara dos Deputados, que Silveira Martins já previa que seria pedida, segundo ele deveria constituir somente um meio de resolver conflitos entre a Câmara e o Executivo, e não uma forma de despedir a Câmara quando a minoria fosse feita Ministério.¹¹⁶

Sob a liderança de Cotegipe e do ministro da Agricultura, Antônio Prado, teve início a ofensiva para fazer com que fosse aprovado projeto. O gabinete lutava contra o relógio, tentando impedir mudanças que fizessem com que o projeto precisasse voltar para nova votação na Câmara, o que dificultaria e retardaria a sua aprovação.

Por ocasião da apresentação dos novos ministros ao Senado, Cotegipe declarou que seu Gabinete tinha como principal objetivo a aprovação do orçamento e do projeto de reforma da escravidão. Poucando palavras, o dirigente não emitiu nenhuma opinião sobre o projeto, não se colocando nem contra e nem a favor dos termos da proposta. No decorrer das discussões, em seus discursos, o barão se limitava a afirmar que a reforma era de extrema necessidade, e que somente ela poderia manter a ordem e evitar a total anarquia. A falta de uma posição oficial, clara e partidária do Ministério ensejava questionamentos no Senado, dos quais o barão procurava se esquivar, a fim de não criar nenhuma dificuldade no encaminhamento da reforma.¹¹⁷

De acordo com o senador liberal Cristiano Ottoni¹¹⁸, essa postura do gabinete se explicaria pelo fato de o Partido Conservador estar tão ou mais dividido do que o Liberal, não podendo contar com sua força máxima no encaminhamento da reforma. Independentemente da retórica política, Ottoni chamava atenção para um ponto de fato importante. Haveria uma significativa divergência em meio a importantes lideranças

¹¹⁶ *Anais do Senado Imperial*, 24 de agosto de 1885.

¹¹⁷ *Anais do Senado Imperial*, 1885.

¹¹⁸ *Anais do Senado Imperial*, 28 de agosto de 1885.

conservadoras. Ao contrário do que Paulino Soares de Souza havia afirmado durante reunião do Conselho de Estado, seu partido não caminhava unido. No que dizia respeito à forma de trabalho, Andrade Figueira era contra toda e qualquer mudança referente à escravidão, tendo mesmo afirmado que, se pudesse revogar a lei de 28 de setembro, entregaria todos os ingênuos aos senhores de suas mães.¹¹⁹ Paulino aceitava a lei do ventre livre, argumentando que a missão do Partido Conservador seria a resistência e mais nada, apenas a garantia do *status quo*. João Alfredo, em 1885, iria um pouco além, querendo desenvolver a lei de 28 de setembro nos seus moldes, o que significaria, principalmente, garantir o princípio da indenização. O visconde de Taunay – que no Partido Conservador não possuía a mesma importância dos nomes citados – era imigrantista e, assim como outros conservadores, seria mais simpático à abolição. Dessa forma, o Partido Conservador tinha em seu seio todos os matizes, desde o desejo, ou ao menos a afinidade com as ideias e iniciativas abolicionista, à mais genuína vontade de perpetuar a escravidão. Para Ottoni, estando no centro das divergências, Cotegipe teria julgado conveniente não emitir opinião, mesmo já havendo declarado que o Partido Conservador poderia, deveria e queria fazer a abolição.¹²⁰

De fato, quanto à divisão do partido, a recusa de João Alfredo a integrar o ministério de Cotegipe parece sintomática. A não inclusão de Paulino Soares de Sousa, como havia sido anteriormente acertado, poderia ter sido a causa de sua recusa, ou apenas um pretexto para não participar do ministério. É possível que, após um ano dos acontecimentos relatados, João Alfredo tenha compreendido que Cotegipe era muito conservador para encarar o problema servil nos níveis então necessários. Sua posição não teria evoluído, como vinha acontecendo com o próprio João Alfredo, e como aconteceria, mais adiante, com Antônio Prado. De qualquer forma, os cuidados de João Alfredo foram tantos que o fizeram permanecer no governo da província de São Paulo até abril de 1886, quando abdicou do cargo alegando a necessidade de participar dos trabalhos no Senado.¹²¹ Tobias Monteiro questiona se seriam esses trabalhos mais importantes do que a administração da província mais rica do Império, ou se, voltando ele ao Senado, e fazendo uma discreta oposição a Cotegipe, não se credenciaria a seu sucessor na Presidência do Conselho de Ministros. Talvez já percebesse que, no caso da queda de Cotegipe, poderia ser chamado a organizar o Ministério e a fazer a grande

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ MONTEIRO, Tobias. *op. cit.*, p. 168.

reforma que imortalizaria seu nome. É importante que especulações desse tipo, em análises posteriores aos fatos, sejam matizadas, uma vez se tratava de uma conjuntura de crise, em que, também por causa da rapidez dos prazos em que os acontecimentos se desenrolavam, os eventos muitas vezes se atropelavam, não necessariamente respeitando uma lógica única e contínua. Seja como for, quando Cotegipe caiu, João Alfredo foi chamado a sucedê-lo.

Após muitas reclamações, o barão de Cotegipe e seu ministro da Agricultura resolveram se pronunciar oficialmente no Senado. Em 1º de setembro de 1885, Cotegipe disse que, após muita meditação sobre a questão que então abalava o país, achava mais acertado, e mais conveniente aos interesses públicos, que o projeto fosse aprovado tal qual viera da Câmara, ainda que não pudesse fazer nada para impedir que o Senado o emendasse. Disse que a postura adotada pelo gabinete se justificava pela gravidade da questão, que já havia derrubado dois gabinetes, dissolvido duas Câmaras dos Deputados, e provocado forte oposição na casa. Emendar o projeto traria riscos para sua aprovação.¹²²

Após dezessete meses de controvérsias e debates inflamados, e pouco mais de um mês após a ascensão de Cotegipe, em 28 de setembro de 1885 surgiu, sob a denominação de Lei Saraiva-Cotegipe, uma lei retrógrada em relação às expectativas abolicionistas, sancionada por pressão de uma poderosa facção escravocrata na Assembleia no 14º aniversário da Lei Rio Branco. Como distorção do projeto original, proposto por Manuel de Sousa Dantas quando chefe do Gabinete, a nova versão foi aceita e elogiada pelos representantes pró-escravatura, e condenada pelos abolicionistas. Todavia, alterou a correlação de forças, imobilizando, praticamente, o movimento pela abolição no final de 1885 e início de 1886, antes de sua arrancada até a Lei Áurea.¹²³

¹²² *Anais do Senado Imperial*, 1 de setembro de 1885, p. 13.

¹²³ CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 256.

Capítulo 3: O barão de Cotegipe e a tentativa de direção da crise

Afirmar que o processo de abolição da escravidão esteve no epicentro da crise da monarquia brasileira já é consensual. De qualquer maneira, cabem ainda algumas considerações acerca da sua influência na percepção que os dirigentes do regime desenvolveram sobre o assunto.

Sendo a crise da mão de obra escrava o eixo da questão, os dois principais marcos que conduziram a sua percepção foram de natureza legislativa. Eles acompanham os anos de aprovação das duas leis que antecederam a completa libertação dos escravos: 1871, ano de aprovação da Lei Rio Branco, também conhecida como Lei do Ventre Livre, e 1885, com a Lei Saraiva-Cotegipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários. Para além do caráter preventivo da iniciativa em 1871, e da preocupação em se antecipar aos riscos de revoltas escravas incentivadas pela conjuntura internacional antiescravista, o processo de emancipação da massa de cativos no Brasil tinha em seu horizonte a formação de um mercado de trabalho livre que, de imediato, passaria pela manutenção da ligação dos futuros ex-escravos com a terra. Como nos mostra Ademir Gebara, tratava-se de um duplo movimento: fixar os cativos na lavoura, preferencialmente junto a seus antigos senhores, significava, por um lado, garantir a ordem pública, através da continuidade da vigilância daqueles que não haviam sido educados para a liberdade. Por outro lado, seria uma forma controlada de resolução do problema do trabalho no Brasil, evitando o colapso da agricultura. Fazer a transição do sistema de trabalho escravo para o livre passava, necessariamente, por treinar, disciplinar e controlar a força de trabalho evolvida nessa mudança.¹²⁴

Essas diretrizes, colocadas oficialmente na ordem do dia a partir da aprovação da Lei do Ventre Livre, marcam uma relação de continuidade entre as leis de 1871 e 1885. De acordo com Gebara, a Lei dos Sexagenários deve ser entendida na perspectiva do controle da força de trabalho, assim como em relação à estratégia mais geral de desescravização. Duas questões seriam decisivas para a sua análise: primeiro, ela estaria

¹²⁴ GEBARA, Ademir. Evolução da legislação civil e o problema da indenização. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, LAPA, José Roberto do Amaral. (org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

de acordo com, e derivaria da estratégia de estender a escravidão, estabelecida em 1871; segundo, 1871 e 1885 representariam situações diferentes, cujo principal diferencial seria o papel dos escravos, que agora pressionavam mais decisivamente por mudanças e soluções rápidas.¹²⁵

Em 1885, o fortalecimento do movimento abolicionista, com sua capacidade de mobilizar parcelas da população urbana, e a participação generalizada de escravos nas fugas em massa, passaram a preocupar o círculo dirigente. De acordo com Gebara, a escala em que se encontravam os protestos indicava que a tática adotada a partir de 1871 –a emancipação lenta e gradual – não poderia mais ser mantida.

Pela primeira vez no Brasil, um movimento social unificava diferentes setores da população no apoio a uma causa que dividia a classe dominante e dirigente. Entretanto, a capacidade mobilizadora do movimento abolicionista não afetou a estratégia da cúpula dirigente, e a reforma aprovada em 1885 continuou seguindo a linha de ação iniciada em 1871, a da emancipação gradual e controlada do processo de abolição. Enquanto em 1871 a estratégia foi bem-sucedida, isto é, protelou a resolução final da questão, 1885 pôs lenha na fogueira. O movimento abolicionista voltou com redobrada força, apoio e radicalização e. Para que os proprietários pudessem se preparar para lidar melhor com a crise da mão de obra, seria necessário não apenas atrair novos trabalhadores, como também adaptar os já existentes às novas condições criadas no processo de transição. Essas mudanças deveriam ser conseguidas sem abalos no sistema produtivo e na ordem política.

Acontece que, face às pressões agora existentes, estabeleceu-se uma clara diferenciação de perspectivas. De um lado, havia o grupo dominante, ao nível do Parlamento e do sistema jurídico, pretendendo dar continuidade ao seu projeto de desescravização. Por outro lado, com a emergência de pressões por parte do movimento abolicionista, e com o desenvolvimento de forças de protesto e rebelião dos escravos, o processo final de transição começava a ser marcado por turbulências e temores, especialmente porque a generalização das atitudes de resistência e de rebelião dos escravos colocava em risco todo um conjunto jurídico, articulado com o objetivo de organizar e controlar a formação do mercado de trabalho livre¹²⁶ no Brasil.¹²⁷ A

¹²⁵ *Idem*, p. 90.

¹²⁶ O termo “trabalho livre” está sendo usado genericamente em contraposição à noção de trabalho escravo. Por trabalho livre podem-se entender diferentes formas de trabalho, como, por exemplo, o assalariado, em parceria e em regime de colonato.

emergência da questão política colocada pelo movimento abolicionista foi o eixo do problema, dividindo profundamente a classe dominante.¹²⁷ A própria lei de 1885, diferentemente da de 1871, que não reagia a qualquer pressão direta, mas apenas à antecipação de problemas que poderiam sobrevir no futuro, é uma resposta ao movimento abolicionista. A questão é política, com direta influência na queda de regime. Sua chave explicativa se encontra na relação entre a crise da hegemonia da classe senhorial, deflagrada em 1871, e as crises políticas da década de 1880 – em especial o recrudescimento do movimento abolicionista, mas também a Questão Militar, que conduziu ao golpe de 15 de novembro. A crise de hegemonia, de classe, não se abre apenas quando o horizonte de fim do trabalho escravo é colocado. Ela é condição necessária, mas não suficiente para entender o processo. A crise de hegemonia política, isto é, a perda da capacidade de dirigir o processo político e de garantir a unidade dos grupos dominantes, é o que é decisivo. Essa crise, tal como ela aconteceu e não como poderia ter acontecido, foi deflagrada pelo movimento abolicionista e por sua capacidade de mobilização e aglutinação dos grupos sociais subalternos, inclusive e principal, mas não exclusivamente, os escravos. Teriam os republicanos conseguido derrubar a monarquia se a abolição tivesse sido encaminhada de forma mais dilatada no tempo e mais pacificamente? Talvez, mas não foi o que aconteceu. Se assim tivesse sido, poderíamos falar de uma lenta transição hegemônica, da Bacia do Paraíba para São Paulo (o que, de resto, também poderia ser uma possibilidade com a monarquia). É fato que, depois do 13 de Maio e da proclamação da República, houve uma recomposição entre os diferentes setores dominantes, agora com os antigos senhores do Vale em situação de decadência.

Imerso em todo o processo, o barão de Cotegipe acompanhou e esteve envolvido, com maior ou menor destaque, na evolução da questão da substituição do tipo de mão de obra durante a segunda metade do século XIX no Brasil, que não se tratou somente, nem principalmente, de uma questão econômica. Abolicionistas, emancipacionistas e escravocratas não estavam lidando com um mesmo assunto: um abolicionismo genérico. Nesse ponto, sua atuação nos ajuda a entender até que ponto o desenrolar dos acontecimentos, principalmente durante o final da década de 1880, foi crucial para a sorte do regime imperial em novembro de 1889.

¹²⁷ GEBARA, Ademir. *op. cit.*, p. 92.

¹²⁸ *Ibidem.*

Quando as crises políticas encontram a crise hegemônica

Como vimos no capítulo 1, a crise do Império foi uma crise orgânica, iniciada em 1871 com a aprovação da Lei do Ventre Livre que, pela primeira vez na história do Império, colocou num horizonte próximo o fim da escravidão, sustentáculo do regime. No entanto, seus efeitos só começaram a surgir quando, já na década de 1880, uma série de crises políticas – a radicalização do movimento abolicionista, a Questão Militar e a emancipação dos escravos em São Paulo – se somaram ao processo iniciado em 1871. A partir desse momento, o papel dos dirigentes, que até então vinha sendo o de se antecipar aos desdobramentos da crise internacional do sistema escravista, passa a ser o de efetivamente dirigir o processo, que atinge seu ápice com a explosão do movimento abolicionista. O encaminhamento desse processo, e a busca pelo antídoto eficaz para o mal que afligia a classe dominante dos proprietários de escravos, passa a ser responsabilidade direta, a partir de 1885, do barão de Cotegipe.

Execução e interpretações da Lei de 1885 – O “Regulamento Negro”

Pouco tempo após a aprovação da lei, com o recrudescimento do movimento abolicionista, que não se contentou com os termos da nova legislação, Cotegipe esqueceu as palavras de 1884, e assumiu o papel de organizador da resistência à abolição imediata. Daí por diante, todo o período do seu gabinete foi uma época de reação e repressão.

Não é possível avaliar com certeza o real alcance de suas palavras quando afirmou, em 1884, que o Partido Conservador queria, poderia e deveria encaminhar a reforma da escravidão. Uma coisa, entretanto, é indiscutível: o barão que assumiu o gabinete em 1885 estava longe de ser abolicionista. Sua disposição se limitava a terminar o trabalho que os liberais haviam começado com Dantas, acreditando ser essa a única forma de impedir que os acontecimentos fugissem ao controle e à ordem. Pouco tempo depois, não hesitou em chamar para si a responsabilidade de frear qualquer medida que considerasse prejudicial à lavoura aos proprietários de escravos. Para ele, encaminhar a reforma da escravidão significava aprovar a Lei dos Sexagenários, com todas as cláusulas impostas pelos escravocratas, e continuar se fiando no Fundo de Emancipação, nas alforrias privadas e no curso da Lei do Ventre Livre. Talvez sua

avaliação fosse a de que bastava isso para sossegar os ânimos. Ou, simplesmente, ele trabalhava com a ideia de ir levando a situação, e ceder novamente só quando não houvesse mais saída.

Os termos da nova lei não foram capazes de satisfazer àqueles que haviam escolhido o abolicionismo como causa e, em pouco tempo, pareceu inflamar ainda mais o movimento. A atitude pró-escravista do ministério Cotegepe – aparente na sua interpretação e execução da nova lei – só fez aumentar e tornar mais poderoso o movimento abolicionista. Sob a direção do então ministro da Agricultura, Antônio Prado,¹²⁹ a lei foi aplicada sem muita preocupação com a opinião pública contrária. A cada nova medida ficava mais clara a intenção de favorecer os interesses dos proprietários de escravos.

A partir de novembro de 1885, uma série de agressivas interpretações e releituras da Lei Saraiva-Cotegepe começou a ser posta em prática sob a direção de Prado. Em 4 de novembro de 1885, novas regras acerca do novo registro de escravos passaram a não exigir informações sobre as famílias dos cativos a serem matriculados, o que implicava que libertos não tivessem meios de provar sua liberdade. Prado também enviou instruções aos presidentes das províncias do Amazonas e do Pará, ordenando-lhes que realizassem os registros de escravos nas suas regiões conforme determinava a Lei Saraiva-Cotegepe. De acordo com Robert Conrad, esta ordem foi interpretada pelos abolicionistas como uma tentativa de extensão do sistema de escravatura a áreas onde ele já havia sido considerado permanentemente eliminado.¹³⁰

No entanto, muito mais incisivos foram os regulamentos emitidos em 12 de junho de 1886, apelidados de “Regulamento Negro” por abolicionistas indignados. Boa parte dessas diretrizes serviu para salientar o caráter retrógrado da lei. Duas cláusulas, no entanto, chamaram atenção em especial. A primeira ampliava a vida da escravidão em mais um ano, ao estabelecer que as diminuições anuais dos valores dos escravos só começariam a contar a partir da data do registro dos cativos, e não da data da lei. A segunda dizia respeito ao comércio interprovincial de escravos. De acordo com a lei, os escravos enviados de uma província para outra seriam considerados livres. Mas, de

¹²⁹ Antônio da Silva Prado, ou Conselheiro Prado, como ficou conhecido, foi um advogado e fazendeiro, membro da aristocracia cafeeira paulista. Entre outros feitos, foi um incentivador da imigração italiana no Brasil, tendo sido um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Imigração. Tornou-se senador em 1886 e Conselheiro do Império em 1888.

¹³⁰ CONRAD, Robert. *op. cit.*

acordo com Antônio Prado, o Município Neutro, no que se referisse à implementação dessa cláusula, seria considerado parte da província do Rio de Janeiro.¹³¹ Dessa forma, quase trinta mil escravos do Município Neutro passaram a poder cruzar a fronteira em direção a uma área onde persistia a procura por escravos.¹³²

O novo decreto de Prado também regulava uma das mais criticadas partes da lei Saraiva-Cotegipe. Referindo-se à cláusula sobre escravos fugitivos, a diretriz declarava que o castigo para “furto” (até dois anos de prisão) seria aplicado a qualquer pessoa que conscientemente escondesse, empregasse ou aceitasse em sua casa ou estabelecimento um escravo fugido. A população teria a obrigação de informar sobre escravos fugitivos ao juiz local ou inspetor de Polícia no prazo de quinze dias. O descumprimento da lei poderia implicar pena de prisão.

Tudo isso fez com que o movimento abolicionista, menos articulado desde a aprovação da libertação dos sexagenários, reacendesse como um vulcão em erupção. A fim de protestar contra o “Regulamento Negro”, em especial contra a medida relativa aos escravos do Município Neutro, mais de duas mil pessoas reuniram-se no Teatro Polytheama, no Centro do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1886. A vitória de José do Patrocínio numa corrida eleitoral para vereador na capital, apenas dois dias antes, ofereceu mais provas de que o “Regulamento Negro” havia fortalecido e revitalizado o movimento pela abolição.¹³³

Evidência disso foi uma das maiores conquistas do movimento abolicionista nos meses finais de 1886, quando foi aprovada a revogação das partes das várias leis brasileiras que permitiam os açoites como castigo para escravos em estabelecimento público. A medida foi motivada pela morte de dois dos quatro escravos condenados a trezentos açoites por um júri em Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro. Apesar de incidentes assim serem comuns, este, em particular, foi discutido por Joaquim Nabuco em *O Paiz*, fazendo com que a história repercutisse em outros jornais, e dentre a população. O caso foi levado ao Senado por Dantas, instaurando-se um intenso debate. Mesmo sob a alegação de que abolir os açoites era o mesmo que abolir a escravidão, pois acabaria com um eficiente mecanismo de controle dos cativos, a Assembleia Geral, mobilizada

¹³¹ A capital do Império não pertencia, política e administrativamente, à província do Rio de Janeiro desde o Ato Adicional de 1834.

¹³² CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 284.

¹³³ *Idem*, p. 286.

pelos argumentos de ilustres, e até mesmo surpreendentes, nomes, como o de Antônio Prado, aboliu o castigo corporal.¹³⁴

A radicalização do movimento abolicionista e a fuga em massa de escravos

Pouco após a promulgação da lei que abolia os açoites, o conflito nacional em torno da abolição se radicalizou. Incitados por abolicionistas, escravos começaram a abandonar as fazendas em grande número, principalmente em São Paulo, mas também em Campos, no Rio de Janeiro. Unidades policiais, acusadas pelos abolicionistas de trabalharem como mercenários pagos, foram enviadas para recapturá-los e, no processo, entraram em conflito direto com os fugitivos e seus protetores. O governo e alguns fazendeiros desesperados recorreriam à violência e ao terror, enquanto outros libertavam seus escravos para salvar sua safra e fortuna, tentando negociar a permanência dos libertos em suas propriedades. Os abolicionistas diziam que a Assembleia havia aprovado uma lei inaceitável e, assim, no ano seguinte os opositores da escravidão recorreram à ação ilegal. Um plano para o abandono simultâneo das fazendas de Campos na noite de Natal em 1886 fracassou, mas, apesar disso, os escravos começaram a abandonar fazendas e nada parecia poder detê-los.¹³⁵

Os primeiros atos de violência durante 1886 aconteceram na cidade de Santos, na província de São Paulo. De acordo com Robert Conrad, o porto de Santos, com suas ligações econômicas com a produção das fazendas do interior, seus grandes depósitos de grãos e sua nova estação ferroviária, construída para o transporte do café, não parecia o local indicado para um choque decisivo na luta contra a escravatura. Todavia, foi exatamente ali, num distrito já privado da maioria dos seus escravos, que um dos mais importantes movimentos abolicionistas locais se desenvolveu e foi bem-sucedido, ainda que por pouco tempo – de final de 1886 ao início de 1887 – desencadeando uma série de acontecimentos que do âmbito local passariam ao nacional, de maneira decisiva para o fim da escravidão.¹³⁶

Tudo começou quando, alguns dias após a decisão de se abolir o castigo corporal, José do Patrocínio partiu para uma visita a Santos, dando aos abolicionistas locais um pretexto para demonstrarem seu entusiasmo com a nova lei. Deflagrada pela

¹³⁴ *Ibidem.*

¹³⁵ *Idem*, p. 291.

¹³⁶ *Ibidem.*

visita do jornalista e pela morte, uma semana antes, do abolicionista paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, em uma semana a cidade foi transformada em ponto estratégico da luta abolicionista. Em apenas cinco dias os escravos da cidade foram todos libertados pelos revoltados, e os fugitivos de outros municípios, já conhecedores da abolição do açoite, começaram procurando refúgio na região. Durante as semanas que se seguiram, Santos ficou rapidamente conhecida como o paraíso para os escravos fugidos das fazendas do interior, e os policiais locais começaram a servir como caçadores de escravos, remunerados pelos fazendeiros.¹³⁷

As tensões não paravam de aumentar, até que em 20 de novembro a confusão se generalizou. No dia anterior, o chefe de polícia de São Paulo, Lopes dos Anjos, havia chegado a Santos com dezoito homens armados, sob ordens, partida do ministro da Agricultura, de prender os fugitivos. Na manhã seguinte, Lopes dos Anjos, já com quarenta homens armados, conduzia quatro fugitivos recapturados à estação ferroviária quando foi atacado por uma multidão de abolicionistas incitados, segundo alegaram, pelos maus tratos dispensados aos escravos. Em meio à luta, os policiais dispararam suas armas, ferindo várias pessoas. Aproveitando-se da confusão, um escravo escapou para as docas e saltou para as águas da baía, nadando em direção à margem oposta. Aplaudido pelos espectadores no cais, o nadador foi perseguido por dois botes. Um dos barqueiros conseguiu puxar o escravo para seu bote, mas para surpresa dos policiais, colocou-se a remar em direção a outra margem, estimulado pelos abolicionistas. Frustrado e impotente, nada restou ao chefe de Polícia fazer, senão ordenar que seus homens dispersassem a multidão pela força.¹³⁸

A crise em Santos durou mais quatro dias. No dia seguinte ao incidente nas docas, duas dúzias de policiais chegaram de São Paulo, e, três dias depois, boatos sobre um possível ataque à sede do periódico abolicionista *Diário de Santos* - um perigo real à luz da destruição da *Gazeta da Tarde* no ano anterior por cerca de cinquenta capoeiras que a invadiram - reuniu uma multidão de mais de mil pessoas para a sua defesa. Com essa demonstração de determinação popular, a situação distendeu-se, mas ficou claro que a população de Santos estava comprometida com o abolicionismo. Essa informação

¹³⁷ *Idem*, p. 292.

¹³⁸ *Ibidem*.

se espalhou rapidamente pelos escravos do interior, que não tardaram em se dirigir às centenas para as vizinhanças do porto do café.¹³⁹

Curiosamente, em 29 de novembro de 1886, Cotegipe, em carta a Araújo Pinho, lhe transmitia tranquilidade em relação à situação na província de São Paulo. Dizia ele: “A viagem a S. Paulo foi triunfal. O único embaraço que sofremos é proveniente da sede dos empregos. A situação geral é boa”.¹⁴⁰ Entretanto, pouco antes, ainda em outubro deste ano, D. Pedro II, em carta ao barão, o havia alertado para o potencial dos acontecimentos, afirmando que o que havia observado em São Paulo lhe daria razão de recear que a situação talvez se repetisse.¹⁴¹

As fugas das fazendas, fato que sempre foi comum na vida brasileira, começaram a se intensificar em 1886, passando a apresentar uma velocidade acelerada nos primeiros meses de 1887, e provocando uma ampla crise na província de São Paulo em junho desse ano. Os proprietários de escravos recorreram, primeiramente, ao governo da província, que respondeu com ordem aos funcionários locais no sentido de garantirem o controle dos fazendeiros sobre a propriedade escrava. No início de junho, as autoridades locais pediram auxílio militar ao governo central. A fim de justificar a intervenção do governo, boatos davam conta de que três mil escravos rebeldes marchavam sobre a cidade de São Paulo. De acordo com Conrad, os jornais da cidade referiam-se a levantes maciços em Campinas, a cerca de cem quilômetros da capital, e relatavam com mais exatidão que dois mil fugitivos haviam encontrado refúgio em Santos. Mesmo desmentidos, os boatos fizeram com que o governo de Cotegipe enviasse os reforços pedidos para São Paulo. O navio de guerra Primeiro de Março partiu do Rio de Janeiro transportando uma força naval de desembarque de cinquenta homens e cinquenta e quatro oficiais e soldados do 10º Batalhão de Infantaria foram enviados por terra para a agitada área de São Paulo, apesar da aversão que os militares tinham à função de perseguidores de escravos fugidos.¹⁴² As forças nacionais foram colocadas sob o comando do presidente da província, que deveria fazer uso total dos

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 75. 29 de novembro de 1886.

¹⁴¹ PINHO, Wanderley (org). *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p.285. Carta datada de 17 de outubro de 1886.

¹⁴² Em meio à corporação, essa tarefa era tida como desprestigiada. No ano seguinte, oficiais reunidos no recém-criado Clube Militar fariam petição à Regente no sentido de serem eximidos de cumprir o papel de capitão-do-mato.

seus poderes para devolver os fugitivos aos seus donos.¹⁴³ Poucas horas depois, uma vasta força de fazendeiros e de capangas contratados começou a deter os trens vindos da cidade de Jundiaí para a de Santos e, com autoridade concedida pelo presidente provincial, fazia com que todos os passageiros negros e mulatos descessem da carruagem para inspeção.

Pressões da imprensa e um pedido formal de informações aberto no Senado, fizeram com que o novo ministro da Agricultura de Cotegipe desse algumas explicações. Antônio Prado havia se demitido do gabinete 20 de agosto na metade de 1887, após sua eleição para o Senado. Na ocasião, a posição oficial do ministério foi a de que desejava evitar que seus integrantes acumulassem cargos e, com isso, o colocassem numa situação “pouco parlamentar”.¹⁴⁴ O sucessor de Prado, Rodrigo da Silva, informou à Câmara que alguns fazendeiros de São Paulo haviam dado liberdade condicional aos seus escravos, mas que a pacífica transformação do sistema de trabalho fora interrompida subitamente por uma verdadeira greve. Aliciados por abolicionistas, os escravos estariam abandonando as fazendas em massa. Não só o sistema de trabalho estava sendo desorganizado, mas a grande concentração de fugitivos em Santos passava a representar uma grave ameaça para a ordem pública e para a propriedade.¹⁴⁵

Os escravos sempre haviam fugido, mas, de um modo geral, individualmente, ou em pequenos grupos, para se juntarem a grupos maiores nas florestas ou em quilombos. Agora, porém, com uma súbita consciência do novo estado de coisas, trabalhadores das fazendas se evadiam para alguma floresta próxima, para uma cidade distante ou para um destino inteiramente desconhecido. Na medida em que iam fugindo em número maior, ganhavam poder sobre os proprietários, cujos planos dependiam do seu trabalho. Com a fuga em massa das fazendas, e a incapacidade da política e das forças armadas para detê-los, os proprietários não tinham alternativa, senão aceitarem uma mudança drástica no seu relacionamento com os escravos.¹⁴⁶

¹⁴³ CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 298.

¹⁴⁴ Cf. *Anais do Senado Imperial*, 16 de maio de 1887, p. 77.

¹⁴⁵ CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 299.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 300.

A Questão Militar

Com o avançar da década de 1880, à crise da mão de obra escrava se somaria mais uma crise política: a Questão Militar. Alguns dos mais expressivos embates entre parcelas militares e o governo, que contribuíram para a politização de oficiais militares, se desenrolaram durante o ministério do barão de Cotegipe.

Este é um tema amplamente debatido e ao qual somos remetidos, quase que de imediato, sempre que pensamos nos elementos que deram forma à crise que derrubou o Império em fins do século XIX. Trata-se não apenas de uma Questão Militar, mas de uma série de episódios, denominados como tal à época e pela historiografia, que opuseram setores militares e o Estado imperial durante a década que antecedeu a República.

O fim da Guerra do Paraguai pode ser tomado como o marco inicial da crise no plano das relações entre civis e militares durante o Império, cujo desdobramento final foi o golpe de 15 de novembro de 1889, que catalisou o fim do reinado de D. Pedro II. No entanto, os elementos que nutriam a insatisfação militar vinham se desenhando, pelo menos, desde a década de cinquenta. Com a eclosão da guerra, o Império se deparou com um Exército fraco e mal preparado, que sofria com baixos salários, promoções demoradas e manipuladas, instalações miseráveis nos quartéis, castigos físicos e atrasos no pagamento de pensões. As tropas eram compostas com base numa política de recrutamento forçado, que recolhia para as fileiras da corporação basicamente ex-escravos e elementos socialmente marginalizados. À época, cabia à Guarda Nacional¹⁴⁷ o prestígio da carreira militar, fazendo com que, inclusive pelas péssimas condições de vida na caserna, o Exército fosse tido como uma força inferior. Era na “milícia cidadã” que serviam os membros da elite, com exceção de uma parcela da alta oficialidade do Exército e da Marinha.¹⁴⁸

Dentro das Forças Armadas, a Guerra do Paraguai teve um efeito mobilizador. Foi nesse momento que, pela primeira vez na história política do Brasil, o Exército desenvolveu o que podemos chamar de “espírito de corpo” em torno de questões tanto

¹⁴⁷ Sobre o assunto, ver CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

¹⁴⁸ A oficialidade desta força foi, desde a sua origem, composta majoritariamente por membros da elite. Uma hipótese que talvez explique tal característica seja o alto custo inicial para o ingresso dos aspirantes a oficiais. O enxoval inicial, por exemplo, era muito mais caro do que o do Exército, fator que lhe propiciava um caráter “aristocrático”.

organizacionais, como políticas e sociais. E esse sentimento só seria reforçado com as "questões militares". Ao retornarem ao país após cerca de cinco anos de conflito, os militares esperavam do governo um tratamento à altura dos esforços empenhados na guerra. Na prática, o que aconteceu foi uma piora em relação à situação anterior. Com os cofres vazios e um montante de dívidas acumuladas em decorrência dos dispêndios de guerra, o governo reduziu ainda mais o orçamento das pastas militares.¹⁴⁹ Além disso, foi dada continuidade a medidas que, entre os oficiais, eram tidas como manifestação de descaso governamental em relação aos interesses das Forças Armadas. As constantes indicações de civis para ocuparem a pasta da Guerra, por exemplo, geravam um sentimento de falta de interlocução entre as partes.¹⁵⁰ Os militares desejavam posição de destaque na sociedade, o que claramente não vinham conseguindo no reinado marcadamente civilista de D. Pedro II¹⁵¹. Aos poucos, ganhava força a oposição entre parcelas militares e civis que, até o golpe de 15 de novembro, se fortaleceria alimentada por crises específicas, dentre elas a Questão Militar. Uma expressiva parcela da oficialidade se percebia como um todo diferenciado, unido pelo foco em interesses práticos. Ansiava por mudanças internas, que dependiam diretamente da modernização econômica e, por extensão, política da sociedade. Para eles, a escravidão era a causa do atraso do país, o que, conseqüentemente, impedia o desenvolvimento militar. Tal crescimento dependeria da implantação do trabalho livre e da industrialização nacional, em especial do crescimento da indústria de base e da metalurgia, assim como de investimentos em infraestrutura que favorecessem a economia como um todo.¹⁵²

Essa visão de mundo de parcelas militares durante a segunda metade do século XIX se deveu, em grande parte, à penetração de ideias em voga na Europa, que vinham sendo apropriadas pelos meios intelectualizados da sociedade brasileira. Foi principalmente através dos oficiais chamados "científicos" que a crescente onda cientificista se disseminou nas Forças Armadas.

¹⁴⁹ Sobre a posição do regime monárquico em relação às forças armadas, ver COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

¹⁵⁰ No período correspondente ao início da Questão Militar até a Proclamação da República, foram cinco os ministros da Guerra, todos civis: Alfredo Chaves, Joaquim da Luz, Tomás Coelho, Visconde de Maracajú e Cândido de Oliveira.

¹⁵¹ Cf. COELHO, Edmundo Campos. *op. cit.*

¹⁵² Por infraestrutura entendem-se investimentos no setor de transportes, como, por exemplo, a abertura de estradas, no setor de eletricidade etc.

Na historiografia da República, tem-se destacado cada vez mais a atuação da “mocidade militar”, termo usado para se referir aos alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro, localizada na Praia Vermelha.¹⁵³ Ao ingressar na Escola Militar, o oficial podia escolher entre terminar todo o percurso acadêmico, se tornando engenheiro com formação militar completa, ou avançar até certo ponto do currículo¹⁵⁴ e se especializar nas áreas de artilharia e cavalaria. “Científicos” e “tarimbeiros” eram as formas como os próprios militares se referiam aos que possuíam, respectivamente, um dos tipos de formação. Os científicos, que supervalorizavam a capacidade intelectual, lançaram mão do termo “tarimbeiro” de forma pejorativa, referindo-se ao militar tradicional, duro, e sem as aptidões superiores do saber.¹⁵⁵

O positivismo de Auguste Comte teve forte poder de mobilização em meio a esses jovens, mesmo que de maneira contraditória. A Religião da Humanidade defendia que toda sociedade, até atingir um estado de desenvolvimento pleno, teria que passar por diversos estágios de evolução, nos quais certos elementos da organização social que não fossem mais necessários seriam abolidos, inclusive as Forças Armadas. O positivismo era, em sua essência, antimilitarista.¹⁵⁶ Porém, o que interessava aos oficiais na doutrina comteana era o destaque dado à matemática e às ciências físicas, assim como seu desprezo pelos “legistas”, associados a formas atrasadas de política. Ressentidos com a forma clientelista através da qual se organizava a sociedade imperial, esses militares vangloriavam-se por serem formados com base numa meritocracia, ao contrário, supunham, dos “casacas”.¹⁵⁷ Por outro lado, grande parte dos alunos da Escola da Praia Vermelha não possuía vocação militar, tendo optado pela carreira como meio de acesso à educação superior. No Brasil oitocentista, grande parte dos filhos da elite agrária se formava em Direito ou Medicina, nas faculdades de Recife, de São Paulo, da Bahia e da Corte, com exceção dos que optavam por fazer seus estudos no exterior, a maioria em Coimbra. Escolhiam a Escola Militar os filhos de militares, os filhos de família pobres e os das províncias decadentes. Para os despossuídos, a Escola

¹⁵³ Cf. CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

¹⁵⁴ Um estudo abrangente dos currículos militares no período se encontra em MOTTA, Jehová. *Formação do oficial do exército*. Currículos e regime na Academia Militar, 1810-1914. 1ª. reimp. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

¹⁵⁵ CASTRO, Celso. *op. cit.*

¹⁵⁶ Sobre o positivismo, ver BRÉHIER, Emile. *Histoire de la philosophie*. 5ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

¹⁵⁷ Termo disseminado entre os militares para se referir aos bacharéis que compunham, em sua maioria, a elite dirigente do Império.

Militar era talvez a única opção, o que fazia com que o Exército sustentasse uma parcela expressiva de oficiais não vocacionados. Foi o caso, por exemplo, de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e de José Bevilacqua, jovem cearense de família modesta, e que viria a ter participação ativa nas movimentações políticas militares na última década do Império.¹⁵⁸ Estavam dadas as condições para que a “mocidade militar”, cuja participação na instauração da República seria decisiva, passasse a se considerar portavoza da modernização do país, e aos militares como um todo como “homens de ação”, “honestos”, distintos dos “casacas”, “civis corruptos”.

Na historiografia do período não há consenso sobre a cronologia da “Questão Militar” *stricto sensu*. A maioria dos autores a delimita pelos anos 1886-1889, porém há os que retrocedam até o início da década de 1880.¹⁵⁹ Por tomar a “Questão Militar” como uma crise política com a qual o Império precisou lidar quando já atravessava uma crise hegemônica, nesse trabalho a duração da questão será balizada inicialmente pelo momento em que seus episódios ganharam repercussão política, o que aconteceu pela primeira vez em 1886, com a prisão do coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos.

A intensificação do movimento abolicionista, a partir de 1884, e o agravamento da tensão nas relações entre o Estado e as Forças Armadas fizeram da passagem de 1886 para 1887 um período de forte ebulição entre os militares. Os confrontos que compuseram a “Questão Militar” caracterizaram-se pela indisciplina e pela quebra de hierarquia. Durante a crise, a divergência em torno da disciplina e da escravidão foi uma das principais questões em jogo. A grande simpatia com que oficiais, inclusive de alta patente, enxergavam o abolicionismo, opunha-se à orientação política do Império escravocrata. Paralelamente, a insatisfação nutrida por militares quanto ao tratamento recebido do governo, juntamente com o desejo de expressão política na imprensa, funcionou como o motor do embate, cujo potencial político de oposição ao regime foi rapidamente reconhecido pelos republicanos, especialmente os da Corte, que não

¹⁵⁸ José Bevilacqua foi aluno de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, e, posteriormente, seu genro. Cf. LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

¹⁵⁹ Para mais informações sobre as diferentes cortes cronológicas da Questão Militar ver trabalhos como os de CASTRO, Celso. *op. cit.*, COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmoçles: o Exército e a Guerra do Paraguai na Crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1998, SCHULZ, John, *O Exército na política: origens da intervenção militar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

tardaram em estabelecer aproximações com os oficiais envolvidos, e em inflamar os ânimos, principalmente por meio de sua imprensa.¹⁶⁰

Desde a década de 1870, discutia-se na imprensa republicana o papel dos militares na sociedade.¹⁶¹ Um das ideias levantadas dizia respeito a uma nova forma de governo ser o caminho para o surgimento de uma classe de “soldados-cidadãos”, que substituiria o caráter marcadamente servil dos exércitos permanentes. A defesa desse ponto de vista funcionava como estratégia republicana de aliança com os militares na luta contra o Império. Daí deriva a ênfase na obediência racional e inteligente como base necessária da verdadeira disciplina, à qual estaria subordinado o “soldado-cidadão”.¹⁶² De acordo com José Murilo de Carvalho, esta noção era carregada de um duplo significado: ao mesmo tempo em que servia como instrumento de afirmação militar, refletia o ressentimento da organização em relação à sociedade civil, em especial à elite política.¹⁶³

Os conflitos tiveram início em 1886, quando, ao registrar irregularidades administrativas cometidas no ano anterior por um capitão da Companhia de Infantaria da província do Piauí ligado ao Partido Conservador, o coronel Cunha Matos foi atacado por um deputado correligionário do capitão em discurso na Câmara dos Deputados. Ele foi acusado de ter dirigido artilharia inimiga contra as tropas brasileiras enquanto esteve prisioneiro dos paraguaios durante a guerra. Utilizando-se de artigos de jornais, Cunha Matos reagiu, sendo preso sob a justificativa de que, de acordo com avisos de 1859 ainda em vigor, os oficiais estavam proibidos de discutir assuntos militares e políticos na imprensa sem a prévia autorização do ministro da Guerra.

Em discurso no Senado em agosto do mesmo ano, o general e senador liberal pelo Rio Grande do Sul, visconde de Pelotas, protestou, dizendo que a ofensa sofrida por Cunha Matos era, na verdade, a todo o Exército, e que o ministro parecia considerar um membro da Câmara superior a todos os oficiais. Pelotas levantou ainda a questão de que os avisos valeriam apenas para discussões sobre assuntos militares na imprensa, não podendo, entretanto, impedi-los de defender o que tinham de mais respeitável: sua

¹⁶⁰ Três periódicos fortemente engajados nessa questão foram: *A Federação*, editado pelo republicano gaúcho Júlio de Castilhos, *O País*, de Quintino Bocayuva, e *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa.

¹⁶¹ Fundado em 1870, como órgão do Partido Republicano, o jornal *A República* passou a publicar, a partir de 1871, uma coluna direcionada aos militares, intitulada *A classe militar*.

¹⁶² LEMOS, Renato. *op. cit.*, p.326. A doutrina do “soldado-cidadão” foi desenvolvida, em particular, por Quintino Bocayuva nas páginas d’*O País*.

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

honra.¹⁶⁴ Com tal postura, Pelotas dava à questão um caráter mais amplo. Tratava-se agora da defesa da honra e dos bríos militares, e não mais de um caso específico de punição a um oficial, nem de disputas políticas entre liberais e conservadores. Este sempre foi o assunto realmente em pauta para muitos oficiais, quando já alimentavam um ressentimento em relação aos políticos, os quais, supunham, se julgavam superiores aos oficiais do Exército.

No mesmo mês, outro incidente exaltaria ainda mais os ânimos. Em meio a já citada discussão no Senado, o senador Franco de Sá pronunciou-se sobre sua passagem pelo Ministério da Guerra em 1884, lembrando a punição aplicada ao tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, quando este recebeu oficialmente, na Escola de Tiro de Campo Grande, Francisco do Nascimento, herói do movimento abolicionista do Ceará. Tendo encarado o fato como afronta ao governo, Franco de Sá destituiu Madureira do comando da Escola. Em seu discurso, afirmou não ter havido nenhum abuso, e que poderia ter punido com mais rigor o tenente-coronel, posto que o mesmo publicara inúmeros artigos e ofensivos contra o então ministro.¹⁶⁵

Servindo desde esse incidente na província do Rio Grande do Sul, no comando da Escola de Artilharia de Rio Pardo, Sena Madureira respondeu ao pronunciamento do senador através do jornal republicano gaúcho *A Federação*, por meio de uma carta na qual dizia que o que havia escrito em 1884 apenas mostrava o erro do ministro ao proibir que ele e Cunha Matos desfrutassem do direito de livre manifestação do pensamento, garantido a todos pela Constituição. Concluía afirmando: “Poderia retaliar - mas não o faço – respondendo que nós, velhos soldados, nem sempre tomamos a sério os generais improvisados que perpassam rápida e obscuramente pelas altas regiões do poder.”¹⁶⁶ Em seu pronunciamento, Madureira deixava evidente a já sabida insatisfação dos militares com a ocupação do cargo de ministro da Guerra por civis, que – alegavam –, por não conhecerem a realidade militar, não entenderiam e nem dariam importância às suas necessidades. Desta forma, tinha início a segunda parte da Questão Militar.

Em meio ao fogo cruzado entre governo e setores militares, Cotegipe parecia não se abalar com os acontecimentos. Sobre a questão, em carta a Araújo Pinho, seu genro e político baiano, ele declarou: “Todos os dias inventa-se uma crise – para animar

¹⁶⁴CASTRO, Celso. *op. cit.*, p. 86.

¹⁶⁵ *Idem*, p.87.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

os fracos. (...) A excitação militar não nos dá cuidado, e vai desaparecendo por falta de alimento”.¹⁶⁷

A 2 de setembro de 1886, o ajudante-general do Exército marquês da Gávea enviou um telegrama ao general Deodoro da Fonseca, então comandante das Armas e presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, perguntando se os artigos escritos por Sena Madureira haviam sido publicados com a sua autorização. No dia seguinte, Deodoro respondeu dizendo que não, e que trataria do assunto em ofício do mesmo dia. Porém, o ministro da Guerra Alfredo Chaves não esperou o recebimento do ofício de Deodoro, e puniu o tenente-coronel Madureira com uma repreensão. Com esta medida, que desagradou bastante a Deodoro, os episódios configuraram-se cada vez mais como uma questão militar – conflito entre oficiais e o governo –, perdendo o caráter de expressões isoladas de indisciplina.

Dois dias após a ação do ministro, Sena Madureira publicou mais um artigo no jornal *A Federação*, no qual protestava contra a ilegalidade do ato ministerial. No mesmo dia, Deodoro concedeu autorização a alguns oficiais da guarnição do Rio Grande do Sul para uma reunião com o propósito de homenagear Sena Madureira, apoiando-o na atitude de advogar em favor da “causa militar”.

Na Corte, os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha promoveram, a 1º de outubro do mesmo ano, uma reunião na qual decidiram manifestar adesão ao procedimento dos colegas do Sul por meio de um telegrama enviado a Madureira e aos alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul, que, a essa altura, também já haviam aderido à causa. No telegrama, os alunos afirmavam a disposição de assumir com eles as responsabilidades que poderiam sobrevir. Os promotores da reunião foram presos, por exercício de procedimento criminoso, pelo general Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro, e então comandante da Escola Militar.¹⁶⁸

Ao se indispor com Deodoro, o gabinete Cotegipe se indispunha com o presidente da província de maior poderio militar, e que, além disso, contava com o apoio de grande número de oficiais. A essa altura dos acontecimentos, o então ministro da Guerra, Alfredo Chaves, já não compartilhava da mesma tranquilidade que demonstrava Cotegipe. Na linha de frente dos conflitos, em correspondência com o barão ele demonstrava preocupação com sua situação, especialmente após a adesão de

¹⁶⁷ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 75.

¹⁶⁸ CASTRO, Celso. *op. cit.*, p.88.

Deodoro da Fonseca no Sul.¹⁶⁹ De acordo com o ministro, outros membros do partido, como Paulino Soares de Sousa e Francisco Belisário, com o objetivo de conter a crise, acreditariam ser acertada a emissão de avisos a uma comissão do Exército e da Armada sobre a questão do direito dos militares de se pronunciarem indiscriminadamente pela imprensa.¹⁷⁰

Receando que já fosse tarde para que o governo oferecesse reação aos militares insubordinados, escreveu a Cotegipe sobre um convite que havia recebido do Senado para comparecer à discussão do projeto de Forças de Terra para o Exército de 1882-1888. Alfredo Chaves destacou a conveniência, naquele momento, do governo discutir questões do interesse militar. O ministro temia, porém, desgastes que o surgimento de qualquer discussão sobre os últimos acontecimentos poderia provocar para o governo.¹⁷¹ A fim de evitar maiores embaraços, a solução encontrada pelo chefe de Gabinete foi o não comparecimento do ministro ao Senado, sob a justificativa de que estaria doente, o que constrangeu o próprio Alfredo Chaves. Em resposta a Cotegipe, ele escreveu:

“Refleti sobre a carta que de VEx há pouco recebi, e peço-lhe licença para ponderar, que me não fica bem dar parte de doente para não comparecer a sessão do Senado, afim de assistir a discussão do projeto de – Forças de Terra-. Assim releve-me VEx que eu insista no único meio que me parece aceitável, - o de não fazer-se sessão, devendo a Presidência do Senado retirar amanhã da ordem do dia a indicada matéria.”¹⁷²

Constrangido com as orientações do barão, que acreditava iriam diminuir em muito a força moral no Ministério, para Chaves, o seu não comparecimento no Senado produziria semelhante, senão idêntico, efeito que esperava-se de uma possível discussão sobre a Questão Militar.

Ainda que em meio a seus pares Cotegipe não demonstrasse preocupação com a questão, o barão tentou conter a evolução dos episódios pedindo a Deodoro que mantivesse a disciplina no meio dos oficiais. Deodoro negou o pedido de Cotegipe, assumindo explicitamente a posição de porta-voz dos oficiais ressentidos sob o seu comando. Esta posição foi consagrada no dia 4 de outubro, durante a missa que a oficialidade mandou rezar por ocasião da morte do general Osório. Nesse dia, Pelotas, chefe do Partido Liberal do Rio Grande do Sul, ao encontrar Deodoro, que era

¹⁶⁹ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 885, pasta 18.

¹⁷⁰ *Idem*, pasta 20.

¹⁷¹ *Idem*, pasta 21.

¹⁷² *Idem*, pasta 22.

conservador, lhe disse: “Abraço meu irmão de armas, pelo procedimento admirável e altamente honroso que tem tido na questão Madureira, que envolve o pundonor e honra do Exército. O procedimento de V. Excia. eleva-o muito alto na consideração dos nossos camaradas.”¹⁷³ Neste momento o espírito de corpo militar superava as diferenças políticas.

No dia 8 de outubro o barão de Cotegipe respondeu a Deodoro em tom conciliatório, informando-o que o governo havia decidido encaminhar a questão dos avisos ao Conselho Supremo Militar e de Justiça, instância máxima da Justiça Militar à época. Havia sido solicitada a apresentação, com urgência, de um projeto que revisse a legislação vigente no tocante à manifestação de militares através da imprensa. Manter-se-ia apenas a proibição quanto à discussão de objetos de serviço, o que, até certo ponto, acalmou os ânimos de Deodoro. Ao presidente do Conselho de Ministros, que pediu a Deodoro que colocasse fim nas reuniões de oficiais, interessava temporizar com o general, pois, com a morte de Caxias, não havia ninguém nas fileiras do Partido Conservador com as mesmas aptidões políticas daquele que viria a ser entronizado Patrono do Exército brasileiro. Já antes de seu envolvimento com a “Questão Militar”, Cotegipe desejava fazer de Deodoro um novo Caxias.¹⁷⁴

Entretanto, as agitações continuavam na Corte, sempre com a ativa participação dos alunos da Escola Militar. No dia 9 de outubro, 150 deles publicaram no jornal *O País* um protesto, na forma de abaixo-assinado, contra dois membros da oposição liberal – o senador Silveira Martins e o deputado Cândido de Oliveira, que mais tarde viria a ser ministro da Guerra. Ambos, em discurso na Câmara, aproveitaram o embaraço do governo ao conduzir a crise, não sendo capaz de se impor aos militares, para atacar o ministério e os oficiais rebeldes, denunciando a fraqueza do governo por não ter ordenado a prisão imediata de Deodoro da Fonseca. Entre os signatários do abaixo-assinado estavam membros da “mocidade militar” de destaque nas agitações políticas das últimas décadas do Império, como Augusto Ximeno de Villeroy, Lauro Müller, José Bevilacqua e Jaime Benévolo. Diziam que, naquela conjuntura, atacar Deodoro significava atacar todo o Exército.¹⁷⁵

Em 10 de outubro de 1886, oficiais e alunos do Exército, acompanhados por alguns da Armada, se reuniram na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro.

¹⁷³ A Federação, Porto Alegre, 5/10/1886 apud CASTRO, Celso. *op. cit.*

¹⁷⁴ Cf. SCHULZ, John. *op. cit.*

¹⁷⁵ CASTRO, Celso. *op. cit.*, p. 89.

A reunião foi presidida por Benjamin Constant, professor da Escola Militar, e pelo vice-almirante Arthur Silveira da Mota, barão de Jaceguai ¹⁷⁶, únicos oficiais superiores presentes. A quase totalidade dos presentes na reunião era de alunos da Escola Militar, dando início a um padrão que se tornaria frequente daí por diante. Na reunião foi aprovado um documento, proposto por Benjamin Constant, em que os oficiais ali presentes declaravam apoio incondicional à “forma digna” como seus companheiros do Sul reclamavam o “restabelecimento dos seus direitos”. Convidado a participar do encontro por seus alunos e admiradores da Escola Militar da Praia Vermelha, esta foi a primeira intervenção de Benjamin Constant na “Questão Militar”.¹⁷⁷

A 18 de outubro de 1886, o Conselho Supremo Militar e de Justiça pronunciou-se favoravelmente aos militares, reconhecendo-lhes o direito de se pronunciar pela imprensa, desde que não fossem discutidos assuntos de trabalho. A instrução foi aprovada pelo Imperador a 3 de novembro, e a situação finalmente parecia caminhar para o entendimento.

Nesse ínterim, em consequência de correspondência trocada entre o barão de Cotegipe e Deodoro da Fonseca em novembro do mesmo ano, o presidente do Conselho de Ministros decidiu exonerá-lo da função que exercia e transferi-lo para a Corte. Cotegipe havia atribuído ao general a responsabilidade pelas agitações ocorridas entre os oficiais, e este lhe respondeu reafirmando sua revolta com a “humilhação” sofrida pelo militares, que se ligariam a um objetivo maior, supunha: a substituição do Exército pela Guarda Nacional.¹⁷⁸ Além de Deodoro, o governo estava punindo discretamente oficiais que haviam tido atuação destacada na recente crise. Alguns foram transferidos para unidades distantes, enquanto que aos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha foi imposto um estágio de um ano na Escola de Realengo, o que os mantinha no subúrbio, afastados do centro geográfico da crise.

Deodoro deixou a presidência da província do Rio Grande do Sul em 22 de dezembro, na mesma época em que Sena Madureira pedia exoneração do comando que exercia. Em 8 de janeiro de 1887, em passagem por Porto Alegre a caminho da Corte,

¹⁷⁶ Mesmo sendo monarquista convicto, o Barão de Jaceguai ficara magoado com o governo imperial após a dissolução da Esquadra de Evoluções, unidade de elite da Armada da qual foi o primeiro e único comandante. *Idem*, p. 90.

¹⁷⁷ LEMOS, Renato. *op. cit.*

¹⁷⁸ CASTRO, Celso. *op. cit.*, p. 91.

ambos foram homenageados por seus colegas de farda pelas ruas da cidade, tendo sido recepcionados na casa do visconde de Pelotas.¹⁷⁹

Em 26 de janeiro de 1887 os dois oficiais chegaram à Corte, sob o clima de um novo episódio da “Questão Militar”. Apesar de os militares terem adquirido o direito de se pronunciarem pela imprensa, as punições recebidas por Cunha Matos e Sena Madureira ainda continuavam em suas fés de ofício. Embora houvesse cedido às pressões militares, reconhecendo que os avisos eram inconstitucionais, o governo se recusara a suspendê-los, o que poderia ser entendido como recuar ainda mais. Tal fato foi percebido pelos militares como um ato de intransigência do barão de Cotegipe, e sua saída da chefia do governo passou a ser vista por eles como a única solução para o impasse. Questionado pelo barão de Lucena, seu amigo e político influente, sobre a possibilidade de Cunha Matos e Sena Madureira requererem o trancamento das notas se houvesse a substituição da chefia do gabinete, Deodoro teria respondido afirmativamente.¹⁸⁰

Na ocasião da chegada de Deodoro e Sena Madureira ao Rio de Janeiro, o comandante da Escola Militar, general Severiano da Fonseca, havia recebido ordens de proibir os alunos de irem recepcionar os oficiais vindos do Sul. Não conseguindo conter os estudantes, pediu demissão.

No dia seguinte, em reunião organizada no Teatro Recreio Dramático, o assunto do trancamento das notas foi o principal ponto em questão. Estavam presentes Deodoro da Fonseca e Sena Madureira, além de Cunha Matos e Benjamin Constant. Os quatro estiveram acompanhados por um grande número de oficiais. De acordo com Castro, a *Gazeta de Notícias* calculou terem sido cerca de duzentos os oficiais presentes.¹⁸¹ Entretanto, tal número seria alto demais para os padrões do Batalhão da Corte. Ainda de acordo com Castro, nessa reunião não houve a participação maciça de oficiais do alto comando, assim como da Armada. Quem compôs a plateia foi, majoritariamente, a “mocidade militar”. Foram estes oficiais que endossaram os pronunciamentos de Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca, em que se afirmava que, embora a anulação dos avisos de 1859 tivesse sido honrosa, a “Questão Militar” não estaria terminada por completo até que o governo limpasse as fés de ofício dos dois oficiais punidos. Ao final

¹⁷⁹ *Ibidem*

¹⁸⁰ LEMOS, Renato. *op. cit.*, p.323.

¹⁸¹ CASTRO, Celso. *op. cit.*, p.92.

da reunião, aprovou-se uma moção, a ser encaminhada ao governo, na qual pedia-se, “respeitosamente”, o complemento do ato governamental anterior.

Ao se negarem a pedir o trancamento das notas, Cunha Matos e Sena Madureira prolongariam ainda mais a questão. Ambos afirmavam que cabia ao governo admitir seu erro, tomando a iniciativa de cancelar as punições. Mais uma vez, a “mocidade militar” participava ativamente dos acontecimentos e, mesmo hesitante no começo, Deodoro decide voltar atrás na sua posição em que dava a Questão como terminada, autorizando a publicação de uma nota n’*O País*, na qual dizia manter a posição de antes, e que continuava aguardando um desfecho por parte do governo para a Questão.

Em abril deste ano o visconde de Pelotas seguiu para a Corte. Em 14 de maio, ele e Deodoro assinaram o manifesto Ao Parlamento e à Nação, no qual afirmaram não poderem mais compactuar com uma posição que “nos ludibria, arrancando-nos a dignidade de cidadãos armados, para não nos deixar mais do que a subserviência dos janízaros.”¹⁸² De acordo com Castro, por esta época, o capitão Inácio Serzedelo Corrêa encontrou-se com os republicanos Campos Salles e Aristides Lobo, que lhe pediram que mostrasse ao visconde de Pelotas a conveniência de um golpe republicano. Num encontro nos aposentos do general no Grande Hotel, no Rio de Janeiro, ao qual compareceram Benjamin Constant e seu irmão Marciano, Sena Madureira, Deodoro, Serzedelo Correa, pela Escola Militar, e um representante de cada um dos corpos da guarnição da Corte, a ideia foi logo descartada por Pelotas, que preferiu resolver a questão com o governo através de negociação parlamentar. No dia 20 de maio foi aprovada no Senado uma proposta que “convidava” o governo a realizar o trancamento das notas.

Iniciava-se um período em clima de paz armada. Os militares se preparavam para uma guerra de posições, e de longa duração. Para tanto, começaram a se organizar em âmbito nacional. Nesse momento, mais precisamente no dia 26 de junho de 1887, fundou-se o Clube Militar, sob a direção de Sena Madureira, Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant. Seus fins eram estreitar os laços de união entre oficiais da Marinha e do Exército e defender, junto aos poderes do Estado e pela imprensa, os direitos e os interesses da categoria militar.¹⁸³

¹⁸² *Idem*, p.96.

¹⁸³ Cf. LEMOS, Renato. *op. cit.*, p. 339.

A abolição foi a primeira grande questão nacional em que o Clube Militar interveio. Tendo a frente esses oficiais, no dia 25 de outubro, os seus membros encaminharam à princesa Isabel – que atuava como Regente por ocasião da já mencionada viagem do imperador à Europa – uma petição no sentido de que não consentisse que os militares continuassem sendo obrigados a perseguir “pobres negros que fogem à escravidão, ou porque vivam já cansados de sofrer-lhe os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhe tenha aquecido o coração e iluminado a alma.”

¹⁸⁴ O documento foi publicado n’*O País*, e enviado ao ajudante-general do Exército para que o entregasse aos cuidados da princesa. Ela nunca o recebeu, porém a petição obteve ampla repercussão. Mesmo que continuassem sendo enviados para perseguir escravos fugidos, os militares boicotavam a missão e manifestavam repugnância a ela.

Totalmente tomado pelos acontecimentos referentes à crise da escravidão, Cotegipe não se mostrava sensível ao potencial subversivo dos episódios envolvendo o governo e parcelas militares. Prova disso é a pouca importância que parecia dar à questão em suas combinações com o ministro da Guerra que, em fevereiro de 1887, não resistiu às pressões militares e da opinião pública, e entregou o cargo. Até o golpe de 15 de Novembro, outros incidentes se configurariam entre as partes.

Mesmo após o pronunciamento do Conselho Supremo Militar e de Justiça, favorável aos oficiais, a “Questão Militar” não foi encerrada. Como reparação, os oficiais punidos exigiam não precisarem entrar com um pedido oficial para apagar as punições de suas fés de ofício. O novo episódio serviu para aproximar diferentes parcelas da oficialidade e alunos da Escola Militar, que se uniam em torno da questão. Até a queda do regime, a tensão entre militares e os governos imperiais não cessaria.

O emancipacionismo paulista

Concomitantemente às agitações militares, no início de junho de 1887 recrudesciu a violência emancipadora de escravos em São Paulo. O abandono das fazendas na região causou uma mudança fundamental no sistema de mão de obra. Enfrentando a perda de seus escravos e sentindo que a escravidão não duraria muito mais, fazendeiros paulistas resolveram seguir o exemplo dos gaúchos e conceder

¹⁸⁴ *Idem*, p. 342.

liberdade provisória aos seus escravos através de contratos de trabalho. Em junho e julho houve uma verdadeira onda de alforrias deste tipo em São Paulo.¹⁸⁵

Os fazendeiros de Campinas, que não haviam se mostrado dispostos a aderir ao movimento de libertação até que muitos dos seus escravos começassem a abandoná-los, reuniram-se, entre o final de agosto e o início de setembro, para discutirem a questão. Esse encontro resultou em uma declaração pública que incitava à libertação provisória de escravos. A declaração dizia que o problema do fim da escravatura seria mais bem resolvido pelos fazendeiros. A essa altura dos acontecimentos, a estabilidade da força de trabalho era a maior preocupação da agricultura, que estava sendo rapidamente destituída dos seus escravos, induzidos a fugir. Os proprietários paulistas começavam a perceber que, caso concessões não fossem feitas imediatamente, escravos e libertos continuariam abandonando em massa o trabalho, incentivados pela mudança do clima moral da repressão, já que a Polícia vinha falhando em detê-los. A isso, somava-se a falta de apoio da opinião pública à escravidão e a crescente indiferença que aqueles que não possuíam escravos vinham desenvolvendo em relação às fugas. Com isso, os proprietários passaram a apostar que, se os escravos fossem libertados com a condição de trabalharem por mais algum tempo, seria possível contar com as autoridades para fazê-los trabalhar. De acordo com Conrad, um espírito de ordem pública não permitiria que se induzisse “homens livres” a fugir.¹⁸⁶ Convencidos, os fazendeiros de Campinas resolveram, em quatro de setembro, conceder a liberdade condicional a seus escravos, com a obrigação de que estes os servissem até 1890, um período de mais de três anos. Além disso, redigiram uma petição à Câmara Municipal, requerendo que fossem legislados termos de prisão de um ou dois meses a pessoas que induzissem os libertos a esquecerem suas obrigações de trabalho.¹⁸⁷

Enquanto os fazendeiros de toda a província iam se convertendo ao emancipacionismo condicional dos cativos, e os escravos insistiam em buscar a liberdade total, alguns dos principais líderes políticos paulistas convertiam-se subitamente ao abolicionismo, percebendo que a crise da escravidão era vista como uma ameaça à propriedade e a qualquer regime de trabalho. A mais impressionante adesão, e talvez também a mais importante, foi certamente a de Antônio Prado, autor do chamado “Regulamento Negro”. Sua família controlava um verdadeiro império de negócios,

¹⁸⁵ CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 301.

¹⁸⁶ *Ibidem.*

¹⁸⁷ *Idem*, 302.

grande parte dele ligado à exploração de fazendas de café. Tinha propriedades tanto na zona mais tradicional do Oeste Velho, quanto nas áreas de expansão do Oeste Novo de São Paulo, onde as novas terras férteis, as ferrovias e a imigração apontavam um futuro promissor, mesmo depois da eventual abolição da escravidão. Ainda durante o gabinete Dantas, Antônio Prado havia iniciado o debate sobre a Lei dos Sexagenários como forte oponente da reforma. Como um dos membros de uma comissão da Câmara encarregada de escrever relatório sobre o projeto Saraiva, ele se tornou dissidente, em maio daquele ano, da opinião da maioria, rejeitando o projeto sob a justificativa de que ele não garantia os direitos de propriedade. Menos de dois meses depois, Prado mudou da oposição para um “apoio qualificado” ao projeto. Ele entendia que a indenização não era a principal necessidade dos proprietários de escravos. Acreditava que um complemento necessário à lei deveria ser uma provisão para auxiliar a importação de trabalhadores livres, pois os imigrantes europeus poderiam se tornar uma força mais importante na eliminação da escravidão do que todas as medidas previstas pelo projeto.¹⁸⁸ Em agosto, Prado, eleito representante dos conservadores que apoiavam Saraiva e seu projeto na Câmara, declarou que os fazendeiros de São Paulo já não viam a Lei Rio Branco como a solução final do problema. Dizia que, apesar dos laços da sua província com a escravidão, São Paulo possuía uma compreensão prática da necessidade da transição para a forma de trabalho livre. Como medida para a transformação, investia na vinda de europeus, que começavam a substituir o trabalho escravo satisfatoriamente. Segundo Robert Conrad, o fim evidente da escravidão, e a riqueza dos fazendeiros de café, haviam começado a criar “abolicionistas” em meio aos cafeicultores de São Paulo. A mudança de Prado para o emancipacionismo foi modesta e cautelosa em 1885, sendo suficiente para aceitar as provisões conservadoras da Lei Saraiva-Cotegipe, e para reconhecer a importância potencial da imigração enquanto um importante caminho para o fim da escravidão. O significado das atitudes, em evolução, de Prado, veio a ser mais aparente em 1887, após sua saída do gabinete Cotegipe, quando, sob sua liderança, a província de São Paulo se moveu decididamente para o campo abolicionista, forçando a escravidão a uma rápida extinção.¹⁸⁹

Em 13 de setembro de 1887, Antônio Prado apresentou no Senado uma petição assinada pelos fazendeiros de Campinas, pedindo medidas enérgicas para forçar o

¹⁸⁸ *Idem*, p 277.

¹⁸⁹ *Idem*, p 278.

regresso de muitos dos escravos da comunidade que haviam se refugiado em Santos. Uma semana antes, havia prometido libertar todos os seus escravos até o final de 1889, o que o distingue do movimento abolicionista. Nesta altura, os abolicionistas não aceitavam nada diferente da abolição imediata. Em seu discurso, Prado comparou as dificuldades de alguns fazendeiros de Campinas, que haviam relutado em libertar seus escravos, com a situação, de acordo com ele muito melhor, de outros fazendeiros de São Paulo, que já o haviam feito e estavam contratando trabalhadores livres, concluindo que a agitação na sua província só poderia terminar com a manumissão provisória.¹⁹⁰

No entanto, o emancipacionismo dos fazendeiros parecia não satisfazer os escravos, que continuaram abandonando as fazendas em busca de uma liberdade imediata. O incidente em Itu serviu para que mais um poderoso grupo de pressão retirasse seu apoio ao sistema escravocrata. Como já foi dito anteriormente, como primeiro pronunciamento do recém-fundado Clube Militar, uma parcela do Exército, chefiada pelo marechal Deodoro da Fonseca, recusou-se a perseguir escravos fugidos. Uma petição, dirigida à princesa Isabel, e publicada no jornal *O Paiz*, pedia que a corporação fosse poupado da “humilhante” tarefa. O documento salientava a boa vontade do Exército em manter a ordem em caso de revoltas de escravos, mas pedia que os soldados não fossem destacados para a tarefa de capitão-do-mato, colocando-se atrás de escravos cuja fuga havia sido pacífica. A simpatia ao abolicionismo não atingia toda a corporação. No entanto, o papel de caçador de escravos era considerado perigoso e inglório.

No final de novembro e início de dezembro de 1887, a agitação parecia aumentar em São Paulo. Os jornais não cessavam de publicar relatos de escravos abandonando fazendas, algum deles armados, e saqueando e assaltando passantes nas estradas. As unidades do Exército enviadas para controlá-los nada faziam.¹⁹¹

Em resposta às crescentes agitações, os políticos paulistas começaram a estudar e planejar, durante os últimos meses de 1887, uma total reformulação no sistema de trabalho. As mudanças previam melhorias nas condições de vida e trabalho, e até salários para os escravos, tudo na esperança de mantê-los trabalhando. Cerca de vinte plantadores de café, incluindo representantes dos três partidos políticos, donos de um total de dois mil e quinhentos cativos, concordaram em estabelecer uma sociedade de

¹⁹⁰ *Idem*, p 303.

¹⁹¹ *Ibidem*.

fazendeiros com o propósito específico de promover a emancipação de todos os escravos da província até dezembro de 1890. Reunidos na capital, nomearam uma comissão de cinco membros, incluindo Antônio Prado, para que preparassem os estatutos da nova organização e marcassem um comício público para quinze de dezembro, com o objetivo de consagrar o estabelecimento definitivo da associação libertadora da província.¹⁹²

Diante desses acontecimentos, Cotegipe se mostrava preocupado. Escreveu em 11 de dezembro de 1887 a Araújo Pinho:

“Aquilo por S. Paulo não vai bem. Agora os libertos é que estão fugindo e abandonando as fazendas em massa! O Prado faz grande fiasco: só consegue retaliar o partido. (...)

Continua o abandono das Fazendas em S. Paulo – para irem a Capital no dia 15 receber- a liberdade. Em boas meteu-se o Prado!...”¹⁹³

Conforme o programado, em quinze de dezembro, mais de cinquenta fazendeiros e os representantes de outros 156 proprietários de quase sete mil escravos, reuniram-se em São Paulo. O jornal *Correio Paulistano*, propriedade de Antônio Prado, deu os nomes de 199 pessoas que assinaram a lista de inscrições para membros da sociedade. A lista incluía representantes das poderosas famílias Souza Queiroz, Prado e Barros. O principal objetivo do comício era tornar público, e talvez até conscientizar os escravos, que os proprietários estavam reunidos para discutir a emancipação e, assim, as conferências foram abertas.¹⁹⁴

A única divergência entre os proprietários presentes se verificava em torno do caráter da emancipação, se deveria ser total e imediata ou provisória. Campos Sales - proprietário de terras e de escravos, e um dos principais dirigentes do Partido Republicano Paulista, o mais forte do país -, e alguns de seus seguidores defendiam a emancipação imediata. Antonio Prado, por sua vez, ponderava, defendendo que obrigar os escravos a trabalharem por um tempo adicional constituiria uma política flexível. Se as circunstâncias econômicas, ou imprevistos de outra ordem, exigissem um período mais curto, ou até a emancipação imediata e sem condições, seus esforços poderiam convergir nesse sentido.¹⁹⁵

¹⁹² *Idem*, p. 307.

¹⁹³ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 80. 11 de dezembro de 1887. Grifo no original.

¹⁹⁴ CONRAD, Robert. *op. cit.*

¹⁹⁵ *Idem*.

A associação visava promover a emancipação de todos os escravos da província através da propaganda organizada. Seu maior objetivo era manter os libertos nas fazendas e garantir a ordem pública, que, no entender dos proprietários, poderia ser gravemente ameaçada pela presença massiva de libertos desempregados vagando pelas estradas. Apenas a libertação não resolveria, por si só, os problemas econômicos dos escravos, de acordo com Prado. Eram necessárias concessões adicionais. Começavam, portanto, a cogitar conceder-lhes “direitos de homens livres”, ou seja, de cidadania, que muitos escravos reivindicavam por meio de suas fugas.¹⁹⁶

Uma pequena parcela de fazendeiros chefiada por Campos Sales declinou do apoio à associação com base na reivindicação da abolição imediata. No entanto, a maioria dos fazendeiros presente na reunião aderiu, colocando a província mais rica do Império no caminho de uma rápida solução para o problema da mão de obra.¹⁹⁷

A reunião teve efeito instantâneo. Imediatamente depois, vários fazendeiros paulistas começaram a tomar providências para viabilizar a transição para a mão de obra livre. A família Souza Queiroz libertou todos os seus escravos dois dias após a reunião, como já havia feito Campos Sales. A associação atraiu, também, o apoio de fazendeiros do Oeste paulista. No dia seguinte à reunião, os jornais do Rio de Janeiro publicaram muitos telegramas de São Paulo que relatavam o rápido movimento de libertação.¹⁹⁸

De acordo com Conrad, mesmo tendo as medidas de emancipação provocado divisões no Partido Conservador paulista, a ala capitaneada por Antônio Prado conseguiu estabelecer importantes alianças. Como os escravos continuavam abandonando as fazendas, os proprietários passaram a instruir seus capatazes no sentido de permitirem que os agora trabalhadores livres, e escravos de outras fazendas, famintos e cansados de caminhar, aparecessem em busca de emprego remunerado. Nas semanas seguintes à reunião de 15 de dezembro, os trens continuavam sendo detidos e revistados à procura de escravos fugidos, mas agora apenas para lhe oferecem emprego remunerado.¹⁹⁹

Segundo consta, na data da Abolição, mais de um terço das fazendas da província de São Paulo já utilizava o trabalho de escravos que haviam abandonado outras propriedades, e agora eram remunerados. De acordo com Robert Conrad, esse

¹⁹⁶ *Idem.*

¹⁹⁷ *Idem.*

¹⁹⁸ *Idem*, p. 309.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 310.

arranjo era vantajoso para os plantadores de café, uma vez que, mesmo em escala temporária de trabalho, quatrocentos réis diários, em uma renda anual de trabalho, equivalia ao valor de três sacas de café, talvez um oitavo da capacidade produtiva do trabalhador.²⁰⁰

Em fevereiro de 1888 já se podia afirmar que a política do emancipacionismo havia sido um sucesso em São Paulo. Muitos dos libertos e fugitivos regressavam ao trabalho ou encontravam emprego assalariado em outras fazendas. Na sua maioria, os fazendeiros haviam aceitado a solução de Prado, e aqueles que não o fizeram encontravam suas roças desertas.²⁰¹

Para Robert Conrad, a libertação de mais de cem mil escravos na província de São Paulo foi marcada por certa violência. Um importante levante social transformou o sistema de trabalho da província, em poucos meses, com pouca perda de vidas e de propriedades, em parte devido à oportuna chegada dos imigrantes italianos. Sua chegada, contudo, foi menos importante como uma causa do emancipacionismo dos fazendeiros, do que como uma solução para a súbita crise de mão de obra, que não se esperava que ocorresse antes de uns cinco ou seis anos. Mesmo com os dois acontecimentos estando ligados entre si, foi a fuga dos escravos que finalmente convenceu os senhores de São Paulo de que o momento da libertação havia chegado. Os proprietários ainda não estavam prontos para efetuar uma rápida transição para o trabalho livre. Hesitaram ou concederam liberdade condicional, ao mesmo tempo em que pediam a ajuda do governo central para a restauração da ordem e do sistema de trabalho. Apenas quando, muito relutantemente, compreenderam que nada, a não ser a libertação total, solucionaria seu problema, é que se converteram ao abolicionismo. Esse tipo de abolição foi bem diferente da sonhada por líderes abolicionistas históricos, como Luiz Gama e Joaquim Nabuco. O emancipacionismo dos fazendeiros paulistas não foi um ato de generosidade, e sim uma tentativa de defender interesses econômicos ameaçados, um esforço de recolher as migalhas de um sistema que se desintegrava.²⁰²

Com o sucesso de sua experiência, os dirigentes paulistas apressaram-se a acabar com a escravatura por meio de uma ação legislativa, e a instigar a abolição em todo o Império. Em 25 de fevereiro, aniversário de Antônio Prado, a capital provincial foi declarada livre de escravos e, dois dias mais tarde, um projeto para aplicar um imposto

²⁰⁰ *Idem*, p. 311.

²⁰¹ *Ibidem*.

²⁰² *Idem*, p. 313.

de quatrocentos mil-réis sobre cada escravo ainda existente na província foi introduzido na Assembleia Provincial, debatido e rapidamente aprovado em 7 de março, mas nunca chegou a ser sancionado pelo então presidente provincial Rodrigues Alves. Contudo, em menos de uma semana, a Assembleia paulista decidiu, unanimemente, submeter uma petição à Assembleia Geral para que esta agisse rapidamente, por razões sociais, morais e econômicas, no sentido de abolir a escravatura no país inteiro.²⁰³

Com o fim da escravidão em São Paulo, restavam poucos obstáculos significativos à abolição total. Os únicos importantes defensores da escravatura eram o gabinete Cotegipe e os fazendeiros da província do Rio de Janeiro, apoiados por alguns proprietários de distritos vizinhos, nas fazendas de São Paulo e Minas Gerais, e mais alguns retardatários espalhados por grande parte do país. Para eles, a principal questão era a da indenização, porque não abriam mão do seu direito à propriedade escrava.²⁰⁴

Quando a ordem é garantida pela força: o caráter repressivo do Ministério Cotegipe

Em fins de junho de 1887, por ocasião da partida do imperador para a Europa para tratar-se de problemas de saúde, a princesa Isabel assumiu a regência. Na ocasião, com o gabinete abalado pelas crises políticas, Cotegipe pediu demissão, que foi negada pela princesa. Em um documento escrito em dezembro de 1888, após a queda do Ministério, a princesa explicaria as razões que a fizeram conservar o barão no poder:

“O Barão de Cotegipe parecia-me poder sustentar a situação e eu conhecia-lhes as tendências firmes no que diz respeito à religião, tendências infelizmente raras. Além disso, não gostando de choques, não havendo razão então que me fizesse pensar menos bem do ministério, estimei conservá-lo, e assim vivemos em muito boa harmonia bastante tempo.”²⁰⁵

Como vimos, durante todo o ano de 1887 as fugas e violências de escravos aumentaram em proporções alarmantes na província de São Paulo. Pouco tempo após o Exército se recusar a perseguir escravos fugidos, e dos chefes de ambos os partidos monarquistas de São Paulo anunciarem que libertariam todos os seus escravos até final

²⁰³ *Ibidem.*

²⁰⁴ *Idem*, p 320.

²⁰⁵ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 32.

de 1890, no Nordeste, a maioria de seus líderes adotava uma política neutra ou abolicionista. João Alfredo, líder do Partido Conservador de Pernambuco, libertou seus escravos em junho do mesmo ano, marcando definitivamente sua adesão à abolição.²⁰⁶

Desde a aprovação dos termos que proibiam os castigos físicos, o gabinete Cotegipe optara por uma postura primordialmente pautada na repressão. Tendo à frente o chefe de Polícia do Rio de Janeiro, João Coelho Bastos, o governo passou a investir contra o movimento abolicionista e os escravos fugidos. Recusando-se a revogar o “Regulamento Negro”, o governo não hesitou em enviar fugitivos da capital, capturados, para os senhores na província. Em agosto de 1887, o então ministro da agricultura, Rodrigo da Silva, chegou a uma decisão sobre os registros de escravos que, segundo os abolicionistas, reescravizaram treze mil pessoas na região de Campos, provocando uma onda de protestos que causou a proibição das reuniões públicas e violências nas ruas e praças da Corte. Pouco após o público ter tomado conhecimento dessas medidas, um comício de protesto foi marcado no Teatro Polytheama, mas foi impedidos por bombas e capoeiras contratados e vestidos com camisas da polícia. No dia seguinte, Coelho Bastos publicou uma ordem policial, proibindo reuniões e comícios em edifícios públicos e à noite, ameaçando impedi-las à força.²⁰⁷

Cerca de um ano antes, em carta ao barão de Cotegipe que também versava sobre protestos na cidade de Campos, ainda que em menores proporções, D. Pedro II havia dado instruções no sentido de que a atuação da Polícia se limitasse à manutenção da ordem.²⁰⁸ No entanto, meses mais tarde, os rumos tomados pela situação haviam tornado o aparato repressivo do Ministério Cotegipe não só excessivo, como ineficiente, fato que contribuía ainda mais para o desgaste moral do Gabinete perante a opinião pública.

Um dia depois dos confrontos em Campos, deu-se um embate entre abolicionistas e a polícia no Campo da Aclamação, na Corte, quando as autoridades tentavam impedir um comício que tinha por objetivo denunciar a ordem do governo de reescravização de treze mil ex-cativos em Campos. Nessa mesma noite, outro choque ocorreu diante da redação da *Gazeta da Tarde* e vários outros atos de brutalidade da polícia foram registrados em vários pontos da cidade. Apesar da oposição do Senado à

²⁰⁶ SCHULZ, John. *op. cit.*, p. 115.

²⁰⁷ CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 320.

²⁰⁸ PINHO, Wanderley (org). *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 271. Carta de 30 de janeiro de 1886.

medida, o ministério Cotegipe não se deixou abalar, e fez o necessário para conseguir o apoio da Câmara.²⁰⁹

No final de agosto, cerca de dois mil abolicionistas desafiaram de novo a proibição de comícios públicos com outra reunião no Teatro Polytheama, quando o regime escravista foi denunciado. Mesmo já abandonado por parte expressiva da opinião pública, e por importantes membros do seu partido, o gabinete Cotegipe continuou desafiador. De acordo com Conrad, o mais sério abuso de direitos públicos verificou-se em outubro e novembro na região açucareira de Campos, onde atos de violência e terror foram levados a cabo com a aparente aprovação do governo central. No período, greves de escravos e fugas maciças para a cidade fizeram com que, para impedir as paralisações e o abandono das fazendas, uma grande força policial fosse enviada para as propriedades em meados de outubro, a fim de acompanhar os cativos durante todas as atividades do dia.²¹⁰

Pouco depois, em 25 de outubro, a polícia iniciou um movimento de repressão ao movimento abolicionista local, através de um ataque à redação do jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março*, editado por Carlos de Lacerda. Por ordem do chefe de Polícia local, homens encapuzados invadiram a sede do periódico, destruindo móveis e equipamentos de impressão. Vários abolicionistas foram presos em suas casas, ficando incomunicáveis. De acordo com Robert Conrad, Carlos de Lacerda se escondeu e apareceu depois no Rio de Janeiro, mas a polícia provincial não desistiu de procurá-lo, ameaçando a sua vida.²¹¹

Na manhã de 26 de outubro, a redação do *Vinte e Cinco de Março*, demolida e abandonada, foi cercada por uma força de cavalaria, por capangas e policiais com a intenção de levantar o assoalho em busca de escravos fugidos. Na manhã seguinte, policiais apareceram diante do jornal republicano *Gazeta do Povo* para provocar os ocupantes do edifício. Elas invadiram a oficina do jornal, destruindo sua impressora.²¹²

Até o final de novembro, episódios de fuga e repressão policial não cessaram na província de Campos. Esses e outros atos, incluindo o quase envio simultâneo de unidades navais e policiais para São Paulo, impopularizavam o gabinete, e criavam, na

²⁰⁹ CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 320.

²¹⁰ *Idem.*

²¹¹ CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 321.

²¹² *Idem.*

opinião pública, uma imagem do governo de Cotegipe como repressivo e de obstáculo aos anseios nacionais abolicionistas.

Cotegipe e a crise do Império

Como já foi mencionado, a conjuntura de 1871 permitiu que, ainda que às custas de dissensões e conturbações parlamentares, diferentemente do que se daria em 1885, a reforma da escravidão pudesse ser aprovada sem pressões que ameaçassem a ordem no Império. Em carta a Cotegipe, Rio Branco enfatizou o compromisso conservador com a estratégia derogatória que a lei de 1871 inaugurara. A partir de então, o processo de discussão da lei e a opinião dos dois líderes passaram a ter alguns pontos em comum: o controle da possibilidade de liberdade, o controle e o reforço do caminho reformista legal e, acima de tudo, o controle dos efeitos políticos e sociais da lei.²¹³

Chamado ao poder em 1885, a tarefa de Cotegipe era aprovar outra medida derogatória, só que agora, diferentemente de 1871, diante de uma pressão direta pelo fim da escravidão e de ameaças de ruptura da ordem institucional. Contudo, sua disposição para reformas e transformações terminava ali. Ele se opunha terminantemente a qualquer mudança de enfoque dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação aprovada durante a sua chefia. Em consequência, com a crescente pressão externa – por parte do movimento abolicionista – e interna – resultante da divisão da classe dirigente - a política de Cotegipe precisou se basear na repressão intensa e constante, não apenas aos escravos, mas também aos abolicionistas, e naturalmente, para implementar tal política, foi necessária a manutenção de um aparelho policial “linha dura”.

Cotegipe demonstrava entender o momento peculiar em que se colocava à frente do poder. A quebra do consenso entre a classe dirigente, o avanço de movimentos contestatórios – o abolicionismo e o republicanismo-, e a incapacidade demonstrada pelos liberais para encaminhar as reformas necessárias, o motivaram a, no papel de um intelectual dirigente, formular diretrizes para a defesa do regime, diretrizes estas que deveriam ser postas em prática pela iniciativa do Partido Conservador. E era exatamente a situação que o partido vivia uma de suas principais preocupações.

²¹³ GEBARA, Ademar. *op. cit.*, p. 84.

Cotegipe temia que o arrefecimento do Partido Conservador, segundo ele o verdadeiro responsável pela manutenção e conservação da ordem, expusesse as instituições a sérios perigos. Acreditava que, em face da crescente massa de descontentes, a monarquia constitucional não poderia se manter senão às custas de uma forte vigilância e resistência aos avanços da “democracia”.²¹⁴ Sua noção de “democracia”, provavelmente, tinha relação com a onda de mudanças que, durante o período da década de 1880, fez com que a população das cidades, em especial da cidade do Rio de Janeiro, aprendesse a reivindicar nas ruas e pela imprensa. Como nos mostra Maria Tereza Chaves de Mello, nesse período a rua foi ressignificada, adquirindo um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação popular. Ela passou a disputar, e com vantagem no fim da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político.²¹⁵ Em tais circunstâncias, Cotegipe creditava o perigo eminente não ao desempenho dos liberais, mas àquilo que acreditava que eles não poderiam conter – os movimentos abolicionista e republicano, fortemente representados nesse espaço público ampliado e remodelado.

Cotegipe percebia que a política do dia a dia vinha atropelando as instituições e seus fundamentos morais e, em consequência, a necessidade da articulação de uma resistência. Pensava, no entanto, que uma resistência apenas materialmente atrelada ao governo, ou a algum grande órgão de imprensa, seria ineficiente. Ela deveria estar associada moralmente ao governo e ser apoiada por um conjunto de “amigos sinceros das instituições”.²¹⁶ Para tanto, entendia que o trabalho da imprensa, através da propaganda, era essencial. Porém, não o da grande imprensa que, de acordo com ele, precisaria, eventualmente, sacrificar-se, abrindo mão de seus interesses particulares. Para Cotegipe,

“A imprensa é sem contestação o elemento mais poderoso para dirigir o espírito público, e arredá-lo das seduções dos inovadores e anarquistas, porém, seria em vão reclamar da grande imprensa o sacrifício de seus interesses pela defesa longa, e até certo ponto problemática de instituições sem dúvida capazes de fazer a felicidade da nação, mas estremecidas por abusos e abandonadas por ceticismo”.²¹⁷

O ataque ideal deveria partir da atuação da pequena imprensa, que

²¹⁴ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

²¹⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *op. cit.*, p. 29.

²¹⁶ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

²¹⁷ *Ibidem*.

“pela multiplicidade de seus órgãos, modicidade de seu preço, e energia de sua linguagem difunde-se pelas camadas menos refletidas da população, incita suas paixões, e desvaria o seu entendimento. A propaganda feita assim produz efeitos incalculáveis, e que nós já vamos sentindo”.²¹⁸

A citação acima indica um importante elemento para captar o dilema de Cotegipe, retomando a questão do consenso que se perdia. Trata-se da perda do consenso passivo das massas, fruto da ação da “democracia” e da “anarquia” - nas palavras do próprio Cotegipe -, e a formação do se poderia chamar de um dissenso ativo, o qual os liberais vinham se mostrando incapazes de deter. De tabela, ela explicita qual era a concepção do barão acerca da função dos liberais dentro do sistema: conter, controlar e encaminhar o dissenso.

Moral, imprensa, consenso e opinião pública eram elementos que orientavam Cotegipe. E os efeitos da pequena imprensa a que Wanderley se refere certamente têm relação com a ação dos periódicos do período, principalmente na Corte, que desempenhava o papel de ator político. Na oposição – tanto ao regime, quanto ao governo - órgãos oficialmente partidários, como os jornais republicanos *A República* e *A Província de São Paulo*, e vários de filiação não oficial, proliferavam, ganhando destaque em meio à população, divulgando causas de força, como a abolicionista, ferozmente defendida pela *Revista Illustrada*, por exemplo, que chegou a ser considerada por José do Patrocínio como “a bíblia da abolição”.²¹⁹

Sendo assim, já havia se tornado claro para Cotegipe que a manutenção das instituições dependia da articulação de um contra-ataque com a finalidade de restaurar o consenso que se quebrava – pelo movimento abolicionista, pela mobilização popular e, principalmente, pela ação dos escravos neste quadro político específico –, tanto no interior do Partido Conservador, citado por ele como o único capaz de garantir a ordem, quanto na sociedade, e de impedir que a ordem precisasse ser mantida essencialmente através da força, expondo o regime a sérios riscos. A forma ideal de ataque não tardou a ser notada. Tratava-se da propaganda que, segundo Cotegipe, vinha sendo desprezada

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ Sobre a história e o papel da imprensa no período, cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1966.

até então pelas classes dominantes que, da mesma forma, não estariam também engajadas na manutenção das instituições.²²⁰

Seu ressentimento quanto ao “descaso” da classe dominante com as instituições certamente é fundamentado na atitude da parcela paulista de fazendeiros, capitaneados por Antônio Prado, que, desde 1887, vinha encaminhando a emancipação dos escravos da província, mesmo contra as diretrizes do gabinete chefiado pelo barão. Em carta a Araújo Pinho, Cotegipe discutiu os acontecimentos em São Paulo:

“Não lhe dou notícia das façanhas do Prado em S. Paulo, porque dos jornais constam. Os conservadores poupam o trabalho aos liberais. Em Minas reina a discórdia, como se contassem com grande maioria. Por toda a parte reina a anarquia e a loucura. Não me surpreende, pois, o que vai por aí”.²²¹

Poucos dias depois, em nova carta, Cotegipe acrescentou:

“Aquilo por S. Paulo não vai bem. Agora os libertos é que estão fugindo e abandonando as fazendas em massa! O Prado faz grande fiasco: só consegue retaliar o partido.

A reunião do Paulino tem um fim, e é mostrar que não convém precipitar, e sim dar tempo a que a Prov^a se prepare. Tudo isto não passa de cataplasma emoliente – desde que os conservadores enfraquecem, supondo que continuarão no poder. Engano! O que os justificaria? Se não fosse o mal geral – eu os ajudaria – para rir-me depois”.²²²

A menção a uma reunião com Paulino Soares de Souza com o fim de mostrar a conveniência de dar tempo para que a província do Rio de Janeiro, local de maior concentração das fazendas de café e escravos do Vale do Paraíba em decadência, se preparasse para a abolição reforça o argumento de que, a essa altura, mesmo com todas as pressões externas, Cotegipe se mantinha firme na proposta de transição iniciada com a lei de 1871.

De volta à questão da imprensa, Cotegipe coincidentemente ou não, sistematizou tais ideias, em especial o valor que creditava à propaganda, exatamente no momento em que, através do trabalho propagandístico exercido pelo jornal *Correio Paulistano*, de propriedade de Antônio Prado, vários dos principais proprietários ligados à lavoura de São Paulo ingressaram no movimento de transição que vinha se fortalecendo nessa

²²⁰ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

²²¹ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 80. 25 de novembro de 1887.

²²² Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 80. 11 de dezembro de 1887. Grifos no original.

província. É provável que, após acompanhar o desenvolvimento da imprensa republicana e abolicionista, e ver o potencial e a projeção das realizações de seus opositores partidários alcançadas, em parte, por meio do mesmo veículo, Cotegipe tenha concluído ser essa a arma mais eficaz para articular sua ofensiva.

Para o barão, era clara a relação entre a atuação da imprensa do período e a crise atravessada pelo regime. No seu modo de ver, quando os grandes órgãos de imprensa passavam a tratar de política, significava que estava em curso uma crise iminente, uma vez que a abstenção de seus interesses particulares revelaria o “acontecimento do patriotismo”, e a preponderância dos interesses materiais.

Certo de que as instituições imperiais não poderiam ser garantidas e defendidas com o “partido da ordem” dividido e enfraquecido, mais do que um instrumento de reflexão, ao sistematizar essas ideias em um documento com caráter de manifesto²²³, Cotegipe buscava divulgar suas percepções dentro do Partido Conservador, na esperança de convencê-lo da eficácia da forma de ação que acreditava ser a mais adequada para reagrupar seus dirigentes. Educar o partido seria a única forma de fortalecê-lo, para então educar as massas e restabelecer o consenso, estando assim preparado para encarar o momento de crise, preservando as instituições, e salvaguardando o regime.

Novamente em carta a Araújo Pinho, o dirigente baiano deixava claro os seus objetivos:

“(…) Muito me apraz, que SS. houvesse aprovado a minha resolução sobre a imprensa, e que esteja de acordo com e disposto a sustentá-la. Nós precisamos educar o partido, reunidos, e expurgá-lo. O meio é esse. Sei, que alguns não gostarão; mas isso mesmo prova que o golpe doeu. Aqui a oposição é geral, e apesar disso o governo viverá com ou sem mais modificação. É o que nos convém- para que mostrem as aptidões, embora sofra o país por algum tempo”.²²⁴

A ideia de sacrifício temporário do país, de inevitabilidade de certo “sofrimento” indica sua consciência de que a coerção, ainda que momentânea, se fazia necessária, como única forma de controle. Tratava-se de dominar até que o consenso e a hegemonia fossem restabelecidos. Por isso mesmo, a imprensa e a propaganda se faziam tão

²²³ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

²²⁴ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Araújo Pinho. Lata 548, pasta 68.

importantes para o barão. Veiculada em pequenos órgãos de imprensa, que não precisariam viver o conflito entre os interesses da empresa e os da ideia, a propaganda era o meio de ação. Para ele,

“Na imprensa há dois interesses que dificilmente se conciliam, principalmente em um país em que os partidos não são fortes pelo número de seus aderentes, e pelo vigor das convicções. Estes dois interesses são: os da ideia e os da empresa. Entre abandonar o órgão, ou sacrificar a empresa em seus resultados, a escolha seria indiferente, porque sem o órgão a ideia não teria ação. Nestas circunstâncias a ideia reclama um órgão que não lhe imponha sacrifícios, que a não constranja, e que pelo contrário seja por ela dominado. Este resultado é inatingível quando a empresa constitui o patrimônio de seus proprietários, que nela veem a garantia de seu presente, e a esperança do futuro de suas famílias. Nesta hipótese a empresa pretere sempre a ideias, e a sacrifica muitas vezes, porque em momentos de luta abstenção é o maior auxiliar da propaganda”.²²⁵

Essa imprensa, polarizada entre a ideia e a empresa, seria um indício importante da mudança das condições sociais, econômicas e intelectuais em que se estaria fazendo política no país a partir da década de 1880. Com empresários e jornalistas que buscavam viver de seu ofício (e os primeiros, de suas empresas), essa imprensa era um indício de um novo ambiente urbano, mais encorpado, complexo e diversificado, formado por profissionais liberais, trabalhadores livres, funcionários, engenheiros, técnicos e empregados do comércio e do setor de serviços, descomprometidos com a escravidão e com o restrito espaço público imperial anterior, canalizado para o Estado e para o governo. Essa nova sociedade civil é fundamental para explicar o surgimento do movimento abolicionista. No caso específico da imprensa, trata-se, ao menos, de um esboço do surgimento de uma imprensa de massas, muito distinta da velha imprensa dos períodos anteriores, e onde empresários e jornalistas, como um novo tipo de intelectual, eram fundamentais. Convivendo com a velha imprensa, patrocinada diretamente por partidos, grupos e pelo governo, essa nova aparece como um elemento fora do controle. Essa é a questão de Cotegipe.²²⁶

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ Cf. GRAHAM, Sandra L. *op. cit.*; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. *op. cit.*; SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Abolição e modernidade*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 429, 2005; MARINHO, Pedro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Doutorado em história. Universidade Federal Fluminense, 2008; ALONSO, Ângela. *op. cit.*, MELLO, Maria Tereza Chaves de. *op. cit.*

Em relação ao Partido Conservador, Cotegipe seguia uma linha tradicional, caracterizando sua índole como defensiva. De acordo com João Camillo de Oliveira Torres²²⁷, o conceito de conservadorismo significa uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições, e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar as continuidades com o passado. O conservador acha condenável toda reforma que não esteja baseada em condições pré-existentes. Pode-se reformar, por meio de um processo cauteloso, mas nunca mudar radicalmente. Sobre os conservadores, Cotegipe desenvolve uma ideia interessante, contrapondo o que acredita ser a índole do partido ao seu papel na política concreta. Se, por um lado, em todos os lugares e em todos os tempos, o papel dos conservadores é o da defesa, naquele momento de crise era preciso contra-atacar. Ele conclama o partido a atuar na política imediata, fazendo frente à “audácia” e às “arrojadas temeridades” de seus adversários.²²⁸ A verdadeira prova seria a de que em um país de liberdade de imprensa, nem a monarquia e nem a religião poderiam se sustentar sem uma defesa vigilante e corajosa. Cotegipe acreditava que, em sendo inevitáveis mudanças, que elas fossem feitas controladamente, e que fossem incorporadas sem abalos à ordem estabelecida. Sem constantes contra-ataques, as instituições se tornariam fracas. Parece claro para ele que o trabalho de manutenção do consenso não termina nunca, e que seu maior objetivo seria evitar revoluções políticas e abalos à ordem. Esse plano demandaria inúmeros sacrifícios, mas que trariam ótimos frutos. Caso contrário, seria de presumir que, ao primeiro choque, as instituições cairiam, deixando todos admirados da sua fraqueza.

No entanto, mesmo depois de trabalhada a sociedade pela propaganda, de excitados os ideais, não seria provável a vitória dos “bons princípios”, senão após grandes provações. Seria hora de tocar o alarme contra os elementos que diariamente alimentavam a subversão por meio de sentimentos de fácil combustão. Para Cotegipe, o governo não dispunha de força, e nem seria prudente confiar apenas a ela a solução do problema que se agitava.²²⁹ Ele deixa claro que percebia que força material não funcionava sem consenso, e que o Partido Conservador deveria ser o responsável por um contra-ataque ideológico. Percebia que, brevemente, se não já despedaçado pelas dissensões internas, os conservadores precisariam enfrentar o Partido Republicano,

²²⁷ TORRES, João Camillo de Oliveira *op. cit.*

²²⁸ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Arquivo Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 21.

²²⁹ *Idem.*

centro para o qual gravitavam todos os descontentamentos. Ainda que o fim do regime viesse a ser precipitado por um golpe militar, o papel dos republicanos, articulando redes de apoio e precipitando os acontecimentos, seria essencial para o desfecho do 15 de novembro e a instauração de um novo regime. Cotegipe os percebia como os verdadeiros inimigos, que os liberais se mostravam incapazes de enfrentar.²³⁰

Cotegipe acreditava que a força dos republicanos derivava de alguns fatores conjunturais. Em meio às demais repúblicas na América, a monarquia estaria isolada em território favorável àquela forma de governo. Internamente, o descontentamento dos proprietários, a inexistência de uma nobreza de verdade, e o fato de o clero e a magistratura não serem garantidamente independentes, faziam com que as ideias republicanas, que em circunstâncias normais, ou seja, quando o consenso estivesse plenamente estabelecido, seriam inofensivas, se tornassem fortes e temíveis.²³¹ Cotegipe percebia o momento de crise. De acordo com ele,

“As ideias republicanas, em circunstâncias normais seriam inofensivas, porém na crise que se prepara podem surpreender a sociedade como aconteceu em França, na memorável revolução de 1848. O desgosto do Partido Conservador contribuiu mais do que qualquer outra coisa para aquela revolução”.²³²

Era preciso evitar que as desavenças e a desunião do Partido Conservador no Brasil levasse o Império para o mesmo caminho. Para tanto, seria urgente construir um órgão de propaganda apoiado em uma associação forte e numerosa, não preocupada com questões de empresa, capaz de “dirigir a opinião nacional no sentido de consolidar as instituições contra-minando o trabalho da propaganda revolucionária”.²³³ Seria de extrema necessidade que, além do apoio moral, esse órgão dispusesse de recursos para fazer frente a todas as eventualidades, convencendo os adversários de que a luta não o desarmaria, nem seria interrompida.²³⁴

Para Cotegipe, as instituições no Brasil ainda seriam as únicas garantias da unidade do Império. Mesmo que afirmasse o contrário, é possível especular que o barão estivesse preocupado com problemas de caráter separatista provenientes dos rumos que a província de São Paulo vinha tomando. A essa altura, São Paulo encontrava-se em

²³⁰ *Idem.*

²³¹ *Idem.*

²³² *Idem.*

²³³ *Idem.*

²³⁴ *Idem.*

plena expansão econômica, e vinha conseguindo encaminhar a transição da mão de obra investindo na vinda de trabalhadores imigrantes europeus, e apostando na política de emancipação dos escravos por contrato de trabalho. Sobre o assunto, num relato sobre um encontro com a princesa e o conde D’Eu, seu esposo, Cotegipe teria afirmado:

“Disse-me logo que parece que o ministério está perdendo prestígio. Perguntei em que e por quê. Sua alteza respondeu que refere-se à questão da abolição da escravidão, a qual, em São Paulo, tomava caráter muito sério e mostrou receio de que a província, nada esperando do centro, aderisse às tendências separatistas, e por isso desejava saber o que faria o ministério. Observei que a separação da província de São Paulo não era de temer-se (com dois ministros paulistas), tanto mais quanto o gabinete tem feito por ela em relação à imigração (mais do que por qualquer outra); que nós não púnhamos obstáculos nem desejávamos abater o que ali ia se fazer por iniciativa particular, apesar de reconhecermos que os resultados não correspondiam aos interesses dos proprietários e antes dificultariam a substituição do trabalho; que o ministério estudava a questão e em abril daria sua opinião, fazendo alguma coisa ou não, porém ficando ou retirando-se, pois não queremos o poder pelo poder e sim para o bem geral. Sua alteza parece inspirada pelo conde D’Eu, pois este ou aprovou o que ela dizia ou acrescentava algumas considerações (...).²³⁵

Em resposta à consideração da princesa, Cotegipe teria retrucado:

“Disse que minha lealdade exigia que eu aconselhasse a Sua Alteza que deixasse essa e as questões políticas aos partidos, como fazia a Rainha Vitória. Nesse ponto reclamou pelo seu direito, que não contestei, senão pelo uso que dele fizesse em questões que dividiram os partidos. Tanto Sua Alteza como o conde observaram que a Rainha já ia perdendo ou tinha perdido por essa neutralidade! Em vista disso, pareceu-me que Sua Alteza está influenciada, pois nunca falou tão clara e positivamente. Mostrava desejo de que alguma coisa fizesse, mas nunca pôs na balança a sorte do ministério como agora.”²³⁶

Uma comparação entre as origens, as filiações, os campos de atuação e os posicionamentos de Cotegipe e Antônio Prado explicita as dissensões no seio dos conservadores. Em meio ao contexto político, esse fator foi crucial para a já debilitada hegemonia da classe senhorial, e marcaria de maneira definitiva os rumos que levariam ao fim do regime. Cotegipe e Prado eram fazendeiros. Ambos eram ligados a famílias tradicionais. Ambos eram escravistas e políticos conservadores. Cotegipe, no entanto, foi fundamentalmente um estadista dirigente. O que a narrativa nos sugere é seu compromisso com a monarquia, as instituições, o partido, a ordem imperial e a ordem social. Seus negócios privados desempenham pequeno papel em sua atuação política

²³⁵ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 28, 14 de janeiro de 1888.

²³⁶ *Idem.*

mais geral, ainda que isso não estivesse ausente de suas preocupações. Ele também não se desprende de seu compromisso com a escravidão no coração do Império, mesmo que no Norte, já bem menos dependente desse sistema de produção, muitos estivessem fazendo exatamente isso, como João Alfredo em Pernambuco. É possível que ele não se desprendesse dos compromissos escravistas por seus próprios interesses particulares. De tudo que foi analisado, porém, entende-se que seu compromisso era com a ordem imperial, e que ele tinha plena noção de que esta dependia da Bacia do Paraíba. Isso o torna um homem, ainda que improvável, de uma terceira geração saquarema. Mais saquarema que os próprios herdeiros dos saquaremas, como Paulino e Andrade Figueira, que acabaram transitando para a República e, de maneira ou outra se desafeiçoando da monarquia. Talvez Cotegipe também o fizesse, se não tivesse morrido.

Antônio Prado, por sua vez, era ligado diretamente ao coração do Império e ao mundo da produção. Mas vinha de uma região, se comparada com o Rio de Janeiro e com a Bahia, secundária politicamente. Era monarquista. No começo, aceitou e participou da política protelatória de Cotegipe. Mas tinha um pé firme onde as novas condições de produção estavam se dando. E tinha o outro, não tão firme, no centro do turbilhão abolicionista. Tudo isso na província de São Paulo. Entre essas duas bases, talvez fosse o futuro que mais o movia, os novos negócios, o desenvolvimento do café em bases mais modernas. Esta é a sua organicidade. Se a escravidão e a monarquia se tornassem fardos para os negócios, perderiam a importância, como parece ter acontecido. De ambos os lados, o regime se deslegitimava.

Cotegipe e Prado são exemplos dos dois extremos que se configuram com a dissensão interna que se dá nesse momento no Partido Conservador. A crise orgânica do regime, nascida com a crise da escravidão, finalmente atingia o “Partido da Ordem” que, diferentemente do que acontecera em 1871, dessa vez não conseguiu se rearticular. Caso Cotegipe tivesse conseguido executar o esforço de educação do partido que julgava necessário, suas ações teriam caminhando no sentido de impedir que os dirigentes se colocassem em lados opostos, ou seja, que o dissenso atingisse sua parcela intelectual. Cotegipe percebia muito bem o contexto que vivia. Sua percepção da crise e do meio de saná-la era colocada com clareza. No entanto, a força exercida por elementos externos contra a política de gabinete impediu, no processo histórico, que o barão conseguisse efetivamente dirigir o processo. Como consequência, dar-se-ia a abolição imediata da escravidão em 1888, sem indenização para os proprietários de

escravos e, a reboque, o fim do regime em 1889, ocasionado por uma “parada militar”, à qual nenhum dos representantes da monarquia ofereceria resistência. O desfecho das crises políticas da década de 1880, especialmente a forma como foi colocada o fim a escravidão, faria com que o desamor pelas instituições que Cotegipe tanto se empenhava em defender impedisse que os dirigentes de outrora se dispusessem a por elas lutar.

A queda do gabinete Cotegipe

Não se sabe ao certo se Cotegipe pôde divulgar suas ideias no partido antes do fim do seu gabinete. Datado de 1888²³⁷, é provável que Cotegipe não tenha tido tempo de tornar público seu manifesto²³⁸ – no qual se dedicou a pensar o papel da imprensa e do Partido Conservador – enquanto ainda era chefe de gabinete, já que, logo no começo do ano, no rastro da desordem provocada pelo o que ficou conhecido como “caso Leite Lobo”, Cotegipe entregou à regente a sua carta de demissão.

O caso teve início na madrugada de 27 para 28 de fevereiro de 1888, quando o oficial da Marinha reformado Leite Lobo invadiu a casa de uma senhora e tentou matá-la, tendo também jogado garrafas na rua e espancado seu filho. Levado a socos e pontapés por passantes a uma repartição de Polícia, lá chegando, o oficial, que apresentava sinais de desequilíbrio mental, foi agredido por um alferes, responsável pela estação, e seu subalterno na hierarquia militar. Começava assim o “caso Leite Lobo”.

No dia 29 o tenente-coronel do Exército Beaurepaire Roham esteve na delegacia de Polícia para livrar Leite Lobo, que vinha a ser seu sobrinho. Lá, também teria sido desrespeitado pelo alferes Batista, que passou a somar conta si duas acusações de insubordinação. Na noite do mesmo dia, oficiais da Marinha marcaram uma reunião no Clube Naval para tomarem uma posição sobre o caso, em especial sobre os atos de desacato que teriam sido praticados pelo alferes. Nessa reunião foi formada a Comissão

²³⁷ O documento original não possui data. No entanto, no inventário do arquivo do barão de Cotegipe consta ser de 1888. Cf. Arquivo do Barão de Cotegipe. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Volume 290, janeiro-março de 1971. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

²³⁸ O manifesto aqui referido foi citado e trabalhado no item anterior. Numa leitura do documento, fica a impressão de que Cotegipe o redigiu com a intenção de divulgá-lo no seio do Partido Conservador, desempenhando um papel pedagógico.

dos Treze, composta por oficiais do Exército e da Armada com a finalidade de “reparar a honra” das duas forças.

A imprensa da Corte não perdeu tempo em anunciar a reunião como um ato de indisciplina, prevendo a queda instantânea do gabinete Cotegipe. Falava-se numa continuação da “Questão Militar”, agora estendida à Armada. No dia 2 de março, em uma reunião do membros do Clube Militar decidiram em reunião apoiar os colegas da Marinha.²³⁹

Nos dias 1º e 2 de março o estado de violência foi levado ao clímax. Marinheiros do Batalhão Naval entraram em confronto com policiais pelas ruas da cidade, que foram transformadas em campo de batalha. Durante esses dias observou-se um movimento anormal de desembarque de marinheiros das ilhas e dos navios na cidade, fato que só poderia acontecer com a conivência de oficiais navais. Cenas desse tipo se repetiram durante dias, deixando a Corte entregue a capoeiras, marinheiros e manifestantes. Mesmo com a diminuição dos conflitos, o clima de incerteza dominou a cidade por vários dias.²⁴⁰

Esses episódios, tecnicamente burocrático-administrativos, têm uma importância decisiva, enquanto indicadores da correlação de forças dentro do poder. Afinal de contas, essa talvez tenha sido a primeira vez que um funcionário público seria demitido por utilizar e exercer a repressão. Como e por que isso se tornou possível?

Em Petrópolis, a princesa era informada dos fatos. Muito se falava na imprensa, e as notícias que chegavam oficialmente do gabinete pareciam desencontradas. Em resposta a uma carta do ministro da Justiça, Samuel Wallace MacDowell, relatando os acontecimentos, a princesa expressou falta de confiança na atuação do governo:

“Falam os jornais igualmente de marinheiro morto que teria sido sepultado ocultamente pela polícia. Não será esta que poderá dar todas as informações sobre o fato!
Sempre e, sobretudo em épocas de crise como esta pela qual passamos, é absolutamente necessário ler tudo quanto aparece.
Poderá haver muita invenção, mas será também o meio de descobrir muita verdade.”²⁴¹

²³⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e indisciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 109.

²⁴⁰ Ibidem.

²⁴¹ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 31.

Diferentemente de quando assumiu a Regência, a essa altura a princesa já havia se tornado abolicionista. Se não por princípio, pelo menos por ter se convencido da necessidade e inevitabilidade da implantação da reforma. Sua nova opinião criou pressão sobre o barão de Cotegipe.

Logo após a troca de correspondência, a princesa desceu de Petrópolis para a Corte. Em notas posteriores à demissão do Gabinete, ela relata que, no mesmo dia, o barão quis lhe falar em particular antes do despacho, como, de acordo com ela, muitas vezes o fazia. Ele teria começado a relatar-lhe os fatos e teria proposto a demissão do comandante da Polícia, coronel Lago, e do alferes Baptista. A isto Isabel teria respondido que sim, mas que exigia também a do chefe de Polícia. O barão teria tentado salvá-lo, mas não o conseguindo, teria puxado do bolso a carta de demissão do Ministério, que já trazia pronta, mas que, para a princesa, não teria sido apresentada se ela o tivesse deixado manter Coelho Bastos no cargo.²⁴² Dizia o documento:

“O meu colega Ministro da Justiça comunicou-me e eu apresentei ao Conselho de Ministros a carta que N. A. I. lhe dirigiu em data de 4 do corrente sobre os distúrbios ocorridos nestes últimos dias.

Resultando do seu contexto, que a N. A. I. provem merecer mais crédito outras informações, que não as dadas sob a responsabilidade dos seus conselheiros constitucionais, não resta ao gabinete outra atitude, senão a de pedir, como pede respeitosamente a N. S. I., a sua demissão coletiva, sentindo contudo ter de tomar esta resolução atualmente, quando temos a consciência de que nem nos falta o apoio da opinião pública, nem os recursos necessários para manter a ordem.

Julgo não dever entrar em justificação e explicação, pois não tenho por fim permanecer numa função, que aceitei unicamente por dedicação a causa pública e obediência a S. M. o Imperador”.²⁴³

Após a aceitação da princesa, independentemente de ser costume o chefe do gabinete deposto indicar seu sucessor, Cotegipe lhe perguntou: “A quem quer V.A. que eu chame?” A princesa respondeu-lhe: “O Sr. João Alfredo”.²⁴⁴

O barão teria ponderado que demitir o Gabinete antes da reabertura das Câmaras, chamando um representante da oposição conservadora, e praticamente anunciando a abolição, poderia pôr a Coroa a descoberto. Cotegipe teria afirmado que a princesa encontraria uma boa ocasião de despedi-los assim que acontecesse a abertura das Câmaras, quando, de acordo com ele, o Ministério apresentaria um manifesto, já

²⁴² Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 32.

²⁴³ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe. Lata 960, pasta 31.

²⁴⁴ *Idem.*

preparado, no qual declararia não poder fazer mais nada em favor da emancipação. Cotegipe teria lembrado também que seria melhor que as combinações ministeriais fossem feitas com todo o segredo, porque, não estando as Câmaras reunidas, e saindo o atual Gabinete após fortes desordens, poderia ser difícil compor novo Ministério, e garantir a tranquilidade nas ruas. A princesa teria pedido que ele mesmo contactasse João Alfredo.²⁴⁵

Em suas memórias, Isabel questionou a conveniência de sua decisão. Ponto significativo é sua consciência de que dois meses, naquela conjuntura dinâmica e explosiva, eram muito tempo. De acordo com a princesa:

Teria sido melhor deixar continuar as coisas até a época da abertura das Câmaras, em que, visto o emperramento do Ministério, eu o teria obrigado a pedir sua demissão? Não o creio. Não sei como o país teria suportado os dois meses que faltavam, e, além disso, tinha tanta consciência do jeito tradicional do Sr. Barão de Cotegipe, que não temo confessá-lo, receei que ainda dessa vez me enrodilhasse e não achasse eu meio da dar o golpe que achava necessário.²⁴⁶

Para Cotegipe, antes dos episódios na Corte referentes ao caso Leite Lobo, a princesa Isabel já estaria prevenida contra o chefe de Polícia por conta de acontecimentos anteriores. Provavelmente, pensava nas atitudes repressivas contra abolicionistas, que vinham despertando a antipatia da princesa. Mesmo antes desses episódios, ela já estaria descontente com a tendência repressiva do gabinete. Se é verdade que durante a “Questão Militar” a postura do ministério teria merecido objeções da princesa,²⁴⁷ que parecia esperar do governo uma postura mais enérgica, agora, em relação à repressão contra abolicionistas e à atitude do governo nas ocasiões de fugas em massa de cativos – nas quais este se mostrou muitas vezes ineficiente – a princesa vinha demonstrando uma incompatibilidade ideológica com o gabinete. De acordo com ela, “a questão da abolição caminhava, suas ideias ganhavam-me cada dia mais, não havia publicações a respeito que não lesse e cada vez mais me convencia que era necessário fazer alguma coisa nesse sentido”.²⁴⁸

Nesse ínterim, duas eleições senatoriais deram evidências de que o gabinete Cotegipe e a ala mais conservadora do Partido Conservador estavam em situação desfavorável na correlação de forças. A princesa Isabel, que já vinha dando provas de

²⁴⁵ *Idem.*

²⁴⁶ *Idem.*

²⁴⁷ *Idem.*

²⁴⁸ *Idem.*

seu abolicionismo, nas duas ocasiões escolheu nomes de conservadores moderados no lugar de figuras como a do escravista declarado Andrade Figueira, e contrariando as expectativas da parcela conservadora vinculada a Paulino de Sousa, a quem também se ligava o Gabinete Cotegipe. O primeiro dos senadores escolhidos pela princesa foi Tomás Coelho, seguido por Pereira da Silva. Este último era um abolicionista moderado e desbancou Alfredo Chaves, ferrenho seguidor de Paulino, e que, como já mencionado, havia sido figura de destaque na atuação do governo durante a “Questão Militar” como ministro da Guerra. Para a princesa, “a tudo isso o barão mostrou-se cego e surdo, e cada dia mais me capacitava que nada obteria”.²⁴⁹

Pressionado pela princesa, o barão teria respondido que não iria de encontro à lei Saraiva-Cotegipe, porque ele também a fizera, mas que poderia interpretá-la de modo que o prazo da libertação ficasse muito diminuído. Ele garantiria um prazo de três a quatro anos para que tudo ficasse resolvido. Com o encerramento das reuniões da Câmara e do Senado em 1887, Cotegipe teria passado a estudar a questão no interstício. No entanto, a cada dia que passava, Isabel se convencia de que ele nada faria.²⁵⁰

Poucos dias depois, receosa de que Cotegipe fosse guardar para si as inclinações abolicionistas que havia lhe exposto, a princesa reuniu o ministério para dizer-lhes que julgava que o Gabinete não poderia continuar se não fizesse qualquer coisa a favor da emancipação; que seria um mal se o Partido Conservador se cindisse, e que julgava que deveriam aceitar as ideias de João Alfredo e Antônio Prado. A isto ela diz não ter certeza se teria sido Cotegipe ou Belisário que teria respondido “não ter de ir atrás destes senhores”.²⁵¹

Cotegipe poderia não estar disposto a encaminhar a questão da forma como a princesa havia passado a desejar, mas em nenhum momento se colocou fora de combate. Nesse período, ele formulou um projeto de emancipação escrava, que não teve a chance de apresentar às câmaras, no qual propunha um programa conservador frente ao inevitável, preocupando-se essencialmente com as garantias dos proprietários, sendo suas ideias de ordem a indenização e o trabalho compulsório do cativo como forma de pagamento ao senhor pela liberdade. Ao contrário de Antônio Prado, que em suas movimentações emancipacionistas em São Paulo já havia reconhecido a necessidade de atender também às reivindicações dos escravos por direitos, Cotegipe se mantinha

²⁴⁹ Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 32.

²⁵⁰ *Idem.*

²⁵¹ *Idem.*

preocupado apenas em amenizar as revoltas, e garantir os interesses dos proprietários. Voltado apenas para as instâncias econômicas e financeiras do problema, tratava de assim despolitizar a questão, desconsiderando qualquer medida referente a direitos políticos, cidadania e inclusão social dos escravos.²⁵²

Desde dezembro de 1887, por conta da quase total falta de apoio de que dispunha seu governo tanto em meio à opinião pública quanto da própria Coroa, Cotegipe já manifestava o desejo de largar o ministério. Nessa mesma época, já previa ser João Alfredo o seu sucessor. Não cansava de lamentar, porém, a atitude do abolicionista em relação ao Partido Conservador. Para Cotegipe, era preferível que a abolição, já que inevitável, fosse feita pelos liberais, impedindo que as desavenças internas arruinassem a força política dos conservadores. Em dezembro de 1887, confessou a Araújo Pinho que andava tão aborrecido por conta dos rumos políticos, que suspirava por um motivo que justificasse a sua aposentadoria.²⁵³

Seja como for, o fato é que em março de 1888, com a demissão do gabinete, tinha consciência do seu verdadeiro motivo: a “batalha de flores”. Em pleno clímax da campanha abolicionista, a princesa Isabel promoveu em Petrópolis – cidade imperial – festas inspiradas em comemorações francesas, a Batalha das Flores. Seu objetivo era mobilizar a alta sociedade local e arrecadar fundos para a Confederação Abolicionista. Tornava, assim, cada vez mais explícita a sua adesão ao movimento abolicionista, como Cotegipe observou novamente a Araújo Pinho.²⁵⁴ A desordem na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião do caso Leite Lobo, havia sido o empurrão que faltava para motivar a inclinação que a princesa regente já vinha desenvolvendo há algum tempo. Com a continuidade dos conservadores no poder, mas agora de sua ala abolicionista, perguntou-se à custa de quais sacrifícios se sustentaria tal situação. Sem dúvida, tratava-se do sacrifício dos interesses da classe senhorial, e da própria sorte do regime.

A queda de Cotegipe privou os fazendeiros ainda escravocratas de sua principal proteção. A província do Rio de Janeiro resistiu mais do que qualquer outra à abolição

²⁵² Instituto Histórico Geográfico, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 30, 17 de fevereiro de 1888.

²⁵³ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 80. 11 de dezembro de 1887.

²⁵⁴ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 83. 19 de março de 1888.

pelo fato de os escravos nessa região ainda serem em grande número e, também, porque os fazendeiros tinham empobrecido. De acordo com Robert Conrad, os 162.421 escravos registrados na província do Rio de Janeiro em 1887 representavam mais do que um quinto de todos os que haviam sido registrados em todo o país. Seu valor contábil (baseado na escala artificial de idades da Lei Saraiva-Cotegipe) era de quase 106 contos (equivalente nessa época a dez milhões e seiscentas mil libras esterlinas), o que representava quase o total de dívidas dos fazendeiros da província, calculadas em 120 mil contos. Na realidade, o valor nominal dos escravos excedia o valor das terras, o que ameaçava os fazendeiros, em particular os do Vale do Paraíba, da ruína financeira. Em defesa das suas atitudes pró-escravistas, os fazendeiros afirmavam que os escravos pertenciam mais aos bancos do que a si próprios.²⁵⁵

Apesar de alguns proprietários terem mantido seus escravos até o fim, os fazendeiros da maioria das províncias já começavam a seguir o exemplo de São Paulo no início de 1888.²⁵⁶ O colapso progressivo da escravidão havia se espalhado nacionalmente.

Em meados de março, partes até mesmo da província do Rio de Janeiro já haviam sido afetadas. Um movimento de fazendeiros emancipacionistas aparecera na atormentada região de Campos e depressa tivera ótimos resultados em todas as cidades da área. Em 17 de março, alguns importantes fazendeiros começaram concedendo liberdade incondicional em São Fidelis, município cafeeiro localizado na parte leste da província, e a cidade foi descrita como em estado de “indescritível regozijo”. Uma reunião de fazendeiros para a libertação da vizinha cidade de Macaé, notória como um ponto de desembarque até quarenta anos antes, foi convocada para 22 de março. Cinco dias depois, metade dos seis mil escravos de Campos já havia sido libertada, e uma vasta parte do nordeste da província do Rio de Janeiro encontrava-se em revolta aberta contra a liderança pró-escravidão de Paulino de Souza. Durante março e abril de 1887, cerca de 25 mil escravos, segundo foi noticiado, já haviam sido libertados.²⁵⁷

À medida que se aproximava a data de abertura da Assembleia Geral, a escravatura ia sendo abandonada num número crescente de lugares. Numa rápida sucessão, cidades e municípios iam sendo declarados sem escravos, incluindo as capitais de Minas Gerais e Santa Catarina e a cidade imperial de Petrópolis, no Rio de

²⁵⁵ CONRAD, Robert. *op. cit.*, p. 326.

²⁵⁶ *Idem*, p. 324

²⁵⁷ *Ibidem*.

Janeiro, residência de verão da família imperial, onde o movimento de libertação era capitaneado pela princesa Isabel. No começo de abril, uma Liga de Redenção foi estabelecida na capital do Pará.²⁵⁸

No início de março, o estado da nação era crítico. Em grande parte do país, tanto ao Norte quanto ao Sul, os escravos encaminhavam-se para os centros urbanos e, embora os senhores, em vários os pontos, se fossem rendendo às suas exigências, ainda havia perigo de confrontos abertos. Em Minas, Rio e certas províncias do Norte, a economia deteriorava-se rapidamente.²⁵⁹

Cotegipe e o fim de seu tempo

Ao ter seu ministério deposto, o barão de Cotegipe deixava o poder acusado, por uns, de estar precipitando, por conta dos seus erros, a solução da questão da abolição e, por outros, de enfraquecer aqueles que a promoviam. Parecia não haver dúvidas de que, naquele momento, não existia figura mais impopular do que o barão.

Cumprindo a última incumbência delegada pela princesa, Cotegipe se apressou em informar a João Alfredo dos últimos acontecimentos, lhe dirigindo, em 7 de março de 1888, as seguintes palavras:

“S.A.I. Regente ordena-me de comunicação a V. Ex. que ela deseja entender-se com V. Ex. hoje às 7 e meia da noite.
Julgo dever comunicar a V. Ex. que o gabinete pediu demissão a S.A., e convindo que se organize com urgência o novo gabinete, V. Ex. pense como o fará antes da sua entrevista com S.A.”²⁶⁰

Atendendo ao chamado da princesa, o líder pernambucano teria respondido pedindo um pouco de tempo para compor o novo ministério, especialmente para que pudesse ouvir o conselheiro Antônio Prado que, na ocasião, se encontrava em São Paulo, doente. Segundo João Alfredo, ele “não poderia deixar de repartir com aquele ilustre amigo a responsabilidade que juntos haviam assumido no ano anterior nas

²⁵⁸ *Ibidem.*

²⁵⁹ *Idem*, p. 327.

²⁶⁰ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Barão de Cotegipe, Lata 960, pasta 31.

dissensões do Senado”.²⁶¹ Tratava-se da responsabilidade de encaminhar a questão servil diferentemente da forma como o viera fazendo Cotegipe. Em concordância com a Fala do Trono de 1888, João Alfredo assumiu a abolição do trabalho escravo como programa de governo.

Nesse ínterim, tratou de estabelecer alianças até mesmo entre os opositores mais extremados. De acordo com Tobias Monteiro, o ministro teria se dirigido à casa de Cotegipe, questionando-o diretamente acerca dos melindres da sua missão com as seguintes palavras: “Meu amigo, ponhamos as cartas na mesa. Eu sou chamado a organizar o ministério. O senhor conhece as minhas ideias em relação à escravidão. Diga-me que auxílio me presta”. Cotegipe teria respondido com firmeza: “Organize e conte com os meus amigos”.²⁶²

Uma informação extraída por Tobias Monteiro das memórias de João Alfredo ajuda a entender o apoio oferecido por Cotegipe ao ministro na ocasião, independentemente das restrições que o político baiano vinha desenvolvendo com relação ao líder pernambucano. De acordo com Monteiro, Alberto Bezamat, jornalista e, àquela época, deputado fluminense ligado a Paulino de Souza, teria escrito, em fins de fevereiro de 1888, que Cotegipe já esperava ter de demitir-se mais dia menos dia. Com tal previsão, Bezamat, Alfredo Chaves e Rocha Leão, então presidente da província do Rio de Janeiro, teriam incumbido o desembargador Abel Graça de saber de João Alfredo, o sucessor que todos já esperavam, qual seria o seu programa de governo, caso fosse chamado a organizar gabinete. Graça teria trazido como resposta que o conselheiro proporia manter a escravidão por cinco anos, findos os quais se iniciaria um processo de aprendizado por três anos, consistindo esse na permanência obrigatória do liberto para prestação de serviços, mediante salário módico, no estabelecimento ou lugar em que se encontrasse à época da abolição. Paulino Soares de Souza teria considerado o programa digno de franco apoio, e o seu pensamento teria sido comunicado a João Alfredo, que teria acrescentado que, se a princesa achasse o prazo de sobrevivência da escravidão muito longo, poderia inverter os tempos do programa: três anos mais de cativeiro e cinco de aprendizado.²⁶³ A essa altura, uma proposta deste tipo estava longe de representar um total desastre para os dirigentes e, em especial, para aqueles que

²⁶¹ Anais do Senado Imperial, 7 de maio de 1888.

²⁶² MONTEIRO, *op. cit.*, p. 187. Trecho retirado de um depoimento de João Alfredo a Tobias Monteiro já durante a República.

²⁶³ *Ibidem*.

representavam os proprietários de escravos ligados à parcela do Vale do Paraíba em dificuldades. Em vista da situação que afligia, principalmente, as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, para Cotegipe, Paulino Soares de Souza e o restante da parcela ultraconservadora do Partido Conservador, a oferta de João Alfredo pode ter soado como um interessante “termo de rendição”.

Acontece que, como a abertura das câmaras, a rapidez com que a questão da abolição tomava todos os espíritos e o fato de ter ficado claro que o gabinete Cotegipe havia caído por conta das inclinações abolicionistas da Coroa através da princesa regente, fizeram com que bastassem duas reuniões para que ficasse decidido o que seria a lei que extinguiria imediatamente a escravidão no país. Antônio Prado, que também ocupou a pasta da Agricultura no gabinete João Alfredo, enviou de São Paulo, pouco antes de 13 de maio, um projeto de libertação dos escravos com apenas dois artigos. No primeiro, determinava a abolição imediata; no segundo, obrigava os libertos a trabalharem para os antigos senhores, mediante paga, e a residir durante dois anos no município onde se achassem quando da promulgação da lei. O dirigente paulista disse só fazer questão do primeiro artigo. Assim, de fato, consagrou-se aquela que ficaria consagrada na história do país como Lei Áurea, sancionada pela princesa regente em 13 de maio de 1888.

A essa altura, era claro para Cotegipe que a situação a que o país havia chegado em 1888 havia sido potencializada e catalisada pela ação dos emancipadores paulistas chefiados por Antônio Prado. Após o dirigente paulista declarar não poder a Força Pública apreender escravos fugidos, e que as autoridades não deviam prestar apoio aos proprietários, para o barão teria sido feita a abolição. Ela não seria mais do que um fato existente, cuja vantagem seria acabar com o estado de desordem generalizada em que se encontrava o país.

Em discurso no Senado durante o encaminhamento da lei, Cotegipe declarou publicamente o que já havia expressado em correspondências a seu genro, Araújo Pinho: que, já que era inevitável a abolição naquele momento, achava que o poder deveria passar aos liberais. Ele justificou sua posição alegando que a lei da abolição iria transformar os partidos. Se a abolição fosse feita pelos liberais, seus membros

contrários à reforma deixariam suas fileiras para engrossar as do Partido Conservador. Com a abolição vindo por iniciativa do gabinete João Alfredo, Cotegipe previa que muitos conservadores mudariam para o campo liberal. Apesar da indiferença de muitos outros, o Partido Conservador, enfraquecido, teria que se reorganizar sob outro ponto de vista, provavelmente o republicano. Para Cotegipe, apenas os conservadores poderiam garantir o regime.²⁶⁴

Sendo a abolição da propriedade escrava feita abruptamente, colocar-se-ia em risco a propriedade privada em geral, inclusive a da terra. Cotegipe argumentava que se abriria o caminho para que não houvesse propriedade no país, para que tudo pudesse ser destruído a partir de uma lei, sem atenção nem a direitos adquiridos nem a inconvenientes futuros. Numa retórica oposicionista talvez um pouco exaltada em vista do rumo dos acontecimentos, afirmava que as consequências não seriam segredo: acreditava que em pouco tempo se pediria a divisão das terras, podendo o Estado decretar sua expropriação sem indenização. Esse seria o inconveniente que acreditava resultar da forma como se queria resolver a questão da propriedade escrava.

Em conjunto, o barão previa grandes perturbações e prejuízos à lavoura, o que resultaria numa grave crise. Da mesma forma, questionou a sorte do regime quando a festa pela abolição terminasse e, de acordo com ele, restassem apenas os inconvenientes causados pela medida. Ele temia pelas instituições, perante a irritação de uns, e a indiferença de outros. Um ato como esse criaria muitos descontentes, e seriam as instituições as principais prejudicadas.²⁶⁵

Desconsiderando-se afirmações até certo ponto fruto do ressentimento, Cotegipe acertou em quase toda sua análise, e em quase todas as suas previsões. Uma importante chave explicativa para a crise do Império, sem dúvida alguma, diz respeito às divergências entre os intelectuais dirigentes conservadores e à consequente cisão do Partido Conservador.

Em quase três anos de governo, Cotegipe combateu importantes inimigos. O mais expressivo deles foi, sem dúvida alguma, o movimento abolicionista. A ele somaram-se, e dele resultaram, outros não menos decisivos. Com a pressão abolicionista, que motivava mais e mais o caos por meio das crescentes fugas de escravos, e a “Questão Militar”, a crise hegemônica, desencadeada em 1871, quando

²⁶⁴ Anais do Senado Imperial, 12 de maio de 1888.

²⁶⁵ *Idem*.

ainda não se fazia sensível, finalmente encontrou as crises políticas, já durante a década de 1880. Em face da gradativa perda de apoio da Coroa, através da conversão da princesa regente ao abolicionismo, e a cisão do Partido Conservador, a partir do movimento de emancipação paulista, e da mudança do posicionamento de Antônio Prado e João Alfredo contra os interesses da grande parte da classe senhorial, ainda assim Cotegipe não pensou em concessões, e agiu coerentemente com as diretrizes sobre a reforma traçadas com a Lei do Ventre Livre, até a queda do seu gabinete. Ele demonstrava perceber exatamente o potencial dos acontecimentos, e suas avaliações sobre o futuro mostraram-se exatas.

Cotegipe morreu pouco após a abolição e pouco antes da República. Desde a exoneração do seu gabinete, até o fim de sua vida, viveu desgostoso da política, e insatisfeito com os rumos que as coisas haviam tomado. Silva Jardim, importante propagandista republicano, narra em suas memórias a ocasião em que conheceu o chefe conservador no Rio de Janeiro, e a curiosa declaração de Cotegipe em resposta a uma provocação que lhe fez. O diálogo foi travado no início de 1889, no hotel Paineiras, no Corcovado, onde Silva Jardim convalescia de uma grave doença, e que era encarado como programa de montanha. Segundo Jardim:

“Foi aí que conheci um dos homens que mais havia preocupado a direção do *Paiz*, o barão de Cotegipe. Vivia retirado da política, e desgostoso com a situação; dizia-se que o Imperador procurara o seu apoio, duvidoso desde que a Princesa Regente lhe revelara má vontade, demitindo-lhe o ministério. Foi Madame Barros Barreto, que lhe estimava bastante, que me apresentou ao velho estadista.

Conversamos sobre política. Que outra coisa poderiam dizer-se dois homens cuja preocupação quase exclusiva eram os negócios públicos, embora a diferença de idade.

– Seria para nós um prazer tê-lo no nosso partido. Seria um chefe, disse-lhe eu.

– Estou velho. Mas – e sorria, pode estar tranquilo que eu não lhe faço oposição.

E não trepidou mesmo em revelar o desgosto que lhe causava a marcha que levava a política”.²⁶⁶

O diálogo entre essas duas importantes figuras da história política do Segundo Reinado é especialmente relevante pelo que revela do estado de espírito, naquele momento, poucos meses antes do golpe republicano, de um dos maiores defensores do regime imperial. Era como se a convicção de suas previsões lhe provocassem uma

²⁶⁶ LEÃO, José. *op. cit.*, p. 259.

desafeição, ou melhor, um desinteresse decorrente dos rumos das coisas. Cotegipe foi um visionário quando percebeu e declarou que da propriedade escrava dependia a sorte do Império, que ruiu - sem que surgisse quem se mostrasse disposto a defendê-lo - ao primeiro ataque às instituições, tal como havia previsto.

Em grande parte, esse desfecho se deve ao seu fracasso como dirigente do processo. Houve um abismo entre sua intenção inicial, declarada ainda durante o gabinete Dantas, de que o Partido Conservador poderia, deveria e quereria fazer a abolição, e as coisas foram encaminhadas. Cotegipe foi atropelado pelos fatos. Não aquilatou a gravidade da crise militar e seu potencial de ruptura. Aferrou-se até o último minuto à escravidão. Iniciou seu gabinete declarando que o partido estava unido, contando, além do seu próprio apoio, também com o de Prado, Belisário, de Paulino Soares de Sousa, de João Alfredo e, mais importante, com a confiança da Coroa. Terminou com a dissidência de Prado, a retirada discreta, mas crescente, de João Alfredo e com a perda de confiança da princesa. Em 4 de janeiro de 1888, pouco antes da demissão do seu gabinete, a respeito da situação política do Império e do Partido Conservador, Cotegipe não hesitou em confessar a Araújo Pinho: “estou me convencendo de que não sou para a época, e farei bem em cuidar da vida futura”²⁶⁷. Velho, cansado e desiludido, viu que seu tempo já havia passado. E com ele, o do Império. A direção não dirigiu nada.

²⁶⁷ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Coleção Araújo Pinho. Lata 548, pasta 82, 4 de janeiro de 1888.

Considerações finais

O tema desse trabalho é a crise do Império. Inspirados pelo modelo metodológico elaborado por Antonio Gramsci²⁶⁸, propusemo-nos, inicialmente, estabelecer um balanço entre as causas orgânicas e as político-conjunturais da crise da monarquia no Brasil. Nessa tentativa, buscamos apresentar a crise do regime como um processo orgânico, desencadeado em 1871, a partir da aprovação da Lei do Ventre Livre. Trata-se de uma crise da hegemonia escravista da classe senhorial, que se via abalada pelas restritas possibilidades de seus representantes de fazerem a transição da forma de mão de obra sem excessivos prejuízos materiais. Sendo a classe senhorial o sustentáculo do regime, esses prejuízos, causados pela abolição - entendida como o conjunto de políticas governamentais implementadas no sentido de encaminhar a transição - viriam a ser politicamente decisivos.

No olho desse furacão estavam os dirigentes imperiais, intelectuais do regime, cujo objetivo era encaminhar o processo, garantindo tanto os seus interesses de classe, como a sobrevivência do Império. Por sua posição estratégica nesse processo, essa pesquisa pretendeu analisar a percepção que esses dirigentes foram capazes de formar sobre o fenômeno histórico que viviam. A falta de resistência oferecida pelo regime quando de sua queda, em 1889, decorrente de um movimento que, de acordo com contemporâneos, se assemelhou a uma parada militar, foi o que despertou nossa atenção para a questão do porquê o Império não ter oferecido resistência à República.

Para viabilizar o trabalho, a escolha de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, como objeto de estudo foi essencial. Intelectual do regime, o conservador atuou como presidente do Conselho de Ministros entre 1885 e 1888, período crítico para o Império em decorrência do recrudescimento do movimento abolicionista. Dessa forma, seus documentos pessoais (cartas, memorandos e rascunhos), que compõem seu arquivo privado, depositado no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), permitiram que perseguíssemos seu olhar sobre a questão. Valorizando a espontaneidade e a autenticidade que as cartas e os documentos pessoais podem transmitir, buscamos nos manter atentos à armadilha que é aceitar como verdade absoluta o que está narrado nos registros. Como nos aponta Pierre Bourdieu, deve-se

²⁶⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

supor que todo relato se baseia sempre, ou ao menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de imprimir uma lógica, tornando inteligível a ideia que se pretende passar. Para tanto, é provável que tal coerência tenha em sua origem interesses, conscientes ou não.²⁶⁹ Se cabe destacarmos ganhos ao final dessa dissertação, a ratificação desses preceitos é, sem dúvida, um deles.

Tendo isso em mente, mergulhamos nas inquietudes de um Cotegipe plenamente consciente do momento histórico que vivia, e de seu papel na trama política. Em seus alfarrábios, pensava o momento de sua classe, de seu partido, do regime, que podemos mesmo apresentar como sinônimo do seu tempo. Agia como intelectual, procurando dirigir sua classe. Porém, a confluência de diversos fatores de crise numa conjuntura deveras conturbada exerceu influência determinante para o rumo da história. Fez com que sua tentativa de direção da crise do Império fracassasse. E nesse processo, o que sacramentou a sorte política do regime foi a cisão do Partido Conservador. Cotegipe percebia com precisão que a união do partido era condição para que os conservadores conseguissem reverter o dissenso político que se instaurava através da ação do movimento republicano, de parcelas militares que se opunham ao governo, mas, primordialmente do movimento abolicionista, que aglutinava em torno da questão da abolição da escravidão diferentes segmentos da sociedade, configurando um momento de ebulição política particular na história do Brasil. Esse momento de enorme contestação só poderia ser contido, ainda que a duras penas, acreditava Cotegipe, se os conservadores se mantivessem unidos.

De imediato, sua postura foi uma só: escolheu a repressão. Num claro exemplo de quebra da hegemonia da classe senhorial, tornou-se preciso que a força se impusesse à falta de consenso. O gabinete Cotegipe ficou marcado como um período majoritariamente coercitivo. No entanto, a força aplicada nas ruas, principalmente contra as fugas de escravos e as demais ações do movimento abolicionista, não poderia ser imposta aos seus pares conservadores, igualmente atingidos pelo dissenso que minava a hegemonia da classe senhorial. Configurava-se uma divisão entre os intelectuais do regime, dentre uma importante parcela daqueles que o dirigiam politicamente.

²⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Cada vez mais uma importante parcela desses homens, ligados a regiões de pujança e prosperidade econômica, basicamente o Oeste Paulista, e que vinham conseguindo se adequar diante do caos que rapidamente se alastrava durante a década de 1880, com a pressão pelo fim da escravidão, se tornava indiferente à sorte do regime. Se o sistema político e o modelo de sociedade imperial, personificados na Coroa, na figura do imperador, no *ethos* senhorial e nas instituições que os sustentavam se configurava enquanto um empecilho ao desenvolvimento de seus negócios, em caso de sacrifício, então ele que ficasse para trás.

O desenvolvimento do trabalho explicitou a riqueza do tema. A fase final de redação foi especialmente difícil pela quantidade de questões que surgiam a cada novo passo dado em nossa análise. Terminamos convencidos de que a questão da percepção dos dirigentes do regime acerca do período de crise que viviam se coloca como uma rica chave explicativa para o processo. Em relação a isso, muito ainda há para ser feito. Podemos dizer que o barão de Cotegipe é apenas um elemento em meio ao conjunto de estadistas que viveram e buscaram encaminhar o processo. Mesmo em relação à análise da atuação do barão, encerramos essa empreitada com o estimulante entendimento de que ainda há bastante o que pensar e analisar.

É possível citar alguns possíveis encaminhamentos complementares à análise apresentada. Numa perspectiva gramsciana, assumimos a restrição do presente trabalho ao campo da sociedade política. Perseguir as diferentes instâncias da incipiente sociedade civil imperial na qual Cotegipe transitava, e sua atuação política através dessas instituições certamente enriqueceria nosso estudo.²⁷⁰ Por outro lado, um procedimento comparativo da trajetória e atuação de Cotegipe com a de outros dirigentes provavelmente funcionaria como uma sintonia fina para o trabalho, revelando importantes nuances do processo político de degradação da monarquia. Na mesma linha, um estudo aprofundado dos partidos imperiais – em especial o Conservador – nesse momento, através da ótica de seus representantes, ainda constitui uma lacuna no campo, lacuna sobre a qual esperamos ter lançado alguma luz.

²⁷⁰ Alguns estudos têm se dedicado a pensar a questão da sociedade civil no Império do Brasil. Entre eles, podemos destacar MARINHO, *op. cit.*; ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

Referências bibliográficas

Fontes:

1. INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)

Coleção Araújo Pinho – Lata 548, pastas 67, 68, 72, 73, 75,77, 80, 81, 82 e 83.

Coleção Barão de Cotegipe – Lata 960, pastas 21, 30, 31 e 32.

2. SITE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (www2.camara.gov.br)

Anais da Câmara dos Deputados (1885-1888)

3. SITE DO SENADO (www.senado.gov.br)

Anais do Senado Imperial (1885-1888)

Atas do Conselho de Estado (1885-1888)

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *João Alfredo: o estadista da abolição*. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1988.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. 2ª ed. São Paulo: Edições L. B., 1963, 3 v.

BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação. A era regencial (1831-1840)*. In: GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial, v.II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRÉHIER, Emile. *Histoire de la philosophie*. 5ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*, v.4. Reimp. de Off.set. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [1898].

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998

BOEHRER, George. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BUARQUE, Felício. *Origens Republicanas: estudos de gênese política*. São Paulo: Edaglit, 1962.

CALMON, Pedro. *Espírito da sociedade imperial*. 2t. In: *História Social do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. *História Social do Brasil*. t. 2. Espírito da sociedade imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. *In: Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

_____. (Org.). *Nação e Cidadania no Império*. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____ e NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das;(Org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CELSO, Afonso. *O Imperador no exílio*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s.d.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da Costa. *A abolição*. 4. ed. São Paulo: Global, 1988

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército e a Guerra do Paraguai na Crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. 6. ed. Porto: Livreiros Lello Irmãos Editores, 1905.

CUNHA, Rui Vieira. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

D'ARAÚJO, Oscar. *L'idée républicaine au Brésil*. Paris: Perrin, 1893.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. *Tráfico de escravos e direção saquarema no Senado do Império do Brasil*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

GALVÃO, Walnice Nogueira de, GOTLIB, Nádia Batella (orgs.). *Prezado Senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras.

GEBARA, Ademir. Evolução da legislação civil e o problema da indenização. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, LAPA, José Roberto do Amaral. (org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GRAHAM, Sandra L. O motim do vintém e a cultura política no Rio de Janeiro 1880. *Revista Brasileira de História*, Vol. 10, n.º 20, mar.91/ago91.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos de Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRIMBERG, Keila. *A Sabinada e a politização da cor na década de 1830*. In: GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial*, v.II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. t. 2, v.7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEÃO, Carneiro A. *À margem da história da República*. Ideais, crenças e afirmações. Inquirido por escritores nascidos com a República. Rio de Janeiro: Edição do “Anuário do Brasil”, 1924.

LEÃO José. *Silva Jardim. Apontamentos para a biografia do ilustre propagandista hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895

LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942.

LEMOS, Renato. Apresentação. In: *Dom Pedro II. Viagens pelo Brasil. Bahia, Sergipe e Alagoas, 1859*. Prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe. 2. ed. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Bom Texto, 2003

_____. (org.). *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

_____. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

LIRA, Heitor. *História da queda do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, 2v.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

MARINHO, Pedro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultural no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Doutorado em história. Universidade Federal Fluminense, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Acess, 1994.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Abolição*. São Paulo; Ática, 1988.

MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, 3ª ed. São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1936.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e indisciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NASCIMENTO, Carla, LEMOS, Renato. Apresentação do Manifesto de Fundação do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. In: PENNA, Lincoln de Abreu (Org.). *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

NEEDEL, Jeffrey. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford:Stanford University Press, 2006

NORMANO, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

OURO PRETO, Visconde de. *Advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: Imprimerie F. Pichon 1891.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Editor, 1906. v.10.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1949.

PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1902.

PINHO, Wanderley (org). *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, Keila, ____ (org.). *Coleção Brasil Imperial*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. *O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. Texto apresentado no Fórum da Revista *Almanack*, novembro de 2011.

_____. *Resistência escrava e abolição da escravidão no Brasil* (texto inédito).

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos . Abolição e modernidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 429, 2005.

SCHULZ, John, *O Exército na política: origens da intervenção militar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SUETÔNIO. *O antigo regimem: homens e cousas da capital Federal*. Rio de Janeiro, 1896.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOPLIN, Robert. T. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *Os construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

VIANNA, Oliveira. *O império brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos. s/d.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.